



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 455

Sexta-feira - 26 de Março de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	2
Braço do Trombudo	3
Caçador	22
Campo Alegre	27
Canoinhas.....	27
Catanduvas.....	27
Chapadão do Lageado	29
Concórdia	48
Coronel Martins.....	74
Corupá	74
Fraiburgo.....	74
Garopaba.....	97
Garuva	100
Gaspar	117
Governador Celso Ramos	134
Herval D' Oeste	135
Imbituba	135
Irineópolis	144
José Boiteux	144
Massaranduba.....	160
Meleiro	160
Nova Trento	161
Novo Horizonte	162
Paulo Lopes	162
Porto União.....	162
Rio do Sul.....	163
Salto Veloso	167
São Lourenço do Oeste.....	167
São Pedro de Alcântara.....	167
Schroeder	169
Turvo	178
Videira.....	180

Consórcios Públicos

CISAM	187
-------------	-----

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 1189

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Decreto nº 1189, de 24 de março de 2010.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACT; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ELIZUR RAIZER, Prefeito Municipal em exercício de Alto Bela Vista – SC, no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra JULIA GARCIA, matrícula 423, no cargo de Agente De limpeza e copa; á partir de 31 de março de 2010, em razão da homologação do Concurso público e a Contratação de servidor efetivo no cargo.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1053 de 05 de Março de 2009.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 24 de Março de 2010.

ELIZUR RAIZER

Prefeito em exercício

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH

Responsável pelas Publicações

Portaria Nº 050

Concede Licença Gestação á Servidora Pública Municipal.

ELIZUR RAIZER Prefeito em exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do artigo 93 Seção V Par.1º,2º,3º,4º,e 5º, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005 que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar nº 023 de 19 de fevereiro de 2009.

RESOLVE:

Artigo 1º -Concede Licença Gestação a Servidora Pública Municipal, ELENA ENGE RAUBER, matrícula nº 190, ocupante do cargo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, no período de 180 (Cento e oitenta dias) á partir de 23 de março de 2010, em conformidade com o atestado expedido nesta data Dr.Gilberto Dalmora-CRM

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

5485; de 120 dias, pelo regime Geral de Previdência Social-RGPS, sendo que o restante do período 60 dias com recursos do orçamento Municipal.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 24 de Março de 2010.

ELIZUR RAIZER
Prefeito em exercício

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações

Portaria N° 051

Concede Licença Paternidade á funcionário Público Municipal.

ELIZUR RAIZER Prefeito em exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do artigo 96, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Paternidade ao Servidor Público Municipal, LIRIO ANTONIO RAUBER ocupante do cargo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, no período de três (03) dias consecutivos á contar de 23 de Março de 2010.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em dotação orçamentária geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 24 de Março de 2010.

ELIZUR RAIZER
Prefeito em exercício

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N° 1257/2010

LEI NO 1257/2010

Autoriza a conceder subvenção Social e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do município de Biguaçu, no valor de R\$23.000,00 (vinte e três mil reais), divididos em 04 (quatro) pagamentos de R\$5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 2º As despesas resultantes do disposto no Artigo anterior, correrão por conta de dotações do Orçamento vigente para o corrente exercício.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 02 de março de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N. 1311/2010

O Presente Projeto de Lei se justifica tendo em vista que cerca de 15 (quinze) crianças deste município freqüentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Biguaçu, usufruindo todos os benefícios e atendimentos por ela proporcionados.

Destarte, diante dos gastos com professores, materiais didáticos e manutenção com as crianças deste município, a instituição solicita a esta Prefeitura Municipal o repasse de recursos financeiros através de Subvenção Social por se tratar de uma Instituição sem fins lucrativos.

Assim, diante dos fatos apresentados, tornando-se imperiosa, necessária e justa a aprovação do presente Projeto de Lei.

Antônio Carlos, 02 de março de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório N° 40/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 40/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a Prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de peças e/ou insumos, para reformar e recuperar partes danificadas do Caminhão Basculante Ford Cargo 2622 E - Placa MEW 2798, da frota de veículos e máquinas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 12/04/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 24 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório N° 35/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 35/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor preço por item; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de material (Matéria-Prima) para Confecção de Fraldas Descartáveis Geriátrica e Infantil para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 12/04/2010 às 14:00 (quatorze) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 25 de março de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal



Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 056/2010

PORTARIA 056/2010

NOMEIA PARA CARGO COMISSIONADO

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 6º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, Lei Complementar nº 044/2005 de 23.12.2005, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Guilherme Hugo Payerl, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Esportes, com carga horária semanal de 40 (quarenta horas), a partir de 01.03.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.03.2010

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2010

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 057/2010

PORTARIA 057/2010

Concede Progressão por Nova Titulação, Habilitação.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 28 e 29 da Lei Complementar nº 07/98 de 17.12.98, etc...

RESOLVE:

Concede Progressão por Nova Titulação, Habilitação, nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Juliana Meurer	20 hs	12.02.2007	Professor Nível I – ref.1	Professor Nível II – ref.1

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.03.2010.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 058/2010

PORTARIA 058/2010

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do

artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Arcia de Oliveira	40	Professor nível II	08.03.2010 a 31.12.2010

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 08.03.2010.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 059/2010

PORTARIA 059/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Elza Nichelatti, ocupante do cargo de Professor ACT Nível I, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 23.03.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008

Braço do Trombudo, em 25 de março de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 060/2010

PORTARIA 060/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Carmelita Batista da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer/Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 23.03.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal



Ata de Registro de Preço 11/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/18

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	AREIA MEDIA (7)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	POUSO GRANDE	64,8695	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	66,6295	2
2	ARAME RECOZIDO (11)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,9628	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	6,1852	2
3	KIT CAVALETE 3/4 (220)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	27,8000	1
4	AREIA FINA (1958)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	66,6295	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	POUSO GRANDE	67,8635	2
5	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALUMASA	16,4680	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUNASA	17,1044	2
6	COLA 75 G (2463)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,0000	1
7	CAP 40MM (5366)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,8000	1
8	CAP 32 MM (5367)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,8000	1
9	LUVA SOLDÁVEL 40MM (5379)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
10	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALVENARIT	4,0267	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VEDACIT	4,5167	2
11	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24 (INTEIRO) (6447)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRAÇO NOVO	0,3900	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRAÇO NOVO	0,3940	2
12	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	16,2500	1
13	LUVA PBA 85X75MM (6916)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	9,7500	1
14	LUVA SOLDAVEL 85MM (6917)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	17,8000	1
15	LUVA SOLDAVEL 60MM (6919)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	5,2000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
16	LUVA SOLDAVEL 32MM (6922)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0,7500	1
17	JOELHO SOLDAVEL 85MM (6923)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	39,8000	1
18	TEE PBA 85MM (6924)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	18,3500	1
19	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	15,7000	1
20	TEE PBA 60MM (6926)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	6,3000	1
21	TEE SOLDAVEL 40MM (6927)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,7500	1
22	TEE SOLDAVEL 32MM (6928)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	1,4500	1
23	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	12,2500	1
24	REDUÇÃO PBA 85X60MM (6930)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	6,5000	1
25	REDUÇÃO PBA 60X40MM (6931)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,3000	1
26	REDUÇÃO PBA 85X40MM (6932)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	11,8500	1
27	REDUÇÃO 60X32MM (6933)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,0500	1
28	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0,7500	1
29	CAP 110MM (6935)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	31,7500	1
30	CAP 85MM (6936)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	18,3500	1
31	CAP 60MM (6937)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,4500	1
32	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	104,5000	1
33	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110X3/4 (6939)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	12,5000	1
34	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	5,2000	1
35	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,2000	1
36	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,8500	1
37	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 32X3/4 (6943)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,3000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
38	ADAPTADOR P/ MANGUEIRA C/ REGISTRO 3/4 (6944)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	4,5388	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	4,5910	2
39	ADAPTADOR P/ MANGUEIRA 3/4 (6945)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,6900	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	1,7095	2
40	EMENDA P/ MANGUEIRA C/ REGISTRO (6946)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	5,6013	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,6657	2
41	MANGUEIRA RAMAL PREDIAL 20MM (6947)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,5935	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	1,6118	2
42	COLA 175 G (6948)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	7,0000	1
43	REGISTRO BORBOLETA 3/4 (6949)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	7,5000	1
44	REGISTRO BORBOLETA 110MM (6950)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	287,0000	1
45	REGISTRO BORBOLETA 85MM (6951)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	152,3000	1
46	REGISTRO BORBOLETA 60MM (6952)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	35,0000	1
47	REGISTRO BORBOLETA 40MM (6953)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	17,8000	1
48	REGISTRO BORBOLETA 32MM (6954)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	14,0000	1
49	TUBO PBA 85X75MM (6955)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	86,5000	1
50	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	39,5000	1
51	TUBO SOLDAVEL 40MM (6957)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	33,2000	1
52	TUBO SOLDAVEL 32MM (6958)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	22,8000	1
53	CURVA PBA 60MM (6959)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	27,8500	1
54	CURVA SOLDAVEL 60MM (6960)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	13,3500	1
55	CURVA SOLDAVEL 40MM (6961)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	5,9500	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
56	CURVA SOLDAVEL 32MM (6962)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	2,6500	1
57	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	50,1500	1
58	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	28,5500	1
59	Abraçadeira c/ chaveta 1 polegada (7121)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMANN	0,7222	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0,9366	2
60	Abraçadeira de nylon 20cm (pct c/ 100und) (7122)	PCT	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	9,4589	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	13,1981	2
61	Argamassa AC1- saco com 20kg (7123)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	6,4430	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	6,6575	2
62	Argamassa AC 2 - saco com 20kg (7124)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	12,5431	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	12,9313	2
63	Argamassa AC 3 - saco com 20kg (7125)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	27,0160	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	27,2239	2
64	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	25,3095	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	26,7590	2
65	Avental de raspa sem manga (7127)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPESIL	13,4608	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RETKE	14,5161	2
66	Balde para concreto plástico (7128)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	5,2500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PARABONI	6,2500	2
67	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,0000	1
68	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	6,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
69	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	5,0000	1
70	Broca de vídea 10mm (7132)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,0000	1
71	Broca de vídea 8mm (7133)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,0000	1
72	Broxa n° 1 (7134)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,6510	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	4,0340	2
73	Broxa n°2 (7135)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	5,1598	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,5243	2
74	Cadeado 30mm (7136)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STAM	6,1920	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	6,7060	2
75	Cadeado 40mm (7137)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	9,4067	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STAM	9,4097	2
76	Caixa d'água 310 litros (7138)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BAKOF	84,3820	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	87,5430	2
77	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	117,0129	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BAKOF	117,8307	2
78	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	88,0933	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FIBERBLU	96,4800	2
79	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GULIN	5,0334	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CAL	5,6465	2
80	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	83,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NACIONAL	85,5000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
81	Caçamba para carrinho de mão pvc (7143)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MAESTRO DEPECIL	27,0000 33,0000	1 2
82	Cesto de lixo com tampa pvc (7144)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC DEPECIL	20,5000 26,5000	1 2
83	Cilindro para fechadura (7145)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO SOPRANO	10,1906 10,2139	1 2
84	Cimento CP 2 - saco com 50kg (7146)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VOTORAN VOTORAM	20,7600 20,9600	1 2
85	cola cano 17gr (7147)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,1000	1
86	Cola cano 75gr (7148)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,2000	1
87	Dobradiça zincada 2 (7149)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GUBLER INCA	0,8445 0,9145	1 2
88	Dobradiça zincada 3 (7150)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GUBLER INCA	1,2868 1,3936	1 2
89	Dobradiça zincada 4 (7151)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GUBLER INCA	1,8498 2,0033	1 2
90	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LUKSCOLOR ORION	3,7526 4,2495	1 2
91	Engate flexível 40cm (7153)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA KRONA	2,6870 2,8127	1 2
92	Escada 5 degraus aluminio (7154)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MASTRO	71,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
93	Escada 7 degraus madeira (7155)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PINUS	118,0000	1
94	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	5,2630	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,3667	2
95	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,1306	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	3,3416	2
96	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,7150	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,9070	2
97	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,6708	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,7889	2
98	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,4848	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	6,8920	2
99	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	6,4325	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,8873	2
100	Joelho de esgoto 90 graus 150mm (7162)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	13,8641	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	17,9609	2
101	Joelho de esgoto 90 graus 100mm (7163)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	3,0909	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,3095	2
102	Joelho de esgoto 90 graus 75mm (7164)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,7150	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,9070	2
103	Joelho de esgoto 90 graus 50mm (7165)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,4202	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,5206	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
104	Joelho de esgoto 90graus 40mm (7166)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILITI	0,8945	1
				KRONA	1,0025	2
105	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASTILITI	2,2361	1
				KRONA	2,2556	2
106	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	1,8796	1
				PLASTILITI	2,0125	2
107	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	1,4202	1
				PLASTILITI	1,5206	2
108	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	0,9189	1
				PLASTILITI	0,9839	2
109	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	1,0442	1
				PLASTILITI	1,1181	2
110	Tee de esgoto 150mm (7172)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	24,2263	1
				PLASTILITI	25,9392	2
111	Tee de esgoto 100mm (7173)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,5971	1
				PLASTILITI	5,9929	2
112	Tee de esgoto 75mm (7174)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	4,3858	1
				PLASTILITI	4,6959	2
113	Tee de esgoto 50mm (7175)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,5897	1
				PLASTILITI	2,7728	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
114	Tee de esgoto 40mm (7176)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,8379	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,9678	2
115	Tubo de esgoto de 6 metros 150mm (7177)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	66,1898	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	75,1851	2
116	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	27,1502	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	27,7282	2
117	Tubo de esgoto de 6 metros 75mm (7179)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	25,8971	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	25,9392	2
118	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	22,5555	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	24,1503	2
119	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	12,6144	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	13,5063	2
120	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	15,3014	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	15,3584	2
121	Fechadura interna metálica (7183)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	18,6585	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	19,3360	2
122	Fechadura externa metálica c/ cilindro (7184)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	21,3393	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	22,9209	2
123	Alicate universal (7185)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFIELD	13,7891	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	16,8574	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
124	Alicate de corte (7186)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEAO TOOLS	9,9807	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	12,3621	2
125	Alicate de bico (7187)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEAO TOOLS	10,0135	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	12,3621	2
126	Aplicador de silicone (7188)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	7,4082	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GYMCOL	7,4091	2
127	Serra para cortar ferro (7189)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	2,2895	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	2,4210	2
128	Cabo para enxada (7190)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	3,8411	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,1211	2
129	Cabo para pá de ajuntar (7191)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	3,9246	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,1211	2
130	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TRAMONTINA	4,1367	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	5,6191	2
131	Colher de pedreiro n°9 (7193)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	8,0998	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,2422	2
132	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPESIL	4,4256	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,5790	2
133	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	16,7005	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	17,4003	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
134	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	11,9409	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	13,0960	2
135	Enxada com cabo (7197)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	19,6231	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	20,1477	2
136	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FABER CASTEL	0,8768	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FABER CASTELL	0,9158	2
137	Lima chata n° 8 (7199)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,3264	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	7,9327	2
138	Martelo 25mm (7200)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	14,9470	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	15,5687	2
139	Pá de juntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	13,5692	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFI	13,7371	2
140	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	13,5692	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFI	13,7371	2
141	Serrote profissional n°20 (7203)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	22,8951	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	26,7208	2
142	Trena 5 metros (7204)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,6012	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFIELD	7,7657	2
143	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	15,7834	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	16,0540	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
144	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	30,2871	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	32,1080	2
145	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	21,5582	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	21,7556	2
146	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	6,5499	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	3M	6,6440	2
147	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	1,8069	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	2,1744	2
148	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	9,4328	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMANN	10,2708	2
149	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	8,5826	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	8,8587	2
150	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	8,5826	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	8,8587	2
151	Linha de nylon n°100 (7213)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	7,7843	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IÇARA	7,9327	2
152	Pares de luvas de látex (7214)	PAR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	3,3885	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	3,9246	2
153	Mangueira para tirar nível metro (7215)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	1,2072	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	1,2211	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
154	Mangueira preta 1/2x2.0mm (7216)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,7726	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,7815	2
155	Mangueira preta 3/4x2.0mm (7217)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,7726	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,7815	2
156	Mangueira preta 1x2.0mm (7218)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,9657	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,9768	2
157	Massa acrílica 1kg (7219)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	7,7397	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NOVA COR	7,8615	2
158	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	11,4605	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	12,1939	2
159	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	9,8520	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	10,4519	2
160	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,4872	2
161	Prego 18x30 (7223)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,6614	2
162	Prego 22x48 (7224)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,6614	2
163	Rolo de lâ 5cm c/ cabo (7225)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	2,2097	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	2,4392	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
164	Rolo de lã 9cm c/ cabo (7226)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,9095	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	4,3155	2
165	Rolo de lã 15cm c/ cabo (7227)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,2693	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	5,6289	2
166	Rolo de lã natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	12,9609	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	14,0722	2
167	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	6,2042	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	6,5670	2
168	Sifão para esgoto 50cm (7230)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,4723	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUKIT	4,8453	2
169	Silicone 280 gramas (7231)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	8,1309	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	8,8587	2
170	Cap soldável 20mm (7232)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,5000	1
171	Cap soldável 25mm (7233)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,6500	1
172	Cap soldável 40mm (7234)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,9000	1
173	Cap soldável 50mm (7235)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,6000	1
174	Joelho soldável 90 graus 20mm (7236)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,6000	1
175	Joelho soldável 90 graus 25mm (7237)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,7000	1
176	Joelho soldável 90 graus 40mm (7238)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,1500	1
177	Joelho soldável 90 graus 50mm (7239)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,7000	1
178	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,4000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
179	Joelho RL 25x3/4 (7241)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,5000	1
180	Luva soldável 20mm (7242)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,4500	1
181	Luva soldável 25mm (7243)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,5500	1
182	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
183	Luva soldável 50mm (7245)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
184	Registro de pressão soldável (7246)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	12,2500	1
185	Registro esfera 20mm (7247)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	5,1000	1
186	Registro esfera 25mm (7248)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,6000	1
187	Tee soldável 20mm (7249)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,9000	1
188	Tee soldável 25mm (7250)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,1000	1
189	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,7500	1
190	Tee soldável 50mm (7252)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,2500	1
191	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	9,0000	1
192	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	10,0000	1
193	Tubo soldável 40mm. (7255)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	33,2000	1
194	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	35,2000	1
195	Solvente (1 litro) (7257)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	5,9492	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FARBEM	6,5670	2
196	Malha pop 3.4 20x20 (7258)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	22,0169	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	23,8885	2
197	Telha de fibrocimento 122x4mm (7259)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	4,4138	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALITI	4,4738	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
198	Telha de fibrocimento 244x4mm (7260)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EMBRALITI	8,1261	1
				IMBRALIT	8,3862	2
199	Tinta esmalte cores - 3,6lt (7261)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ANJO	44,6194	1
				LUKSCOLOR	46,4382	2
200	Fundo a óleo - 3,6 lt (7262)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RESICOLOR	32,5509	1
				LUKSCOLOR	35,6495	2
201	Tinta acrílica semi brilho cores - 3,6 lt (7263)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ANJO	46,9141	1
				LUKSCOLOR	47,0949	2
202	Selador acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LUKSCOLOR	23,9227	1
				ANJO	24,2219	2
203	Acrílico semi brilho - 18 lt (7265)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	UNIVERSO	210,7734	1
				LUKSCOLOR	213,8973	2
204	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LUKSCOLOR	64,7321	1
				UNIVERSO	83,2895	2
205	Verniz solar incolor - 3,6 lt (7267)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LUKSCOLOR	42,6856	1
				ANJO	44,6194	2
206	Tinta esmalte cores - 1 kg (7268)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457) GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ANJO	12,7484	1
				LUKSCOLOR	13,1340	2
207	Osmocolor transparente - 3,6 lt (7269)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293) WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	70,3609	1
				MONTANA	72,2409	2
208	Tinta spray cores - 250gr (7270)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DECOR	9,8505	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	10,6237	2
209	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	2,7041	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,7352	2
210	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,4421	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	2,7041	2
211	Torneira para lavatório plástica (7273)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,8611	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	6,0359	2
212	Torneira bóia 3/4 (7274)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,8611	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	6,0359	2
213	Trincha cerdas medias 1" (7275)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLASATLAS	2,2947	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	2,3454	2
214	Trincha cerdas medias 2" (7276)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,3996	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	3,7526	2
215	Trincha cerdas medias 3" (7277)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,6943	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	6,0979	2
216	Trincha cerdas medias 4" (7278)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	7,5052	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	7,6490	2
217	Válvula para pia plástica (7279)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	2,3566	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,5136	2
218	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,7717	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,8069	2
219	Mangueira de jardim 1/2 siliconada (7281)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	1,5630	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	1,7383	2
220	Brita n°1 (7354)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	57,7455	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	57,8835	2
221	Brita n° 0 (7355)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	57,7455	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	57,8835	2
222	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,8500	1
223	LUVA DE CORRER 40 MM (7360)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	10,0500	1
224	LUVA DE CORRER 32 MM (7361)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	8,8000	1

BRACO DO TROMBUDO , 22 de Março de 2010.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 4.454/10

DECRETO nº 4.454, de 23 de março de 2010.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei 2.119/04,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1036,00 m² (um mil e trinta e seis metros quadrados), objeto do Registro nº 24.549, do R. I. desta Comarca, localizado na Rua José Bonifácio e Rua Paulino Leão – Bairro Paraíso, nesta cidade, de propriedade de Shirlei Elena Zanchi Machado Ferreira e Espólio de Renato Machado, ficando após o desmembramento constituído de dois lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – Lote “1” com 301,11 m² (trezentos e um metros e onze decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com Fermino Faghezazzi e com o lote 2 de Shirlei Elena Zanchi Machado Ferreira e Espólio de Renato Machado, medindo 25,44 metros; ao Sul, com Adélia Zanchi e Ornélia Zanchi Okato, medindo 24,55 metros; a Leste, com o Lote 2 de Shirlei Elena Machado Ferreira e Espólio de Renato Machado, medindo 12,02 metros; e a Oeste, com a rua José Bonifácio, medindo 12,10 metros;

II – Lote “2” com 734,89 m² (setecentos e trinta e quatro metros e oitenta e nove decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Rua Paulino Leão, medindo 23,60 metros; ao Sul, em dois planos, no primeiro plano com o lote 1 de Shirlei Elena Zanchi Machado Ferreira e Espólio de Renato Machado, medindo 0,44 metros e no segundo plano com Ornélia Zanchi Okato e Anadir Zanchi Argenta, medindo 23,20 metros; a Leste, com Irma Zanchi Busatto, medindo 33,75 metros; e a Oeste, com em dois planos, no primeiro com Fermiano Faghezazzi, medindo 21,90 metros e no segundo plano com Lote 1 de Shirley Elena Zanchi Machado Ferreira e Espólio de Renato Machado, medindo 12,02 metros; Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.424 de 02 de fevereiro de 2010.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria 19.445/10

PORTARIA Nº 19.445, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 19.424, de 26/02/2010, que concedeu gozo da licença prêmio aos servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, e período de gozo, conforme segue:

Cod.	Nome	Cargo	Per. Gozo
3388	Catarina Zanotti	Servente Educação	01/02/10 a 28/02/10
799	Elisandra Aparecida Giacomel	Secretária Escolar	01/02/10 a 30/04/10
506	Laura Oleinik	Servente Educação	01/02/10 a 30/06/10
1275	Maria Fátima Ruppel	Servente Educação	01/02/10 a 28/02/10
4800	Maria Izolina da Silva	Servente Educação	01/02/10 a 30/04/10
3298	Simona Santana de Moraes	Professora Educação Infantil	01/02/10 a 30/03/10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretaria Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.446/10

PORTARIA nº 19.446, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, dias de licença e período de afastamento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afat	A contar de
3631	Vilma de Oliveira	Merendeira Escolar	30	16 dias	04/02/10 a 19/02/10
1668	Marta Helena Ines Becker	Auxiliar de Biblioteca	05	15 dias	08/02/10 a 22/02/10
1668	Marta Helena Ines Becker	Auxiliar de Biblioteca	05	15 dias	22/02/10 a 08/03/10
4110	Daniela Monteiro	Merendeira Escolar	05	10 dias	22/02/10 a 03/03/10
245	Marisa das Graças Ruppel	Servente Educação	05	12 dias	25/01/10 a 07/02/10
2652	Marinice Aparecida Chaves	Auxiliar de Serv. Gerais	05	15 dias	22/01/10 a 05/02/10
9816	Terezinha dos Santos Reia	Servente Educação	05	06 dias	10/02/10 a 15/02/10



Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.447/10

PORTARIA nº 19.447, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, dias de licença e período de afastamento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afat	A contar de
3382	Anderson José de Oliveira	Eletricista	06	30 dias	19/11/09 a 18/12/09
8550	Edson Ferreira Lopes	Agente Administrativo	02	05 dias	25/01/10 a 29/01/10
620	Ana Lucia Abdalla Ricardo	Psicóloga	06	15 dias	15/01/10 a 29/01/10
620	Ana Lucia Abdalla Ricardo	Psicóloga	06	90 dias	01/02/10 a 01/05/10
728	Rita Zanatta	Agente Serv. e Obras Púb.	06	30 dias	22/01/10 a 21/02/10
2521	Vanderlei Alves	Aux. Serv. Agrícolas e Flor.	03	30 dias	22/01/10 a 21/02/10
883	Mirna Mingotti	Telefonista	06	15 dias	18/01/10 a 01/02/10
7746	Santina Piacentini	Auxiliar de Serv. Gerais	08	11 dias	18/01/10 a 28/01/10
9606	Sonia Maria Guedes	Auxiliar de Serv. Gerais	02	06 dias	20/01/10 a 25/01/10
1515	Nely de Fátima A. de Campos	Auxiliar de Serv. Gerais	02	05 dias	15/01/10 a 19/01/10
1515	Nely de Fátima A. de Campos	Auxiliar de Serv. Gerais	02	15 dias	09/02/10 a 23/02/10
8069	Cintia Regina Back	Enfermeira-PSF	10	08 dias	26/01/10 a 02/02/10
1966	Iracilda Maria Nora	Secretária Escolar	02	15 dias	09/02/10 a 23/02/10

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.448/10

PORTARIA Nº 19.448, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER a Servidora Pública Municipal VEROMILDA VISLOSKI PIRAN, ocupante do cargo de Servente Educação, lotada na Secretaria de Educação, 90 dias (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, com efeitos retroativos a contar de 18 de fevereiro de 2010, conforme laudo da perícia médica.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.449/10

PORTARIA Nº 19.449, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 113, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ALMIRA PIRES, ocupante do cargo de Servente Educação, com exercício de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a contar de 22 de fevereiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.450/10

PORTARIA nº 19.450, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 31, da Lei Complementar nº 56/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

R E S O L V E :

COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Fundação Municipal de Esportes-FMEC, os Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, carga horária e lotação, a contar de 1º de fevereiro de 2010, conforme segue.



Cód.	Nome	Cargo	C.H.	Sec. Lot.
3296	Ana Mara Soletti Rotta	Professora 1ª a 4ª série	18	16
639	Sérgio Roberto Capote Gomes	Professor Ed. Física	20	16
681	Jânio Azambuja Viana	Professor Ed. Física	40	30
4280	Leandro José Martello	Professor Ed. Física	30	16

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.451/10

PORTARIA Nº 19.451, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

R E S O L V E:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas no mês de janeiro e fevereiro/2010, dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec. Lot.	Nº Faltas	A Contar de
18	Vilma de Oliveira	Merendeira Escolar	30	3 1/2	26/01/10 a 29/01/10
2075	Conceição Moraes	Servente Educação	30	30	18/11/09 a 18/12/09
1302	José Osni Guaripuna	Auxiliar de Biblioteca	05	05	25/01/10 a 30/01/10
1051	Vera Lucia Pinto	Professora 5ª a 8ª série	30	18	11/002/10 a 18/02/10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.452/10

PORTARIA Nº 19.452, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal SOLANGE MARGARETH CAMPOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, com car-

ga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.453/10

PORTARIA Nº 19.453, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

R E S O L V E:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Servidora Pública Municipal MARIA DO CARMO COMBIN DE OLIVEIRA ocupante do cargo de Servente Educação, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 694 (seiscentos e noventa e quatro) dias, ou 01 (um) ano, 10 (dez) meses e 29 (vinte e nove) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00010/10-5, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 04/03/2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA
Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.454/10

PORTARIA Nº 19.454, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

RETIFICAR a Portaria nº 19.441, de 26 de fevereiro de 2010, que contratou em caráter temporário os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, no que se refere ao nome e período de contratação que passa a ser:

Nome	Período de Contratação
Brasilton Neves do Nascimento Junior	02/02/2010 a 17/12/2010
Débora Jane Zarur	02/02/2010 a 17/12/2010
Egislaïne Isabel Pereira	08/02/2010 a 17/12/2010
Gisele Galvão Pereira	01/02/2010 a 17/12/2010
Ione Maria Chiarello	10/02/2010 a 17/12/2010
Irene Miereles Prestes Pasa	08/02/2010 a 17/12/2010



Leonardo Schroeder	09/02/2010 a 17/12/2010
Marilene Coradin Rosso	08/02/2010 a 17/12/2010
Maristela Cordeiro da Silva Ribeiro	04/02/2010 a 17/12/2010
Monica Lapolli	04/02/2010 a 17/12/2010
Roseli Salete Ferenc	01/02/2010 a 17/12/2010
Vilmari Aparecida Maçaneiro	08/02/2010 a 17/12/2010

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.455/10

PORTARIA Nº 19.455, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

EXCLUIR da Portaria nº 19.441, de 26 de fevereiro de 2010, o nome dos cidadãos(ãs), abaixo relacionadas, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, razão e período de contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C H	Atuação	Razão	Período Cont.
Elisandra Rodrigues	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	30	EMEB Vereda dos Trevos – CMEI Educar é Tudo	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10
Elizeu Crespin de Mello	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	27	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. Jandir Bertoto e V.V. Vera Lipka	01/02/10 á 17/12/10
Elza Proença Mafioleti	Professor de 5ª à 8ª série	1.3/A	23	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. á Josete Strowispy/ FMC	01/02/10 á 17/12/10
Leila Lucimar Gonçalves	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Hilda G.de Sousa e EMEB Ulysses Guimarães	V.V. Ieda Mara Fernandes/ Lab. De Informática/ V.V. Varderlei Furlan/ Lab. De Informática	01/02/10 á 17/12/10
Marizete Zago	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Carmelinda Rusczyk/ Reforço Escolar	01/02/10 á 17/12/10
Vânia Maria Oliveira	Professor de 1ª à 4ª Série	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. à Tatiane Polo/Direção	01/02/10 á 17/12/10
Camila Fantin	Auxiliar de Biblioteca	1.1/A	40	Fund. Municipal de Cultura	Vaga Transitória	01/02/10 á 17/12/10

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.456/10

PORTARIA Nº 19.456, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 71 parágrafo 1º, inciso I, Lei Complementar 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal ROZANA JUNGLESDE LARA, do cargo de Professora de 1 a 4 série, com exercício de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria nº 6.889/1998, com efeitos retroativos a contar de 1º de janeiro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta Para Assuntos da Administração.

Portaria 19.457/10

PORTARIA Nº 19.457, de 10 de março de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e mais o previsto na Lei Municipal nº 2.689, de 24/02/2010,

R E S O L V E:

COLOCAR a Servidora Pública Municipal ELIZETE REGINA BLEICHUEHL, ocupante do cargo de Chefe de Serviço de Desenvolvimento da Comunidade, lotada na Secretaria da Administração e Fazenda, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, à disposição da Câmara Municipal, para prestar serviços naquela repartição com ônus para o Município de Caçador, a contar de 1º de janeiro de 2010, na forma do Termo de Convênio de Cooperação, aprovado pela Lei Municipal nº 2.689, de 24/02/2010, até 31 de dezembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de março de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

MARGOT ROSELY SIQUEIRA

Secretária Adjunta Para Assuntos Da Administração.



Resumo Ata de Habilitação CV 08/2010 - PREFEITURA

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO CV 08/2010 - PREFEITURA

Empresas que apresentaram proposta:

ABCM ELETROTÉCNICA LTDA, neste ato representada pelo Sr. Paulo Alfredo Chaves,

ELETRO COMERCIAL MW LTDA, neste ato representada pelo Sr. Miwton Carlos Irias,

CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA, sem representante presente,

FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, sem representante presente,

GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, sem representante presente,

Verificou-se que as empresas CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA, FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA protocolaram seus envelopes após o horário limite estabelecido no Edital, sendo inabilitadas. As empresas ABCM ELETROTÉCNICA LTDA e ELETRO COMERCIAL MW LTDA protocolaram seus envelopes antes do horário limite estabelecido no Edital, desta forma, passou-se para abertura dos envelopes destas duas empresas. Após análise da documentação a Comissão verificou que as empresas cumpriram as exigências do Edital, estando habilitadas a participarem do presente processo, desta forma, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que nem todos representantes legais encontram-se presentes.

Contrato 23-2010 PREFEITURA

Contrato nº 23/10 – Prorrogação de prazo do contrato para prestação de serviços de 5.000 hrs na manutenção elétrica e reposição de peças. Referente ao processo licitatório nº 32/09 TP nº 01/09. Contratado: ELETRO COMERCIAL MW LTDA. Prazo: 31/05/10.

Contrato 24-2010 PREFEITURA

Contrato nº 24/10 – Contratação emissora de rádio para divulgação de campanhas promovidas pela prefeitura municipal. Referente ao processo licitatório nº 22/10 PR nº 14/10. Contratado: RÁDIO CAÇANJURÊ LTDA. Valor: R\$ 72.000,00 Prazo: 02/03/11.

Contrato 30-2010 PREFEITURA

Contrato nº 30/10 - contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. Referente ao processo licitatório nº 38/10 IL n° 07/10. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC. Valor: R\$ 90.589,20 Prazo: 31/12/2010.

Contrato 31-2010 PREFEITURA

Contrato nº 31/10 - contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. Referente ao processo licitatório nº 38/10 IL n° 07/10. Contratado: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC. Valor: R\$ 90.589,20 Prazo: 31/12/2010.

Contrato 29-2010 SAÚDE

Contrato n° 29/10 FMS - Contratação de empresa habilitada para "Coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Referente ao processo licitatório n° 06/10 TP n° 01/10. Contratado: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA, Valor: 65.000,00. Prazo: 31/12/2010.

Contrato 30-2010 SAÚDE

Contrato nº 30/10 – Prorrogação de prazo do contrato para locação de veículos. Referente ao processo licitatório nº 68/09 PR nº 43/09. Contratado: USE LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. Valor: R\$ 52.149,48. Prazo: 01/06/10.

Contrato 31-2010 SAÚDE

Contrato n° 31/10 FMS- contratação de emissora de rádio com alcance em toda extensão territorial do Município. Referente ao processo licitatório nº 09/10 PR 02/10. Contratado: RÁDIO CAÇANJURÊ LTDA. Valor: R\$ 19.999,80. Prazo: 02/05/2010.

Contrato 32-2010 SAÚDE

Contrato nº 32/10 FMS - contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. Referente ao processo licitatório nº 19/10 IL n° 08/10. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – CIN. Valor: R\$ 48.725,88. Prazo: 31/12/2010.

Contrato 33-2010 SAÚDE

Contrato nº 33/10 FMS- contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. Referente ao processo licitatório nº 19/10 IL n° 08/10. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC. Valor: R\$ 48.725,88. Prazo: 31/12/2010.

Contrato 34-2010 SAÚDE

Contrato nº 34/10 FMS - contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. Referente ao processo licitatório nº 19/10 IL n° 07/10. Contratado: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC. Valor: R\$ 48.725,88. Prazo: 31/12/2010.

Contrato 35-2010 SAÚDE

Contrato nº 35/10 FMS – Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria administrativa e recursos humanos. Referente ao processo licitatório nº 10/10 CV nº 03/10. Contratado: ANDRIGHETTI & EISCHSTAEDT LTDA. Valor: R\$ 22.195,00. Prazo: 31/12/2010.

Contrato 05-2010 ASS. SOCIAL

Contrato nº 05/10 FMAS - aquisição de vales transporte amarelo destinados aos diversos programas sociais mantidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Referente ao processo licitatório nº 07/10 IL nº 02/10. Contratado: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA. Valor: R\$ 140.000,00. Prazo: 31/12/2010.

Contrato 01-2010 FME

Contrato nº 01/10 FME - aquisição de vales transporteS amarelo destinados aos servidores e atletas da Fundação Municipal de Esportes. Referente processo licitatório nº 01/10 IL nº 01/10. Contratado: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA. Valor: R\$ 33.600,00. Prazo: 31/12/2010.

Contrato 07-2010 FUNDEMA

Contrato nº 07/10 FUNDEMA - Contratação de empresa para construção da estação de recalque de água tratada erat-5 na rua



Luiz Tortato, EXECUÇÃO DA ADUTORA DE ÁGUA TRATADA ENTRE ERAT-5 E RESERVATÓRIO R-16 E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM PARA ABERURA DE RUAS PARA IMPLANTAÇÃO DESTA ADUTORA. REFERENTE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/10 TP Nº 01/10. CONTRATADO: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA. Valor: R\$ 92.073,50. Prazo: 90 dias após emissão da ordem de serviço.

Contrato 08-2010 FUNDEMA

Contrato nº 08/10 FUNDEMA – Contratação de serviços de coleta e execução de análises físico- químico e bacteriológicas de afluente e efluente da estação de tratamento de esgoto. Referente ao processo licitatório nº 04/10 CV nº 01/10. Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MADALOZZO CAMATI S/C LTDA. Valor: R\$ 58.064,00. Prazo: 12/03/2011.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.577

LEI Nº 3.577 DE 24 DE MARÇO DE 2010
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE AÇÃO NAS
LEIS MUNICIPAIS Nº 3.524/2009 E 3.530/2009.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterada a Ação 2.122 do Órgão 93 – Fundo da Infância e Adolescência com a criação do elemento de despesa 33504100 - Contribuições.

Parágrafo único: A alteração mencionada no caput refere-se especificamente das Leis Municipais nº 3.524/2009 e 3.530/2009, PPA 2010/2013 e LDO 2010, respectivamente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de março de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/03/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Carta Convite n.º 09/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO N.º 24/2010
CARTA CONVITE N.º 09/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 06/04/2010, às 14:15 h, abertura das propostas, para Aquisição de diversos filtros destinados a manutenção dos veículos, caminhões e máquinas do Município. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail licitacao@pmc.sc.gov.br, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Informações (47) 3621 7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Adendo ao Edital - Processo Licitatório Nº040/2010 - Edital de Pregão Presencial Nº 016/2010

ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº040/2010
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2010

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Senhora Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

De acordo com o edital de Pregão sob a forma presencial, com vistas ao Registro de Preços, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a contratação de "serviços eventual de transporte de passageiros";

Considerando a necessidade de modificar a capacidade mínima de passageiros constantes no Anexo I do edital, itens "1" e "3", visto que veículos com essa capacidade são suficientes para atender as necessidade do município;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições do Anexo I, que constam do edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 0016/2010, que passa a ter a seguinte redação:

Item	Quantidade	Und	Especificacao	Valor Máximo Unit.	Valor Total
1	7.500,00	Km	1001 - Transporte acadêmico para os alunos do município de	1,5



			Catanduvas que cursam graduação na Unoesc Capinzal, com o seguinte trajeto: as sextas-feiras saindo do centro de Catanduvas as 17:30 com destino a Unoesc Capinzal e retorno as 22:30h e aos sábados saindo do centro de Catanduvas as 6:30 e retorno as 17:00h. Transporte efetuado quinzenalmente as sextas e sábados. Para este transporte será necessário veículo com capacidade mínima para 15 passageiros. Quilometragem média por viagem de 150km.		
2	14.500,00	Km	1002 - Transporte escolar para os alunos do município de Catanduvas que freqüentam a APAS (Associação de Pais e Amigos de Surdos) - Herval D'Oeste, com o seguinte trajeto diário: partindo do Conjunto Habitacional Sebaldo Kunz as 12:30h, passando pelo bairro Centro Oeste, com destino a Escola APAS - Colégio São Jose do município de Herval	1,5
			D'Oeste, com seu respectivo retorno as 17:00h. Para este transporte será necessário veículo com capacidade mínima para 16 passageiros. Quilometragem média diária de 80km		
3	28.000,00	Km	1005 - Transporte técnico e acadêmico para os alunos do município de Catanduvas que cursam graduação e curso técnico na FABET, SENAI e SENAC, respectivamente, no município de Concórdia, com o seguinte trajeto diário: saindo do centro de Catanduvas as 17:30h com destino a FABET, SENAI e SENAC, em Concórdia e retorno as 22:30h. Para este transporte será necessário veículo com capacidade mínima para 15 passageiros. Quilometragem média diária de 140km	1,5
4	3.000,00	Km	1006 - Serviço eventual de transporte de passageiros no município de Catanduvas com veículo ônibus com capacidade mínima para 44 passageiros.	2,1

5	3.000,00	Km	1007 - Serviço eventual de transporte de passageiros, intermunicipal com veículo ônibus com capacidade mínima para 44 passageiros.	2,1
6	3.000,00	Km	1008 - Serviço eventual de transporte de passageiros intermunicipal com veículo com capacidade mínima para 16 passageiros.	1,5
7	2.000,00	Km	1009 - Serviço eventual de transporte de passageiros intermunicipal para o coral com veículo com capacidade mínima para 44 passageiros.	2,1
8	6.000,00	Km	1010 - Serviço eventual de transporte de passageiros municipal e intermunicipal para a CME com veículo com capacidade mínima para 44 passageiros.	2,1
9	6.000,00	Km	1011 - Serviço eventual de transporte de passageiros municipal e intermunicipal para a CME com veículo com capacidade mínima para 44 passageiros.	2,1
TOTAL				

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 25 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0044/2010 - Edital de Pregão Presencial: Nº 0018/2010 - Com Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0018/2010

COM REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O objeto da presente licitação constitui a aquisição de medicamentos similares, éticos e genéricos para distribuição gratuita, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas às 08:30 horas do dia 07 de abril de 2010. Informações: Maiores Informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda a Sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 227.

Catanduvas, SC, 25 de março de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato nº 09/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO nº 09/2010 - FMS

Número do contrato: 09/2010

Vigência: 25/03/2010 à 31/12/2010

Processo Licitatório nº 07/2010 – FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Objeto: O presente Contrato de compra e venda tem por objetivo aquisição de Medicamentos Injetáveis, Material Hospitalar e Medicamentos para atender as necessidades nos postos de saúde do município de chapadão do lageado.

DATA DA ASSINATURA: 25 de março de 2010.

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Contrato nº 010/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO nº 010/2010 - FMS

Número do contrato: 010/2010

Vigência: 25/03/2010 à 31/12/2010

Processo Licitatório nº 07/2010 – FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: METROMED COMÉRCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor: R\$ 10.154,31 (dez mil cento e cinquenta e quatro reais)

Objeto: O presente Contrato de compra e venda tem por objetivo aquisição de Material Odontológico para atender as necessidades



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

nos postos de saúde do município de chapadão do lageado.
DATA DA ASSINATURA: 25 de março de 2010.

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato de termo Aditivo do Contrato nº 041/2008 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 041/2008
Número do contrato: 041/2008
Processo Licitatório nº 001/2008

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: SETEP CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Em conformidade com o Art. 65, Inciso I, alínea "a" e Inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994 ficam ajustados os novos serviços e quantitativos, devido ao deslocamento do traçado no sentido da encosta ocasionando a mudança na geometria da rodovia, assim como também a troca da interseção tipo Alemã, por interseção tipo Rotatória. Sendo que, a troca dos serviços não altera o valor total do contrato acima citado, nos termos do Anexo A1 – Ficha de Caracterização de uma Modificação – Memorial de Ajustamento Técnico, A2 – Planilha de Resumo de Execução do Contrato – Adequação do projeto e Novo Cronograma Físico-Financeiro.
Data da assinatura: 19 de março de 2010

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

RREO Anexo I Balanco Orcamentario

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.002.514,84	12,77	1.002.514,84	12,77	6.848.836,80
RECEITAS CORRENTES	7.333.851,64	7.333.851,64	1.002.514,84	13,67	1.002.514,84	13,67	6.331.336,80
RECEITA TRIBUTARIA	233.750,00	233.750,00	16.752,84	7,17	16.752,84	7,17	216.997,16
IMPOSTOS	136.000,00	136.000,00	12.804,33	9,41	12.804,33	9,41	123.195,67
TAXAS	48.250,00	48.250,00	1.951,11	4,04	1.951,11	4,04	46.298,89
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	49.500,00	49.500,00	1.997,40	4,04	1.997,40	4,04	47.502,60
RECEITA PATRIMONIAL	47.512,50	47.512,50	218,26	0,46	218,26	0,46	47.294,24
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	750,00	750,00	218,26	29,10	218,26	29,10	531,74
Outras Rec. Patrimoniais	46.762,50	46.762,50	0,00	0,00	0,00	0,00	46.762,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.949.294,14	6.949.294,14	954.021,23	13,73	954.021,23	13,73	5.995.272,91
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.949.294,14	6.949.294,14	954.021,23	13,73	954.021,23	13,73	5.995.272,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.295,00	103.295,00	31.522,51	30,52	31.522,51	30,52	71.772,49
Multas e Juros de Mora	26.000,00	26.000,00	70,16	0,27	70,16	0,27	25.929,84
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	246,87	6,17	246,87	6,17	3.753,13
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	31.205,48	46,37	31.205,48	46,37	36.089,52
RECEITAS DE CAPITAL	517.500,00	517.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	517.500,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	17.500,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.500,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.002.514,84	12,77	1.002.514,84	12,77	6.848.836,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.002.514,84	12,77	1.002.514,84	12,77	6.848.836,80
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	44.118,88	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.002.514,84	12,77	1.046.633,72	12,77	6.848.836,80
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.851.351,64	0,00	7.851.351,64	1.048.008,72	1.048.008,72	1.046.633,72	1.046.633,72	13,33	6.804.717,92
DESPESAS CORRENTES	5.662.417,49	0,00	5.662.417,49	801.970,66	801.970,66	800.595,66	800.595,66	14,14	4.861.821,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.174.777,96	0,00	2.174.777,96	470.830,88	470.830,88	470.830,88	470.830,88	21,65	1.703.947,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	79,35	79,35	79,35	79,35	1,59	4.920,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.482.639,53	0,00	3.482.639,53	331.060,43	331.060,43	329.685,43	329.685,43	9,47	3.152.954,10
DESPESAS DE CAPITAL	2.128.934,15	0,00	2.128.934,15	246.038,06	246.038,06	246.038,06	246.038,06	11,56	1.882.896,09
INVESTIMENTOS	2.053.934,15	0,00	2.053.934,15	228.313,39	228.313,39	228.313,39	228.313,39	11,12	1.825.620,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	75.000,00	0,00	75.000,00	17.724,67	17.724,67	17.724,67	17.724,67	23,63	57.275,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.851.351,64	0,00	7.851.351,64	1.048.008,72	1.048.008,72	1.046.633,72	1.046.633,72	13,33	6.804.717,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.851.351,64	0,00	7.851.351,64	1.048.008,72	1.048.008,72	1.046.633,72	1.046.633,72	13,33	6.804.717,92
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.851.351,64	0,00	7.851.351,64	1.048.008,72	1.048.008,72	1.046.633,72	1.046.633,72	13,33	6.804.717,92

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



RREO Anexo II Execucao Despesa Funcao Sub

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.048.008,72	1.048.008,72	1.046.633,72	1.046.633,72	100,00	13,33	6.804.717,92
Legislativa	450.000,00	450.000,00	48.814,69	48.814,69	48.814,69	48.814,69	4,66	10,85	401.185,31
Ação Legislativa	450.000,00	450.000,00	48.814,69	48.814,69	48.814,69	48.814,69	4,66	10,85	401.185,31
Administração	1.068.993,32	1.068.993,32	203.706,87	203.706,87	202.981,87	202.981,87	19,39	18,99	866.011,45
Administração Geral	668.993,32	668.993,32	103.295,09	103.295,09	102.570,09	102.570,09	9,80	15,33	566.423,23
Administração Financeira	400.000,00	400.000,00	100.411,78	100.411,78	100.411,78	100.411,78	9,59	25,10	299.588,22
Assistência Social	452.750,00	452.750,00	21.031,81	21.031,81	21.031,81	21.031,81	2,01	4,65	431.718,19
Assistência ao Idoso	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Assistência Comunitária	335.250,00	335.250,00	21.031,81	21.031,81	21.031,81	21.031,81	2,01	6,27	314.218,19
Saúde	1.122.944,00	1.122.944,00	169.414,39	169.414,39	169.414,39	169.414,39	16,19	15,09	953.529,61
Atenção Básica	1.094.006,50	1.094.006,50	169.389,28	169.389,28	169.389,28	169.389,28	16,18	15,48	924.617,22
Vigilância Sanitária	22.968,75	22.968,75	25,11	25,11	25,11	25,11	0,00	0,11	22.943,64
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.968,75
Trabalho	52.500,00	52.500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,19	3,81	50.500,00
Fomento ao Trabalho	52.500,00	52.500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,19	3,81	50.500,00
Educação	1.787.461,67	1.787.461,67	221.550,59	221.550,59	220.900,59	220.900,59	21,11	12,36	1.566.561,08
Ensino Fundamental	1.642.461,67	1.642.461,67	213.474,48	213.474,48	212.824,48	212.824,48	20,33	12,96	1.429.637,19
Educação Infantil	145.000,00	145.000,00	8.076,11	8.076,11	8.076,11	8.076,11	0,77	5,57	136.923,89
Cultura	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
Difusão Cultural	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
Urbanismo	856.500,00	856.500,00	273.162,37	273.162,37	273.162,37	273.162,37	26,10	31,89	583.337,63
Infra-Estrutura Urbana	267.750,00	267.750,00	109.928,56	109.928,56	109.928,56	109.928,56	10,50	41,06	157.821,44
Serviços Urbanos	588.750,00	588.750,00	163.233,81	163.233,81	163.233,81	163.233,81	15,60	27,73	425.516,19
Gestão Ambiental	154.000,00	154.000,00	11.031,41	11.031,41	11.031,41	11.031,41	1,05	7,16	142.968,59
Saneamento Básico Rural	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Saneamento Básico Urbano	8.750,00	8.750,00	40,19	40,19	40,19	40,19	0,00	0,46	8.709,81
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Controle Ambiental	15.250,00	15.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.250,00
Turismo	90.000,00	90.000,00	10.991,22	10.991,22	10.991,22	10.991,22	1,05	12,21	79.008,78
Agricultura	325.750,00	325.750,00	50.456,52	50.456,52	50.456,52	50.456,52	4,82	15,49	275.293,48
Promoção da Produção Animal	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00
Extensão Rural	311.250,00	311.250,00	50.456,52	50.456,52	50.456,52	50.456,52	4,82	16,21	260.793,48

Continua 1/2



Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.048.008,72	1.048.008,72	1.046.633,72	1.046.633,72	100,00	13,33	6.804.717,92
Transporte	1.370.452,67	1.370.452,67	42.811,64	42.811,64	42.811,64	42.811,64	4,09	3,12	1.327.641,03
Transporte Rodoviário	1.370.452,67	1.370.452,67	42.811,64	42.811,64	42.811,64	42.811,64	4,09	3,12	1.327.641,03
Desporto e Lazer	112.499,98	112.499,98	4.028,43	4.028,43	4.028,43	4.028,43	0,38	3,58	108.471,55
Desporto Comunitário	112.499,98	112.499,98	4.028,43	4.028,43	4.028,43	4.028,43	0,38	3,58	108.471,55
Reserva de Contingência	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Reserva de Contingência	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.851.351,64	7.851.351,64	1.048.008,72	1.048.008,72	1.046.633,72	1.046.633,72	100,00	13,33	6.804.717,92

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



RREO Anexo III Receita Corrente Liquida

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010		
RECEITAS CORRENTES (I)	645.173,45	635.786,81	666.547,50	1.106.694,30	600.752,97	545.942,94	614.006,66	1.553.752,27	1.103.829,69	1.952.746,92	586.503,22	610.662,47	10.622.399,20	7.881.667,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.928,26	38.527,61	15.343,71	15.360,81	23.524,57	14.107,74	12.650,31	10.565,55	17.546,54	3.959,41	12.759,43	205.376,48	233.750,00	
I.P.T.U.	308,05	24.250,07	2.093,17	1.13,77	665,81	209,73	105,62	48,48	0,00	125,33	0,00	0,00	27.920,03	83.000,00
I.S.S.	3.738,40	5.019,43	4.858,54	5.297,29	7.577,74	6.523,42	6.477,17	3.018,57	9.471,86	14.291,80	617,39	3.427,22	70.318,83	23.000,00
I.T.B.I.	1.891,26	1.947,11	3.514,02	0,00	5.718,40	2.577,85	0,00	0,00	1.774,23	2.718,94	441,88	4.141,09	24.724,78	20.000,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	8.988,55	7.311,00	4.877,98	9.949,75	9.562,62	4.796,74	6.267,52	7.498,50	6.300,45	8.734,47	2.934,14	5.191,12	82.412,84	107.750,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.350,28	2.014,86	0,00	124,68	258,83	1.033,41	21,34	36,17	521,04	11.445,66	72,99	145,27	18.024,53	47.512,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	644,25	297,00	0,00	205,50	0,00	0,00	0,00	96,00	57,00	0,00	0,00	1.299,75	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	627.229,17	593.920,68	650.311,91	1.090.866,14	576.703,37	529.286,88	581.736,73	1.497.616,71	1.082.071,60	1.745.611,77	554.296,08	594.376,00	10.124.027,04	7.497.109,96
Cota-Parte do F.P.M.	344.730,38	303.404,66	352.906,31	311.159,15	238.751,14	277.746,26	245.865,39	282.626,72	353.041,96	382.972,39	291.295,49	355.650,81	3.740.350,66	3.820.719,93
Cota-Parte do I.C.M.S.	187.722,04	132.260,97	99.492,29	145.662,89	135.697,00	124.356,84	174.036,79	145.096,81	129.798,83	219.673,51	168.367,26	139.452,64	1.801.617,87	1.748.348,39
Cota-Parte do I.P.V.A.	9.040,03	7.995,55	9.211,06	7.348,68	8.027,28	5.686,30	5.200,75	7.177,07	3.569,54	2.744,92	2.941,01	6.525,43	75.467,62	95.000,00
Cota-Parte do ITR	39,66	0,00	28,10	41,69	0,00	19,24	296,55	983,50	12,33	0,00	0,00	0,00	1.421,07	225,00
Transferências da LC 61/1989	3.016,74	2.128,67	-553,21	6.059,40	2.671,26	2.882,48	2.987,94	3.800,86	3.015,36	4.377,20	0,00	0,00	30.386,70	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.118,83	1.118,83	2.237,66	37.500,00
Transferências do FUNDEB	49.433,51	26.423,91	82.330,34	53.195,45	45.411,72	48.645,97	50.608,18	51.323,23	53.476,80	58.144,08	58.440,35	51.861,40	629.294,94	400.000,00
Outras Transferências Correntes	33.246,81	121.706,92	106.897,02	567.398,88	146.144,97	69.949,79	102.741,13	1.006.408,52	539.156,78	1.077.699,67	32.133,14	39.766,89	3.843.250,52	1.395.316,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	667,74	679,41	594,88	342,67	60,70	1.514,91	19.398,28	45.533,84	3.594,51	169.761,95	28.140,74	3.381,77	273.671,40	103.295,00
DEDUÇÕES (II)	109.428,45	89.190,15	99.026,83	94.282,23	77.257,24	82.366,12	85.836,60	88.204,85	98.115,52	121.683,04	93.430,29	101.220,56	1.140.041,88	547.815,82
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	109.428,45	89.190,15	99.026,83	94.282,23	77.257,24	82.366,12	85.836,60	88.204,85	98.115,52	121.683,04	93.430,29	101.220,56	1.140.041,88	547.815,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	535.745,00	546.596,66	567.520,67	1.012.412,07	523.486,73	463.576,82	528.170,06	1.465.547,42	1.005.714,17	1.831.063,88	493.072,93	509.441,91	9.482.357,32	7.333.851,64

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo VI Resultado Nominal

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Feb 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	147.967,54	147.967,54	130.242,87
DEDUÇÕES (II)	797.637,39	797.637,39	784.124,66
Ativo Disponível	836.522,39	836.522,39	1.096.008,81
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	38.885,00	38.885,00	311.884,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-649.669,85	-649.669,85	-653.881,79
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-649.669,85	-649.669,85	-653.881,79

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2010 (C - A)
VALOR	-4.211,94	-4.211,94

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Feb 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



RREO Anexo VII Resultado Primario

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	7.333.101,64	1.002.296,58	1.002.296,58	904.818,94
Receita Tributária	233.750,00	16.752,84	16.752,84	15.923,18
I.P.T.U.	83.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	23.000,00	4.044,61	4.044,61	5.976,16
I.T.B.I.	20.000,00	4.582,97	4.582,97	1.594,18
I.R.R.F.	10.000,00	4.176,75	4.176,75	4.568,53
Outras Receitas Tributárias	97.750,00	3.948,51	3.948,51	3.784,31
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	46.762,50	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	47.512,50	218,26	218,26	24.032,36
(-) Aplicações Financeiras	750,00	218,26	218,26	24.032,36
Transferências Correntes	6.949.294,14	954.021,23	954.021,23	885.769,58
F.P.M.	3.518.219,93	517.557,09	517.557,09	455.970,02
I.C.M.S.	1.533.931,73	246.260,07	246.260,07	230.207,24
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.897.142,48	190.204,07	190.204,07	199.592,32
Demais Receitas Correntes	103.295,00	31.522,51	31.522,51	3.126,18
Dívida Ativa	4.000,00	246,87	246,87	1.086,82
Diversas Receitas Correntes	99.295,00	31.275,64	31.275,64	2.039,36
RECEITAS DE CAPITAL (II)	517.500,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	17.500,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	7.333.101,64	1.002.296,58	1.002.296,58	904.818,94
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	5.662.417,49	800.595,66	800.595,66	687.863,53
Pessoal e Encargos Sociais	2.174.777,96	470.830,88	470.830,88	352.513,23
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	79,35	79,35	0,00
Outras Despesas Correntes	3.482.639,53	329.685,43	329.685,43	335.350,30
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	5.657.417,49	800.516,31	800.516,31	687.863,53
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.128.934,15	246.038,06	246.038,06	241.124,23
Investimentos	2.053.934,15	228.313,39	228.313,39	241.124,23
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	75.000,00	17.724,67	17.724,67	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.053.934,15	228.313,39	228.313,39	241.124,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	-	-	-



Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	7.771.351,64	1.028.829,70	1.028.829,70	928.987,76
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-438.250,00	-26.533,12	-26.533,12	-24.168,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Chapadão do Lageado, 25/03/2010

RREO Anexo IX Restos a Pagar por Poder e Orgao

Município de Chapadão do Lageado
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	8.775,52	30.109,48	-	11.583,32	27.301,68	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.775,52	30.109,48	0,00	11.583,32	27.301,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	193,46	0,00	193,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	269,62	0,00	269,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	3.185,64	0,00	3.185,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	4.812,88	0,00	4.812,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	24,00	1.125,98	0,00	1.125,98	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	197,26	0,00	197,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	40,24	0,00	40,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV	8.751,52	20.284,40	0,00	1.758,24	27.277,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	8.775,52	30.109,48	0,00	11.583,32	27.301,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



RREO Anexo X Receitas e Despesas com Ensino

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	153.250,00	153.250,00	13.121,36	13.121,36	8,56
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	100.250,00	100.250,00	317,03	317,03	0,32
1.1.1- IPTU	72.250,00	72.250,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	26.000,00	26.000,00	70,16	70,16	0,27
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	246,87	246,87	4,94
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	4.582,97	4.582,97	22,91
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	4.582,97	4.582,97	22,91
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	23.000,00	23.000,00	4.044,61	4.044,61	17,59
1.3.1- ISS	25.000,00	25.000,00	4.044,61	4.044,61	16,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000,00	10.000,00	4.176,75	4.176,75	41,77
1.4.1- IRRF	10.000,00	10.000,00	4.176,75	4.176,75	41,77
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.738.043,32	5.738.043,32	973.275,74	973.275,74	16,96
2.1- Cota-Parte FPM	3.820.719,93	3.820.719,93	646.946,30	646.946,30	16,93
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.820.719,93	3.820.719,93	646.946,30	646.946,30	16,93
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.748.348,39	1.748.348,39	307.819,90	307.819,90	17,61
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.500,00	37.500,00	2.237,66	2.237,66	5,97
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	36.250,00	36.250,00	6.805,44	6.805,44	18,77
2.5- Cota-Parte ITR	225,00	225,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	95.000,00	95.000,00	9.466,44	9.466,44	9,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	5.891.293,32	5.891.293,32	986.397,10	986.397,10	16,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	132.500,00	132.500,00	15.862,22	15.862,22	11,97
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.500,00	7.500,00	15.862,22	15.862,22	211,50
5.2- Outras Transferências do FNDE	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	212.500,00	212.500,00	15.862,22	15.862,22	7,46

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	547.815,82	547.815,82	194.650,85	194.650,85	35,53
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	302.500,00	302.500,00	129.389,21	129.389,21	42,77
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	214.416,66	214.416,66	61.559,83	61.559,83	28,71
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.604,16	4.604,16	447,52	447,52	9,72
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.250,00	7.250,00	1.361,10	1.361,10	18,77
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	45,00	45,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	19.000,00	19.000,00	1.893,19	1.893,19	9,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	400.100,00	400.100,00	110.301,75	110.301,75	27,57
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	400.000,00	400.000,00	110.301,75	110.301,75	27,58
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-147.815,82	-147.815,82	-84.349,10	-84.349,10	57,06

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	240.060,00	240.060,00	86.758,32	86.758,32	36,14
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	240.060,00	240.060,00	86.758,32	86.758,32	36,14
14- OUTRAS DESPESAS	160.040,00	160.040,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	160.040,00	160.040,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	400.100,00	400.100,00	86.758,32	86.758,32	21,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					78,66
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	1.472.823,33	1.472.823,33	246.599,28	246.599,28	16,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	108.750,00	108.750,00	8.076,11	8.076,11	7,43
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	108.750,00	108.750,00	8.076,11	8.076,11	7,43
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.294.545,01	1.294.545,01	212.575,48	212.575,48	16,42
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	400.100,00	400.100,00	86.758,32	86.758,32	21,68
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	894.445,01	894.445,01	125.817,16	125.817,16	14,07
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.403.295,01	1.403.295,01	220.651,59	220.651,59	15,72
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-84.349,10
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-84.349,10
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					305.000,69
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE⁵ ((38) / (3) x 100) %					30,92

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	125.000,00	125.000,00	249,00	249,00	0,20
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	137.500,00	137.500,00	249,00	249,00	0,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.540.795,01	1.540.795,01	220.900,59	220.900,59	14,34
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	1.652,74	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	110.301,75	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	71.564,46	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	40.390,03	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO Anexo XI Receitas de Operacao de Credito

Município de Chapadao do Lageado
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	500.000,00	0,00		500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.128.934,15	246.038,06	0,00	1.882.896,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.128.934,15	246.038,06	0,00	1.882.896,09
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.628.934,15	-246.038,06		-1.382.896,09

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo XIV Receita de Alienacao de Ativos

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	17.500,00	0,00	17.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.500,00	0,00	17.500,00
TOTAL	17.500,00	0,00	17.500,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2009 (h)	Em 2010 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo XVI Receita de Impostos e Despesa de Saude

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.933.543,32	5.933.543,32	986.397,10	16,62
Impostos	136.000,00	136.000,00	12.804,33	9,41
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	83.000,00	83.000,00	0,00	0,00
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00	20.000,00	4.582,97	22,91
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	23.000,00	23.000,00	4.044,61	17,59
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	10.000,00	10.000,00	4.176,75	41,77
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	30.000,00	30.000,00	317,03	1,06
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	26.000,00	26.000,00	70,16	0,27
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	246,87	6,17
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	5.767.543,32	5.767.543,32	973.275,74	16,88
Da União	3.894.694,93	3.894.694,93	655.989,40	16,84
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.820.719,93	3.820.719,93	646.946,30	16,93
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00	225,00	0,00	0,00
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	37.500,00	37.500,00	2.237,66	5,97
Outras Transferências da União	36.250,00	36.250,00	6.805,44	18,77
Do Estado	1.872.848,39	1.872.848,39	317.286,34	16,94
Cota-Parte do ICMS	1.748.348,39	1.748.348,39	307.819,90	17,61
Cota-Parte do IPVA	95.000,00	95.000,00	9.466,44	9,96
Outras Transferências do Estado	29.500,00	29.500,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	207.187,50	207.187,50	31.241,00	15,08
Da União para o Município	207.187,50	207.187,50	31.241,00	15,08
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.258.436,64	2.258.436,64	179.527,59	7,95
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-547.815,82	-547.815,82	-194.650,85	35,53
TOTAL	7.851.351,64	7.851.351,64	1.002.514,84	12,77

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.023.756,50	1.023.756,50	159.439,39	15,57
Pessoal e Encargos Sociais	372.254,00	372.254,00	99.613,48	26,76
Outras Despesas Correntes	651.502,50	651.502,50	59.825,91	9,18
DESPESAS DE CAPITAL	99.187,50	99.187,50	9.975,00	10,06
Investimentos	99.187,50	99.187,50	9.975,00	10,06



Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	99.187,50	99.187,50	9.975,00	10,06
Investimentos	99.187,50	99.187,50	9.975,00	10,06
TOTAL (IV)	1.122.944,00	1.122.944,00	169.414,39	15,09

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.122.944,00	1.122.944,00	169.414,39	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	207.187,50	207.187,50	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	207.187,50	207.187,50	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	915.756,50	915.756,50	169.414,39	100,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V - VI}{I}$	17,18
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.094.006,50	1.094.006,50	169.389,28	99,99
Vigilância Sanitária	22.968,75	22.968,75	25,11	0,01
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	0,00	0,00
TOTAL	1.122.944,00	1.122.944,00	169.414,39	100,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.



RREO Anexo XVIII Demonstrativo Simplificado da RREO

Município de Chapadao do Lageado

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	7.851.351,64
Previsão Atualizada			—	7.851.351,64
Receitas Realizadas			1.002.514,84	1.002.514,84
Déficit Orçamentário			—	44.118,88
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	0,00
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	7.851.351,64
Créditos Adicionais			—	0,00
Dotação Atualizada			—	7.851.351,64
Despesas Empenhadas			1.048.008,72	1.048.008,72
Despesas Liquidadas			1.046.633,72	1.046.633,72
Superavit Orçamentário			—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.048.008,72	1.048.008,72
Despesas Liquidadas			1.046.633,72	1.046.633,72
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				9.482.357,32
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-4.211,94	0,00
Resultado Primário		0,00	-26.533,12	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
EXECUTIVO	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
TOTAL:	38.885,00	0,00	11.583,32	27.301,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		305.000,69	25%	30,92
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		86.758,32	60%	78,66
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receitas de Operações de Crédito			0,00	500.000,00
Despesa de Capital Líquida			246.038,06	1.882.896,09
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Município de Chapadao do Lageado

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	17.500,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	169.414,39	15,00	17,18

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



Edital de Convocação 07/2010

EDITAL DE CONvocação nº07/2010

Processo Seletivo Edital nº01/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca por este edital os(as) candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo nº 01/2010, a seguir relacionados(as), para comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a fim de tomar posse no respectivo cargo.

A relação de documentos anexada ao presente, deverá ser apresentada por ocasião da posse.

NOME	CARGO
Rosimar Sebold	Agente de Serviços Gerais - 20 horas
Alciomar Guilherme Correa	Operador de Equipamentos - 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 24 de março de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato do Resultado da Habilitação do Convite Nº 0008/2010 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CONVITE Nº 0008/2010 - PMC

OBJETO: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em empreitada global (material e mão-de-obra), para execução de obra de fechamento de um terreno no Bairro Parque de Exposições, neste município, de acordo com o projeto básico constante no anexo "D" deste Convite.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foram julgadas habilitadas as licitantes: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRUÇÕES LTDA. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso. Não havendo interposição de recursos, fica a licitante habilitada desde já convocada a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 – Propostas de Preço, no dia 31/03/2010, às 10:00 (dez horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 24 de março de 2010.

LUCIANE FÁTIMA FAZZIONI

Presidente da C.P.L., em exercício

Aviso de Licitação Modalidade do Pregão Presencial SRP Nº. 27/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 27/2010 PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de gêneros alimentícios e saboneteiras para os grupos de convivência do Município de Concórdia, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13/12/1993.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 14/04/2010

Abertura: dia 14/04/2010, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 24 de março de 2010.

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas do Convite Nº 1/2010 - FMH

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE CONCÓRDIA

CONVITE Nº 1/2010 - FMH

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global, (material e mão-de-obra) para execução de serviços de pintura e construção de calçadas em 30 unidades habitacionais, localizadas no Loteamento Frei Lency, neste Município.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o menor valor global de R\$ 10.772,80 (dez mil e setecentos setenta e dois reais e oitenta centavos), a licitante LUPA CONSTRUÇÕES LTDA – ME ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 11.895,93 (onze mil e oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos) e a licitante CONSTRUÇÕES LTDA - EPP ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 13.296,63 (treze mil e duzentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos). Outrossim ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 25 de março de 2010.

INÊS SALETE KLEIN

Vice-Presidente da C.P.L.



DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	113.754.000,00	
Previsão Atualizada		—	113.754.000,00	
Receitas Realizadas		17.651.010,98	17.651.010,98	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	39.396,62	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	113.754.000,00	
Créditos Adicionais		—	465.846,04	
Dotação Atualizada		—	114.219.846,04	
Despesas Empenhadas		37.505.699,66	37.505.699,66	
Despesas Liquidadas		11.169.638,83	11.169.638,83	
Superavit Orçamentário		—	6.481.372,15	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		37.505.699,66	37.505.699,66	
Despesas Liquidadas		11.169.638,83	11.169.638,83	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			101.326.980,80	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.223.082,09	1.223.082,09	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		434.489,27	434.489,27	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		788.592,82	788.592,82	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	250.000,00	-5.165.570,35	-2.066,23	
Resultado Primário	2.657.028,00	6.276.249,04	236,21	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	70.486,30	0,00	12.438,50	58.047,80
EXECUTIVO	70.486,30	0,00	12.438,50	58.047,80
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.555.751,86	56.331,52	634.874,42	864.545,92
EXECUTIVO	1.434.619,86	56.331,52	541.692,42	836.595,92
LEGISLATIVO	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
TOTAL:	1.626.238,16	56.331,52	647.312,92	922.593,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		2.392.121,33	25%	25,93
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.543.704,03	60%	56,35
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		398.119,14	16.537.684,86	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	3.160.964,93	2.083.705,74	830.387,15	9.199,30
Despesas Previdenciárias (V)	2.030.733,23	2.177.040,18	2.750.011,72	1.916.531,52
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	1.130.231,70	-93.334,44	-1.919.624,57	-1.907.332,22

Continua 1/2



Município de CONCORDIA

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		12.739,90	133.160,10
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	145.900,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.424.342,71	15,00	15,44

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B.Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	111.038.300,00	111.038.300,00	16.959.451,06	15,27	16.959.451,06	15,27	94.078.848,94
RECEITAS CORRENTES	105.307.200,00	105.307.200,00	16.946.711,16	16,09	16.946.711,16	16,09	88.360.488,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.880.900,00	14.880.900,00	2.670.849,01	17,95	2.670.849,01	17,95	12.210.050,99
IMPOSTOS	11.482.200,00	11.482.200,00	1.503.426,43	13,09	1.503.426,43	13,09	9.978.773,57
TAXAS	2.198.700,00	2.198.700,00	1.034.895,91	47,07	1.034.895,91	47,07	1.163.804,09
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.200.000,00	1.200.000,00	132.526,67	11,04	132.526,67	11,04	1.067.473,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.335.500,00	4.335.500,00	600.899,05	13,86	600.899,05	13,86	3.734.600,95
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.276.800,00	2.276.800,00	437.473,07	19,21	437.473,07	19,21	1.839.326,93
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.058.700,00	2.058.700,00	163.425,98	7,94	163.425,98	7,94	1.895.274,02
RECEITA PATRIMONIAL	1.632.600,00	1.632.600,00	520.681,66	31,89	520.681,66	31,89	1.111.918,34
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	76.000,00	76.000,00	9.835,75	12,94	9.835,75	12,94	66.164,25
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.385.600,00	1.385.600,00	481.131,98	34,72	481.131,98	34,72	904.468,02
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	171.000,00	171.000,00	29.713,93	17,38	29.713,93	17,38	141.286,07
RECEITA AGROPECUÁRIA	26.500,00	26.500,00	2.812,00	10,61	2.812,00	10,61	23.688,00
Outras Rec. Agropecuárias	26.500,00	26.500,00	2.812,00	10,61	2.812,00	10,61	23.688,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.098.000,00	1.098.000,00	76.981,25	7,01	76.981,25	7,01	1.021.018,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.402.700,00	80.402.700,00	12.467.768,98	15,51	12.467.768,98	15,51	67.934.931,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	79.443.600,00	79.443.600,00	12.465.643,30	15,69	12.465.643,30	15,69	66.977.956,70
Transf. de Conv.	959.100,00	959.100,00	2.125,68	0,22	2.125,68	0,22	956.974,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.931.000,00	2.931.000,00	606.719,21	20,70	606.719,21	20,70	2.324.280,79
Multas e Juros de Mora	1.769.900,00	1.769.900,00	256.320,46	14,48	256.320,46	14,48	1.513.579,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	358.600,00	358.600,00	161.277,15	44,97	161.277,15	44,97	197.322,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	488.700,00	488.700,00	88.832,16	18,18	88.832,16	18,18	399.867,84
RECEITAS DIVERSAS	313.800,00	313.800,00	100.289,44	31,96	100.289,44	31,96	213.510,56
RECEITAS DE CAPITAL	5.731.100,00	5.731.100,00	12.739,90	0,22	12.739,90	0,22	5.718.360,10
ALIENAÇÃO DE BENS	145.900,00	145.900,00	12.739,90	8,73	12.739,90	8,73	133.160,10
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	145.900,00	145.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	12.739,90	0,00	12.739,90	0,00	-12.739,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.585.200,00	5.585.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.585.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.585.200,00	5.585.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.585.200,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.715.700,00	2.715.700,00	691.559,92	25,47	691.559,92	25,47	2.024.140,08
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.715.700,00	2.715.700,00	691.559,92	25,47	691.559,92	25,47	2.024.140,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.715.700,00	2.715.700,00	691.559,92	25,47	691.559,92	25,47	2.024.140,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.715.700,00	2.715.700,00	691.559,92	25,47	691.559,92	25,47	2.024.140,08

Continua 1/3



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.715.700,00	2.715.700,00	691.559,92	25,47	691.559,92	25,47	2.024.140,08
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	113.754.000,00	113.754.000,00	17.651.010,98	15,52	17.651.010,98	15,52	96.102.989,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	113.754.000,00	113.754.000,00	17.651.010,98	15,52	17.651.010,98	15,52	96.102.989,02
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	113.754.000,00	113.754.000,00	17.651.010,98	15,52	17.651.010,98	15,52	96.102.989,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	465.846,04	—	—	39.396,62	—	—
Superávit Financeiro	—	465.846,04	—	—	39.396,62	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	109.753.400,00	435.846,04	110.189.246,04	36.764.314,44	36.764.314,44	10.477.993,78	10.477.993,78	9,51	99.711.252,26
DESPESAS CORRENTES	92.642.076,00	411.366,04	93.053.442,04	34.227.864,81	34.227.864,81	10.079.874,64	10.079.874,64	10,83	82.973.567,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.933.300,00	5.472,00	27.938.772,00	3.949.559,79	3.949.559,79	3.652.142,58	3.652.142,58	13,07	24.286.629,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.494.200,00	140.000,00	9.634.200,00	1.427.071,70	1.427.071,70	1.366.233,91	1.366.233,91	14,18	8.267.966,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	172.456,70	172.456,70	172.456,70	172.456,70	17,25	827.543,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.400.876,00	20.552,00	28.421.428,00	13.057.221,85	13.057.221,85	2.029.270,30	2.029.270,30	7,14	26.392.157,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.813.700,00	245.342,04	26.059.042,04	15.621.554,77	15.621.554,77	2.859.771,15	2.859.771,15	10,97	23.199.270,89
DESPESAS DE CAPITAL	16.911.324,00	24.480,00	16.935.804,00	2.536.449,63	2.536.449,63	398.119,14	398.119,14	2,35	16.537.684,86
INVESTIMENTOS	14.541.024,00	480,00	14.541.504,00	2.353.962,58	2.353.962,58	280.927,07	280.927,07	1,93	14.260.576,93

Continua 2/3



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	109.753.400,00	435.846,04	110.189.246,04	36.764.314,44	36.764.314,44	10.477.993,78	10.477.993,78	9,51	99.711.252,26
INVESTIMENTOS	1.770.300,00	24.000,00	1.794.300,00	23.790,00	23.790,00	900,00	900,00	0,05	1.793.400,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	158.697,05	158.697,05	116.292,07	116.292,07	19,38	483.707,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.000.600,00	30.000,00	4.030.600,00	741.385,22	741.385,22	691.645,05	691.645,05	17,16	3.338.954,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.264.100,00	0,00	3.264.100,00	591.849,10	591.849,10	542.108,93	542.108,93	16,61	2.721.991,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	736.500,00	30.000,00	766.500,00	149.536,12	149.536,12	149.536,12	149.536,12	19,51	616.963,88
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	113.754.000,00	465.846,04	114.219.846,04	37.505.699,66	37.505.699,66	11.169.638,83	11.169.638,83	9,78	103.050.207,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	113.754.000,00	465.846,04	114.219.846,04	37.505.699,66	37.505.699,66	11.169.638,83	11.169.638,83	9,78	103.050.207,21
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	6.481.372,15	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	113.754.000,00	465.846,04	114.219.846,04	37.505.699,66	37.505.699,66	11.169.638,83	17.651.010,98	9,78	103.050.207,21

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 788.592,82

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	110.189.246,04	36.764.314,44	36.764.314,44	10.477.993,78	10.477.993,78	93,81	9,51	99.711.252,26
Legislativa	1.810.800,00	1.810.800,00	498.906,68	498.906,68	215.818,29	215.818,29	1,93	11,92	1.594.981,71
Ação Legislativa	1.810.800,00	1.810.800,00	498.906,68	498.906,68	215.818,29	215.818,29	1,93	11,92	1.594.981,71
Administração	9.979.700,00	9.979.700,00	3.737.564,11	3.737.564,11	1.128.436,44	1.128.436,44	10,10	11,31	8.851.263,56
Ação Judiciária	66.000,00	66.000,00	8.333,46	8.333,46	1.856,56	1.856,56	0,02	2,81	64.143,44
Planejamento e Orçamento	123.000,00	123.000,00	55,00	55,00	55,00	55,00	0,00	0,04	122.945,00
Administração Geral	7.364.200,00	7.364.200,00	1.747.090,65	1.747.090,65	897.846,62	897.846,62	8,04	12,19	6.466.353,38
Comunicação Social	500.000,00	500.000,00	113.585,00	113.585,00	58.175,00	58.175,00	0,52	11,64	441.825,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.926.500,00	1.926.500,00	1.868.500,00	1.868.500,00	170.503,26	170.503,26	1,53	8,85	1.755.996,74
Assistência Social	4.534.700,00	4.804.042,04	1.246.780,20	1.246.780,20	405.699,28	405.699,28	3,63	8,44	4.398.342,76
Administração Geral	1.904.500,00	1.904.500,00	525.870,44	525.870,44	240.757,49	240.757,49	2,16	12,64	1.663.742,51
Assistência ao Idoso	312.200,00	312.200,00	64.228,92	64.228,92	8.334,70	8.334,70	0,07	2,67	303.865,30
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.538.000,00	1.657.342,04	501.116,64	501.116,64	133.803,76	133.803,76	1,20	8,07	1.523.538,28
Assistência Comunitária	780.000,00	930.000,00	155.564,20	155.564,20	22.803,33	22.803,33	0,20	2,45	907.196,67
Previdência Social	3.849.100,00	3.849.100,00	559.729,21	559.729,21	432.490,39	432.490,39	3,87	11,24	3.416.609,61
Administração Geral	576.600,00	576.600,00	173.879,75	173.879,75	46.640,93	46.640,93	0,42	8,09	529.959,07
Previdência Básica	3.272.500,00	3.272.500,00	385.849,46	385.849,46	385.849,46	385.849,46	3,45	11,79	2.886.650,54
Saúde	27.034.600,00	27.324.600,00	13.803.081,33	13.803.081,33	3.639.491,88	3.639.491,88	32,58	13,32	23.685.108,12
Administração Geral	1.215.900,00	1.365.900,00	521.769,45	521.769,45	212.874,16	212.874,16	1,91	15,58	1.153.025,84
Atenção Básica	8.710.500,00	8.850.500,00	1.345.023,58	1.345.023,58	1.120.034,40	1.120.034,40	10,03	12,66	7.730.465,60
Suporte Profilático e Terapêutico	16.555.800,00	16.555.800,00	11.808.991,42	11.808.991,42	2.297.177,15	2.297.177,15	20,57	13,88	14.258.622,85
Vigilância Sanitária	552.400,00	552.400,00	127.296,88	127.296,88	9.406,17	9.406,17	0,08	1,70	542.993,83
Educação	23.180.900,00	23.180.900,00	6.334.531,52	6.334.531,52	2.388.640,68	2.388.640,68	21,39	10,30	20.792.259,32
Alimentação e Nutrição	623.800,00	623.800,00	272.160,59	272.160,59	53.538,45	53.538,45	0,48	8,58	570.261,55
Ensino Fundamental	17.176.100,00	17.176.100,00	5.017.933,16	5.017.933,16	1.634.892,28	1.634.892,28	14,64	9,52	15.541.207,72
Ensino Médio	439.200,00	439.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	439.200,00
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Infantil	4.919.300,00	4.919.300,00	1.033.438,17	1.033.438,17	700.209,95	700.209,95	6,27	14,23	4.219.090,05
Educação Especial	21.500,00	21.500,00	10.999,60	10.999,60	0,00	0,00	0,00	0,00	21.500,00
Cultura	1.284.300,00	1.284.300,00	236.181,80	236.181,80	108.177,15	108.177,15	0,97	8,42	1.176.122,85
Administração Geral	1.126.300,00	1.126.300,00	201.181,80	201.181,80	73.177,15	73.177,15	0,66	6,50	1.053.122,85
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00

Continua 1/4



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	110.189.246,04	36.764.314,44	36.764.314,44	10.477.993,78	10.477.993,78	93,81	9,51	99.711.252,26
Cultura	1.284.300,00	1.284.300,00	236.181,80	236.181,80	108.177,15	108.177,15	0,97	8,42	1.176.122,85
Difusão Cultural	150.000,00	150.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	0,31	23,33	115.000,00
Urbanismo	20.539.800,00	20.539.800,00	5.504.870,72	5.504.870,72	985.455,00	985.455,00	8,82	4,80	19.554.345,00
Administração Geral	3.462.800,00	3.462.800,00	522.825,28	522.825,28	415.901,69	415.901,69	3,72	12,01	3.046.898,31
Infra-Estrutura Urbana	17.077.000,00	17.077.000,00	4.982.045,44	4.982.045,44	569.553,31	569.553,31	5,10	3,34	16.507.446,69
Habitação	642.200,00	642.200,00	14.368,53	14.368,53	3.746,71	3.746,71	0,03	0,58	638.453,29
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	14.368,53	14.368,53	3.746,71	3.746,71	0,03	14,99	21.253,29
Habitação Rural	617.200,00	617.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	617.200,00
Gestão Ambiental	641.800,00	641.800,00	130.753,73	130.753,73	57.034,29	57.034,29	0,51	8,89	584.765,71
Administração Geral	420.700,00	420.700,00	94.810,04	94.810,04	44.141,38	44.141,38	0,40	10,49	376.558,62
Recuperação de Áreas Degradadas	221.100,00	221.100,00	35.943,69	35.943,69	12.892,91	12.892,91	0,12	5,83	208.207,09
Agricultura	2.485.600,00	2.335.600,00	772.556,18	772.556,18	39.505,92	39.505,92	0,35	1,69	2.296.094,08
Administração Geral	12.000,00	12.000,00	8.201,00	8.201,00	705,35	705,35	0,01	5,88	11.294,65
Saneamento Básico Rural	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Promoção da Produção Vegetal	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.500,00
Promoção da Produção Animal	105.000,00	105.000,00	89.538,00	89.538,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Abastecimento	72.000,00	72.000,00	680,00	680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
Extensão Rural	2.139.100,00	1.989.100,00	674.137,18	674.137,18	38.800,57	38.800,57	0,35	1,95	1.950.299,43
Indústria	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Promoção Industrial	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Comércio e Serviços	557.400,00	557.400,00	91.570,00	91.570,00	7.000,00	7.000,00	0,06	1,26	550.400,00
Promoção Comercial	279.700,00	279.700,00	54.570,00	54.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.700,00
Turismo	277.700,00	277.700,00	37.000,00	37.000,00	7.000,00	7.000,00	0,06	2,52	270.700,00
Transporte	4.477.300,00	4.477.300,00	1.349.553,54	1.349.553,54	420.231,34	420.231,34	3,76	9,39	4.057.068,66
Administração Geral	1.793.400,00	1.793.400,00	318.999,67	318.999,67	227.102,91	227.102,91	2,03	12,66	1.566.297,09
Transporte Rodoviário	2.683.900,00	2.683.900,00	1.030.553,87	1.030.553,87	193.128,43	193.128,43	1,73	7,20	2.490.771,57
Desporto e Lazer	3.134.400,00	3.134.400,00	424.899,79	424.899,79	96.856,15	96.856,15	0,87	3,09	3.037.543,85
Administração Geral	1.314.400,00	1.314.400,00	341.223,68	341.223,68	91.850,89	91.850,89	0,82	6,99	1.222.549,11
Desporto de Rendimento	1.340.000,00	1.340.000,00	45.916,11	45.916,11	4.865,26	4.865,26	0,04	0,36	1.335.134,74
Desporto Comunitário	480.000,00	480.000,00	37.760,00	37.760,00	140,00	140,00	0,00	0,03	479.860,00
Encargos Especiais	5.348.800,00	5.375.304,00	2.058.967,10	2.058.967,10	549.410,26	549.410,26	4,92	10,22	4.825.893,74
Defesa Civil	300.000,00	326.504,00	300.000,00	300.000,00	53.000,00	53.000,00	0,47	16,23	273.504,00

Continua 2/4



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	110.189.246,04	36.764.314,44	36.764.314,44	10.477.993,78	10.477.993,78	93,81	9,51	99.711.252,26
Encargos Especiais	5.348.800,00	5.375.304,00	2.058.967,10	2.058.967,10	549.410,26	549.410,26	4,92	10,22	4.825.893,74
Serviço da Dívida Interna	1.600.000,00	1.600.000,00	331.153,75	331.153,75	288.748,77	288.748,77	2,59	18,05	1.311.251,23
Outros Encargos Especiais	3.448.800,00	3.448.800,00	1.427.813,35	1.427.813,35	207.661,49	207.661,49	1,86	6,02	3.241.138,51
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.000.600,00	4.030.600,00	741.385,22	741.385,22	691.645,05	691.645,05	6,19	17,16	3.338.954,95
Legislativa	60.000,00	60.000,00	56.500,00	56.500,00	6.759,83	6.759,83	0,06	11,27	53.240,17
Ação Legislativa	60.000,00	60.000,00	56.500,00	56.500,00	6.759,83	6.759,83	0,06	11,27	53.240,17
Administração	433.100,00	433.100,00	70.486,10	70.486,10	70.486,10	70.486,10	0,63	16,27	362.613,90
Administração Geral	433.100,00	433.100,00	70.486,10	70.486,10	70.486,10	70.486,10	0,63	16,27	362.613,90
Assistência Social	160.000,00	160.000,00	26.585,50	26.585,50	26.585,50	26.585,50	0,24	16,62	133.414,50
Administração Geral	160.000,00	160.000,00	26.585,50	26.585,50	26.585,50	26.585,50	0,24	16,62	133.414,50
Previdência Social	3.100,00	3.100,00	1.998,88	1.998,88	1.998,88	1.998,88	0,02	64,48	1.101,12
Administração Geral	3.100,00	3.100,00	1.998,88	1.998,88	1.998,88	1.998,88	0,02	64,48	1.101,12
Saúde	600.000,00	630.000,00	136.295,37	136.295,37	136.295,37	136.295,37	1,22	21,63	493.704,63
Administração Geral	100.000,00	100.000,00	53.370,31	53.370,31	53.370,31	53.370,31	0,48	53,37	46.629,69
Atenção Básica	500.000,00	530.000,00	82.925,06	82.925,06	82.925,06	82.925,06	0,74	15,65	447.074,94
Educação	2.031.200,00	2.031.200,00	356.093,56	356.093,56	356.093,56	356.093,56	3,19	17,53	1.675.106,44
Ensino Fundamental	1.551.200,00	1.551.200,00	250.672,09	250.672,09	250.672,09	250.672,09	2,24	16,16	1.300.527,91
Educação Infantil	480.000,00	480.000,00	105.421,47	105.421,47	105.421,47	105.421,47	0,94	21,96	374.578,53
Cultura	50.000,00	50.000,00	5.200,80	5.200,80	5.200,80	5.200,80	0,05	10,40	44.799,20
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	5.200,80	5.200,80	5.200,80	5.200,80	0,05	10,40	44.799,20
Urbanismo	372.000,00	372.000,00	51.650,18	51.650,18	51.650,18	51.650,18	0,46	13,88	320.349,82
Administração Geral	372.000,00	372.000,00	51.650,18	51.650,18	51.650,18	51.650,18	0,46	13,88	320.349,82
Gestão Ambiental	20.500,00	20.500,00	3.102,86	3.102,86	3.102,86	3.102,86	0,03	15,14	17.397,14
Administração Geral	20.500,00	20.500,00	3.102,86	3.102,86	3.102,86	3.102,86	0,03	15,14	17.397,14
Transporte	199.700,00	199.700,00	28.342,60	28.342,60	28.342,60	28.342,60	0,25	14,19	171.357,40
Administração Geral	199.700,00	199.700,00	28.342,60	28.342,60	28.342,60	28.342,60	0,25	14,19	171.357,40
Desporto e Lazer	66.000,00	66.000,00	4.937,09	4.937,09	4.937,09	4.937,09	0,04	7,48	61.062,91
Administração Geral	66.000,00	66.000,00	4.937,09	4.937,09	4.937,09	4.937,09	0,04	7,48	61.062,91

Continua 3/4

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.000.600,00	4.030.600,00	741.385,22	741.385,22	691.645,05	691.645,05	6,19	17,16	3.338.954,95
Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	192,28	192,28	192,28	192,28	0,00	3,85	4.807,72
Outros Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	192,28	192,28	192,28	192,28	0,00	3,85	4.807,72
TOTAL (III) = (I + II)	113.754.000,00	114.219.846,04	37.505.699,66	37.505.699,66	11.169.638,83	11.169.638,83	100,00	9,78	103.050.207,21

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi	Elenice E. Z. R. Marques	Alceone José Muller	Joaquim P.B. Bicca N. Segundo	Vilma Inez Stringhini
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC 028098/O-7	Auditor Interno	Ordenador de Despesa	Secretaria Mun de Finanças

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010

RREO - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2010	
	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
	R\$ 10,0													
RECEITAS CORRENTES (I)	11.933.768,20	8.280.258,23	9.377.055,31	9.062.197,99	8.665.042,20	8.271.631,08	8.949.686,11	9.220.008,66	8.918.892,49	11.083.279,40	8.848.297,93	9.594.785,21	112.204.902,81	115.193.400,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.036.128,88	951.114,05	908.844,94	880.282,11	964.339,68	970.612,13	864.960,45	682.732,49	762.070,97	1.124.651,51	871.959,53	1.798.889,48	13.816.586,22	14.880.900,00
I.P.T.U.	2.118.689,04	219.686,58	210.630,63	197.522,47	209.502,51	189.972,63	38.295,43	20.056,27	20.512,91	53.831,46	24.227,75	130.179,62	3.433.107,30	3.600.000,00
I.S.S.	430.593,74	448.923,81	422.412,19	412.890,37	412.269,58	474.129,51	427.220,47	418.900,96	428.421,91	526.008,88	564.215,85	508.503,30	5.474.490,57	5.900.000,00
I.T.B.I.	110.097,09	79.005,24	90.856,61	96.527,79	136.254,15	101.758,25	149.349,83	58.857,86	128.878,72	144.661,15	88.483,46	80.324,13	1.265.054,28	1.272.000,00
I.R.R.F.	79.170,08	55.750,49	53.664,88	53.260,09	56.530,07	58.816,41	60.006,49	57.483,47	58.273,58	110.905,22	53.937,33	53.564,99	751.353,10	710.200,00
Outras Receitas Tributárias	297.578,93	147.747,93	131.280,63	120.081,39	149.783,37	145.935,33	190.088,23	127.433,93	125.983,85	289.244,80	141.095,14	1.026.327,44	2.892.580,97	3.398.700,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	405.139,29	350.525,94	221.893,59	346.644,27	472.324,81	348.319,01	345.996,61	356.811,82	353.971,60	490.722,65	218.509,21	382.389,84	4.293.248,64	4.335.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	358.796,11	322.492,90	308.913,19	271.405,23	279.967,58	245.454,20	271.767,87	245.564,07	341.392,68	231.029,35	249.080,96	271.600,70	3.397.464,84	1.632.600,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.087,75	3.373,00	447,00	660,00	1.058,00	939,00	850,00	1.191,75	962,00	465,00	1.455,00	1.357,00	17.845,50	26.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	502.951,88	62.706,65	72.299,36	76.943,69	115.215,04	53.999,61	22.496,88	13.441,72	24.090,42	35.313,06	25.448,13	51.533,12	1.056.439,56	1.098.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.260.830,00	6.415.874,55	7.630.856,43	7.215.949,07	6.570.677,88	6.389.287,54	7.174.307,71	7.700.542,88	7.174.645,83	8.896.932,50	7.259.827,09	6.704.313,87	86.394.047,35	90.288.900,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.017.270,39	1.213.618,65	1.442.020,87	1.244.636,57	955.004,53	1.110.985,04	983.461,51	1.131.306,96	1.412.167,85	2.173.086,71	1.165.181,97	1.422.603,25	15.271.344,20	16.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.131.007,70	1.768.671,72	1.907.461,14	1.948.438,05	1.790.983,82	1.641.311,89	2.292.561,01	1.944.826,72	1.736.471,44	2.929.321,19	2.313.884,83	1.954.839,58	24.359.599,09	25.300.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	580.465,60	565.946,38	510.941,91	574.294,09	540.576,58	546.635,01	604.610,80	688.218,43	507.103,16	242.808,72	249.844,15	391.066,04	6.002.310,87	6.474.000,00
Cota-Parte do ITR	555,36	517,82	35,75	221,75	52,41	511,14	2.152,23	16.232,26	633,42	1.446,24	336,42	602,45	23.197,25	7.000,00
Transferências da LC 61/1989	33.112,77	28.132,99	30.829,23	38.447,87	35.256,43	37.591,21	37.757,58	50.165,09	39.798,12	57.772,08	47.403,22	46.115,96	482.382,55	850.000,00
Transferências da LC 87/1996	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.374,84	15.374,84	181.418,98	300.000,00
Transferências do FUNDEB	1.181.956,32	1.096.936,44	1.440.469,63	1.243.251,86	1.131.746,15	1.183.354,51	1.234.232,75	1.249.070,60	1.302.829,42	1.416.534,92	1.447.306,09	1.284.377,14	15.212.065,83	16.000.000,00
Outras Transferências Correntes	2.301.394,93	1.727.083,62	2.284.012,97	2.151.591,95	2.101.991,03	1.853.931,81	2.004.464,90	2.605.655,99	2.160.575,49	2.060.895,71	2.020.695,57	1.589.434,61	24.861.728,58	24.857.900,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	364.834,29	174.171,14	233.798,80	270.313,62	261.459,21	263.019,59	269.306,59	219.723,93	261.758,99	304.165,33	222.018,01	384.701,20	3.229.270,70	2.931.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	880.859,88	850.792,19	913.811,24	897.890,23	802.267,76	804.851,61	920.116,00	904.288,25	878.325,93	1.222.150,42	897.403,89	905.034,62	10.877.922,01	11.272.600,00
Contrib. Plano Prev. Assist. Social Servidor	125.034,18	133.260,42	137.313,63	133.239,01	134.449,40	134.413,42	133.906,49	134.694,83	135.647,53	267.487,13	138.608,66	138.477,66	1.746.532,36	1.380.200,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	430,33	430,33	430,33	430,33	430,33	430,33	430,33	430,33	430,33	430,33	430,33	456,74	5.620,70	6.200,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	755.495,37	717.101,43	776.067,28	764.220,89	667.388,03	670.037,86	785.779,18	769.163,09	742.248,07	953.802,63	758.364,90	766.100,22	9.125.768,95	9.886.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	11.052.868,32	7.429.466,05	8.463.244,07	8.164.307,76	7.862.774,44	7.466.749,47	8.029.570,11	8.315.720,41	8.040.566,56	9.861.128,98	7.950.894,04	8.689.750,59	101.326.980,80	103.920.800,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028088/O-7

Alecsone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.057,40	43.428,90	-	12.438,50	58.047,80	126.600,00	1.429.151,86	56.331,52	634.874,42	864.545,92
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.057,40	33.407,46	0,00	2.417,06	58.047,80	126.600,00	1.297.438,91	55.348,99	535.974,77	832.715,15
ENCARGOS GERAIS	0,00	1.891,98	0,00	1.891,98	0,00	0,00	94.605,57	272,47	88.480,45	5.852,65
FUNDO MUN.DE HABITACAO DE INTER.SOC.DE C/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.105,85	41,20	14.225,10	9.839,55
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.591,45	21.163,66	12.967,79	460,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.553,69	65,10	29.471,04	22.017,55
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.672,95	8.013,96	32.439,85	219,14
FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESC	1.157,00	0,00	0,00	0,00	1.157,00	0,00	950,00	0,00	950,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.740,85	0,00	3.645,20	2.095,65
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799,66	0,00	607,66	192,00
SECRETARIA MUNIC.DE AGRIC.DESENV.RURAL E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.767,34	296,82	6.265,37	8.205,15
SECRETARIA MUNIC.DESENV.ECONÔMICO E TUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.600,00	2.022,58	974,34	1.048,24	126.600,00
SECRETARIA MUNIC.DESENV.SOCIAL, CIDADANIA/	6.475,73	1.000,00	0,00	0,00	7.475,73	0,00	5.504,37	312,45	5.055,72	136,20
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - S	0,00	109,00	0,00	109,00	0,00	0,00	110.130,19	8.327,06	18.763,66	83.039,47
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED	8.424,67	14.506,40	0,00	216,00	22.715,07	0,00	94.621,73	2.394,65	73.461,13	18.765,95
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMUF	0,00	91,08	0,00	91,08	0,00	0,00	5.727,39	1.422,35	3.742,19	562,85
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SE	2.000,00	2.700,00	0,00	0,00	4.700,00	0,00	27.804,61	3.487,98	5.228,82	19.087,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRA	9.000,00	13.109,00	0,00	109,00	22.000,00	0,00	783.840,68	8.576,95	239.622,55	535.641,18
FUNDAÇÃO MUN. DE DEFESA MEIO AMBIENTE DE I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215,70	0,00	215,70	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215,70	0,00	215,70	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORI	0,00	7.872,00	0,00	7.872,00	0,00	0,00	2.924,84	982,53	1.812,31	130,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	7.872,00	0,00	7.872,00	0,00	0,00	2.924,84	982,53	1.812,31	130,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCOF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.460,54	0,00	2.909,77	3.550,77
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.460,54	0,00	2.909,77	3.550,77
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DE CONCOR	0,00	2.149,44	0,00	2.149,44	0,00	0,00	979,87	0,00	779,87	200,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIC	0,00	2.149,44	0,00	2.149,44	0,00	0,00	979,87	0,00	779,87	200,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.057,40	43.428,90	0,00	12.438,50	58.047,80	126.600,00	1.429.151,86	56.331,52	634.874,42	864.545,92

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito MunicipalElenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7Alceone José Muller
Auditor InternoJoaquim P.B.Bicca N. Segundo
Ordenador de DespesaVilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.931.500,00	1.931.500,00	669.494,92	669.494,92	731.869,95
RECEITAS CORRENTES	1.931.500,00	1.931.500,00	669.494,92	669.494,92	731.869,95
Receita de Contribuições dos Segurados	1.380.200,00	1.380.200,00	277.086,32	277.086,32	249.439,63
Pessoal Civil	1.380.200,00	1.380.200,00	277.086,32	277.086,32	249.439,63
Ativo	1.378.000,00	1.378.000,00	276.482,32	276.482,32	249.073,44
Inativo	2.200,00	2.200,00	604,00	604,00	366,19
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	6.200,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	540.700,00	540.700,00	391.392,87	391.392,87	481.617,76
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	540.700,00	540.700,00	391.392,87	391.392,87	481.617,76
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.400,00	4.400,00	1.015,73	1.015,73	812,56
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	887,07	887,07	812,56
Demais Receitas Correntes	4.400,00	4.400,00	128,66	128,66	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.920.700,00	1.920.700,00	553.587,17	553.587,17	458.660,61
RECEITAS CORRENTES	1.920.700,00	1.920.700,00	553.587,17	553.587,17	458.660,61
Receita de Contribuições Patronais	1.920.700,00	1.920.700,00	414.120,98	414.120,98	331.428,99
Pessoal Civil	1.920.700,00	1.920.700,00	414.120,98	414.120,98	331.428,99
Ativo	1.920.700,00	1.920.700,00	414.120,98	414.120,98	331.428,99
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	139.466,19	139.466,19	127.231,62
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.852.200,00	3.852.200,00	1.223.082,09	1.223.082,09	1.190.530,56
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.849.100,00	3.849.100,00	432.490,39	432.490,39	371.618,32
ADMINISTRAÇÃO	53.600,00	53.600,00	0,00	0,00	44.218,35
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	44.218,35
Despesas de Capital	53.600,00	53.600,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.795.500,00	3.795.500,00	432.490,39	432.490,39	327.399,97
Pessoal Civil	0,00	0,00	385.849,46	385.849,46	327.399,97
Aposentadorias	0,00	0,00	268.134,95	268.134,95	221.331,69
Pensões	0,00	0,00	63.529,52	63.529,52	57.698,70
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	54.184,99	54.184,99	48.369,58
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.795.500,00	3.795.500,00	46.640,93	46.640,93	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.795.500,00	3.795.500,00	46.640,93	46.640,93	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.100,00	3.100,00	1.998,88	1.998,88	1.219,93
ADMINISTRAÇÃO	3.100,00	3.100,00	1.998,88	1.998,88	1.219,93
Despesas Correntes	3.100,00	3.100,00	1.998,88	1.998,88	1.219,93

Continua 2/3



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.852.200,00	3.852.200,00	434.489,27	434.489,27	372.838,25
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	788.592,82	788.592,82	817.692,31

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Bancos Conta Movimento	402.676,21	10.070,30	10.050,06
Investimentos	29.647.695,86	30.440.330,61	25.590.613,76

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B.Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Feb 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.983.839,39	5.983.839,39	5.867.547,32
DEDUÇÕES (II)	7.836.883,69	7.905.220,55	12.886.161,97
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.905.220,55	7.905.220,55	13.001.452,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	68.336,86	68.336,86	115.290,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.853.044,30	-1.853.044,30	-7.018.614,65
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.853.044,30	-1.853.044,30	-7.018.614,65

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2010 (C - A)
VALOR	-5.165.570,35	-5.165.570,35

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	250.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Feb 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	56.478.503,83	56.478.503,83	56.478.503,83
Passivo Atuarial	-56.478.503,83	-56.478.503,83	-56.478.503,83
DEDUÇÕES (VIII)	30.279.075,85	30.279.075,85	31.066.896,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	784.792,42	784.792,42	10.070,30
Investimentos	28.879.937,74	28.879.937,74	30.440.330,61
Demais Haveres Financeiros	616.495,13	616.495,13	616.495,13
(-) Restos a Pagar Processados	2.149,44	2.149,44	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	26.199.427,98	26.199.427,98	25.411.607,79
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	26.199.427,98	26.199.427,98	25.411.607,79

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	106.637.300,00	17.157.139,10	17.157.139,10	14.630.814,21
Receita Tributária	14.880.900,00	2.670.849,01	2.670.849,01	2.058.647,79
I.P.T.U.	3.600.000,00	154.407,37	154.407,37	40.753,99
I.S.S.	5.900.000,00	1.072.719,15	1.072.719,15	715.146,56
I.T.B.I.	1.272.000,00	168.807,59	168.807,59	156.744,48
I.R.R.F.	710.200,00	107.492,32	107.492,32	73.049,10
Outras Receitas Tributárias	3.398.700,00	1.167.422,58	1.167.422,58	1.072.953,66
Receita de Contribuição	7.051.200,00	1.292.458,97	1.292.458,97	1.228.492,12
Receitas Previdenciárias	3.307.100,00	830.673,49	830.673,49	708.100,24
Outras Contribuições	3.744.100,00	461.785,48	461.785,48	520.391,88
Receita Patrimonial Líquida	247.000,00	39.549,68	39.549,68	37.003,15
Receita Patrimonial	1.632.600,00	520.681,66	520.681,66	675.975,79
(-) Aplicações Financeiras	1.385.600,00	481.131,98	481.131,98	638.972,64
Transferências Correntes	80.402.700,00	12.467.768,98	12.467.768,98	10.826.304,86
F.P.M.	13.200.000,00	2.070.228,22	2.070.228,22	2.109.996,89
I.C.M.S.	20.240.000,00	3.414.819,70	3.414.819,70	2.784.798,21
Convênios	959.100,00	2.125,68	2.125,68	1.120,16
Outras Transferências Correntes	46.003.600,00	6.980.595,38	6.980.595,38	5.930.389,60
Demais Receitas Correntes	4.055.500,00	686.512,46	686.512,46	480.366,29
Dívida Ativa	488.700,00	88.832,16	88.832,16	88.622,27
Diversas Receitas Correntes	3.566.800,00	597.680,30	597.680,30	391.744,02
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.731.100,00	12.739,90	12.739,90	264.867,24
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	145.900,00	12.739,90	12.739,90	9.071,89
Transferências de Capital	5.585.200,00	0,00	0,00	255.795,35
Convênios	5.585.200,00	0,00	0,00	255.795,35
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.585.200,00	0,00	0,00	255.795,35
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	112.222.500,00	17.157.139,10	17.157.139,10	14.886.609,56
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	97.084.042,04	10.771.519,69	10.771.519,69	9.799.109,24
Pessoal e Encargos Sociais	41.603.572,00	5.710.021,54	5.710.021,54	5.153.191,15
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.000.000,00	172.456,70	172.456,70	201.170,68
Outras Despesas Correntes	54.480.470,04	4.889.041,45	4.889.041,45	4.444.747,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	96.084.042,04	10.599.062,99	10.599.062,99	9.597.938,56
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	16.935.804,00	398.119,14	398.119,14	635.382,61
Investimentos	16.335.804,00	281.827,07	281.827,07	504.202,85
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	116.292,07	116.292,07	131.179,76
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	16.335.804,00	281.827,07	281.827,07	504.202,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	-	-	-



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	112.619.846,04	10.880.890,06	10.880.890,06	10.102.141,41
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-397.346,04	6.276.249,04	6.276.249,04	4.784.468,15
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	39.396,62	6.263.560,46
Superávit Financeiro	-	-	39.396,62	6.263.560,46
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				2.657.028,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B.Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - 1º Bimestre RREO/2010

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.133.800,00	12.133.800,00	1.602.712,72	1.602.712,72	13,21
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.139.200,00	4.139.200,00	235.041,56	235.041,56	5,68
1.1.1- IPTU	3.600.000,00	3.600.000,00	154.407,37	154.407,37	4,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	21.200,00	21.200,00	6.364,83	6.364,83	30,02
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	318.000,00	318.000,00	42.681,09	42.681,09	13,42
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	31.588,27	31.588,27	15,79
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.272.000,00	1.272.000,00	168.807,59	168.807,59	13,27
1.2.1- ITBI	1.272.000,00	1.272.000,00	171.267,59	171.267,59	13,46
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(2.460,00)	(2.460,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.012.400,00	6.012.400,00	1.091.371,25	1.091.371,25	18,15
1.3.1- ISS	5.900.000,00	5.900.000,00	1.072.819,35	1.072.819,35	18,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	21.200,00	21.200,00	4.305,54	4.305,54	20,31
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	38.200,00	38.200,00	7.930,11	7.930,11	20,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	53.000,00	53.000,00	6.416,45	6.416,45	12,11
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(100,20)	(100,20)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	710.200,00	710.200,00	107.492,32	107.492,32	15,14
1.4.1- IRRF	710.200,00	710.200,00	107.492,32	107.492,32	15,14
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	49.431.000,00	49.431.000,00	7.622.327,55	7.622.327,55	15,42
2.1- Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	2.587.785,22	2.587.785,22	15,68
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.500.000,00	16.500.000,00	2.587.785,22	2.587.785,22	15,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	4.268.524,41	4.268.524,41	16,87
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	300.000,00	300.000,00	30.749,68	30.749,68	10,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	850.000,00	850.000,00	93.519,18	93.519,18	11,00
2.5- Cota-Parte ITR	7.000,00	7.000,00	838,87	838,87	11,98
2.6- Cota-Parte IPVA	6.474.000,00	6.474.000,00	640.910,19	640.910,19	9,90
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	61.564.800,00	61.564.800,00	9.225.040,27	9.225.040,27	14,98

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.168.100,00	2.168.100,00	322.482,22	322.482,22	14,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.590.000,00	1.590.000,00	321.950,82	321.950,82	20,25
5.2- Outras Transferências do FNDE	578.100,00	578.100,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	531,40	531,40	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	709.200,00	709.200,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	709.200,00	709.200,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.877.300,00	2.877.300,00	322.482,22	322.482,22	11,21

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.886.200,00	9.886.200,00	1.524.465,12	1.524.465,12	15,42
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	517.557,00	517.557,00	15,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.060.000,00	5.060.000,00	853.704,71	853.704,71	16,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	60.000,00	60.000,00	6.149,92	6.149,92	10,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	170.000,00	170.000,00	18.703,86	18.703,86	11,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.400,00	1.400,00	167,75	167,75	11,98
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.294.800,00	1.294.800,00	128.181,88	128.181,88	9,90
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.053.000,00	16.053.000,00	2.739.669,60	2.739.669,60	17,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.000.000,00	16.000.000,00	2.731.683,23	2.731.683,23	17,07
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	53.000,00	53.000,00	7.986,37	7.986,37	15,07
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.113.800,00	6.113.800,00	1.207.218,11	1.207.218,11	19,75

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.021.000,00	13.021.000,00	1.543.704,03	1.543.704,03	11,86
13.1- Com Educação Infantil	1.700.000,00	1.700.000,00	354.308,86	354.308,86	20,84
13.2- Com Ensino Fundamental	11.321.000,00	11.321.000,00	1.189.395,17	1.189.395,17	10,51
14- OUTRAS DESPESAS	3.032.000,00	3.032.000,00	215.805,10	215.805,10	7,12
14.1- Com Educação Infantil	670.000,00	670.000,00	48.194,49	48.194,49	7,19
14.2- Com Ensino Fundamental	2.362.000,00	2.362.000,00	167.610,61	167.610,61	7,10
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	16.053.000,00	16.053.000,00	1.759.509,13	1.759.509,13	10,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					56,35
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				2.885,99	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				2.885,99	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	15.391.200,00	15.391.200,00	2.306.260,07	2.306.260,07	14,98
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.025.000,00	5.025.000,00	756.537,49	756.537,49	15,06
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.370.000,00	2.370.000,00	402.503,35	402.503,35	16,98
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.655.000,00	2.655.000,00	354.034,14	354.034,14	13,33
24- ENSINO FUNDAMENTAL	16.691.800,00	16.691.800,00	1.881.008,87	1.881.008,87	11,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.683.000,00	13.683.000,00	1.357.005,78	1.357.005,78	9,92
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.008.800,00	3.008.800,00	524.003,09	524.003,09	17,42
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.784.800,00	21.784.800,00	2.637.546,36	2.637.546,36	12,11
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					235.044,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.986,37
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					2.394,65
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					245.425,03
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.392.121,33
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,93

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.590.000,00	1.590.000,00	4.555,50	4.555,50	0,29
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.287.300,00	1.287.300,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.877.300,00	2.877.300,00	4.555,50	4.555,50	0,16
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.662.100,00	24.662.100,00	2.642.101,86	2.642.101,86	10,71
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	11.630,30		2.394,65		



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.885,99	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.731.683,23	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.746.571,14	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.986,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	995.984,45	0,00

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B.Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 2.885,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.133.800,00	12.133.800,00	1.602.712,72	1.602.712,72	13,21
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.139.200,00	4.139.200,00	235.041,56	235.041,56	5,68
1.1.1- IPTU	3.600.000,00	3.600.000,00	154.407,37	154.407,37	4,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	21.200,00	21.200,00	6.364,83	6.364,83	30,02
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	318.000,00	318.000,00	42.681,09	42.681,09	13,42
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	31.588,27	31.588,27	15,79
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.272.000,00	1.272.000,00	168.807,59	168.807,59	13,27
1.2.1- ITBI	1.272.000,00	1.272.000,00	171.267,59	171.267,59	13,46
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(2.460,00)	(2.460,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.012.400,00	6.012.400,00	1.091.371,25	1.091.371,25	18,15
1.3.1- ISS	5.900.000,00	5.900.000,00	1.072.819,35	1.072.819,35	18,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	21.200,00	21.200,00	4.305,54	4.305,54	20,31
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	38.200,00	38.200,00	7.930,11	7.930,11	20,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	53.000,00	53.000,00	6.416,45	6.416,45	12,11
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(100,20)	(100,20)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	710.200,00	710.200,00	107.492,32	107.492,32	15,14
1.4.1- IRRF	710.200,00	710.200,00	107.492,32	107.492,32	15,14
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	49.431.000,00	49.431.000,00	7.622.327,55	7.622.327,55	15,42
2.1- Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	2.587.785,22	2.587.785,22	15,68
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.500.000,00	16.500.000,00	2.587.785,22	2.587.785,22	15,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	4.268.524,41	4.268.524,41	16,87
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	300.000,00	300.000,00	30.749,68	30.749,68	10,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	850.000,00	850.000,00	93.519,18	93.519,18	11,00
2.5- Cota-Parte ITR	7.000,00	7.000,00	838,87	838,87	11,98
2.6- Cota-Parte IPVA	6.474.000,00	6.474.000,00	640.910,19	640.910,19	9,90
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	61.564.800,00	61.564.800,00	9.225.040,27	9.225.040,27	14,98

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.168.100,00	2.168.100,00	322.482,22	322.482,22	14,87
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.590.000,00	1.590.000,00	321.950,82	321.950,82	20,25
5.2- Outras Transferências do FNDE	578.100,00	578.100,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	531,40	531,40	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	709.200,00	709.200,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	709.200,00	709.200,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.877.300,00	2.877.300,00	322.482,22	322.482,22	11,21

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.886.200,00	9.886.200,00	1.524.465,12	1.524.465,12	15,42
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	517.557,00	517.557,00	15,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.060.000,00	5.060.000,00	853.704,71	853.704,71	16,87
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	60.000,00	60.000,00	6.149,92	6.149,92	10,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	170.000,00	170.000,00	18.703,86	18.703,86	11,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.400,00	1.400,00	167,75	167,75	11,98
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.294.800,00	1.294.800,00	128.181,88	128.181,88	9,90
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.053.000,00	16.053.000,00	2.739.669,60	2.739.669,60	17,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.000.000,00	16.000.000,00	2.731.683,23	2.731.683,23	17,07
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	53.000,00	53.000,00	7.986,37	7.986,37	15,07
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.113.800,00	6.113.800,00	1.207.218,11	1.207.218,11	19,75
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.021.000,00	13.021.000,00	1.543.704,03	1.543.704,03	11,86
13.1- Com Educação Infantil	1.700.000,00	1.700.000,00	354.308,86	354.308,86	20,84
13.2- Com Ensino Fundamental	11.321.000,00	11.321.000,00	1.189.395,17	1.189.395,17	10,51
14- OUTRAS DESPESAS	3.032.000,00	3.032.000,00	215.805,10	215.805,10	7,12
14.1- Com Educação Infantil	670.000,00	670.000,00	48.194,49	48.194,49	7,19
14.2- Com Ensino Fundamental	2.362.000,00	2.362.000,00	167.610,61	167.610,61	7,10
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	16.053.000,00	16.053.000,00	1.759.509,13	1.759.509,13	10,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					56,35
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				2.885,99	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				2.885,99	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	15.391.200,00	15.391.200,00	2.306.260,07	2.306.260,07	14,98
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.025.000,00	5.025.000,00	756.537,49	756.537,49	15,06
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.370.000,00	2.370.000,00	402.503,35	402.503,35	16,98
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.655.000,00	2.655.000,00	354.034,14	354.034,14	13,33
24- ENSINO FUNDAMENTAL	16.691.800,00	16.691.800,00	1.881.008,87	1.881.008,87	11,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.683.000,00	13.683.000,00	1.357.005,78	1.357.005,78	9,92
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.008.800,00	3.008.800,00	524.003,09	524.003,09	17,42
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.784.800,00	21.784.800,00	2.637.546,36	2.637.546,36	12,11
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					235.044,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.986,37
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					2.394,65
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					245.425,03
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.392.121,33
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,93

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.590.000,00	1.590.000,00	4.555,50	4.555,50	0,29
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.287.300,00	1.287.300,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.877.300,00	2.877.300,00	4.555,50	4.555,50	0,16
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.662.100,00	24.662.100,00	2.642.101,86	2.642.101,86	10,71
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	11.630,30		2.394,65		



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.885,99	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.731.683,23	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.746.571,14	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.986,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	995.984,45	0,00

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B.Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 2.885,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - 1º Bimestre RREO/2010

Município de CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	61.564.800,00	61.564.800,00	9.225.040,27	14,98
Impostos	11.482.200,00	11.482.200,00	1.503.426,43	13,09
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.600.000,00	3.600.000,00	154.407,37	4,29
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.272.000,00	1.272.000,00	168.807,59	13,27
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	5.900.000,00	5.900.000,00	1.072.719,15	18,18
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	710.200,00	710.200,00	107.492,32	15,14
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	651.600,00	651.600,00	99.286,29	15,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	42.400,00	42.400,00	10.670,37	25,17
Dívida Ativa dos Impostos	356.200,00	356.200,00	50.611,20	14,21
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	253.000,00	253.000,00	38.004,72	15,02
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	49.431.000,00	49.431.000,00	7.622.327,55	15,42
Da União	16.807.000,00	16.807.000,00	2.619.373,77	15,59
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	16.500.000,00	16.500.000,00	2.587.785,22	15,68
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.000,00	7.000,00	838,87	11,98
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	300.000,00	300.000,00	30.749,68	10,25
Do Estado	32.624.000,00	32.624.000,00	5.002.953,78	15,34
Cota-Parte do ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	4.268.524,41	16,87
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	850.000,00	850.000,00	93.519,18	11,00
Cota-Parte do IPVA	6.474.000,00	6.474.000,00	640.910,19	9,90
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	17.772.600,00	17.772.600,00	2.444.380,66	13,75
Da União para o Município	16.214.300,00	16.214.300,00	2.381.627,72	14,69
Do Estado para o Município	1.471.400,00	1.471.400,00	60.627,26	4,12
Demais Municípios para o Município	86.900,00	86.900,00	2.125,68	2,45
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	44.302.800,00	44.302.800,00	7.506.055,17	16,94
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-9.886.200,00	-9.886.200,00	-1.524.465,12	15,42
TOTAL	113.754.000,00	113.754.000,00	17.651.010,98	15,52

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	27.471.700,00	27.791.700,00	3.775.787,25	13,59
Pessoal e Encargos Sociais	8.878.200,00	9.048.200,00	1.332.961,52	14,73
Outras Despesas Correntes	18.593.500,00	18.743.500,00	2.442.825,73	13,03
DESPESAS DE CAPITAL	162.900,00	162.900,00	0,00	0,00
Investimentos	162.900,00	162.900,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	162.900,00	162.900,00	0,00	0,00
Investimentos	162.900,00	162.900,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	27.634.600,00	27.954.600,00	3.775.787,25	13,51

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e) despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	27.634.600,00	27.954.600,00	3.775.787,25	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	17.772.600,00	17.942.600,00	2.344.077,74	62,08
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	17.772.600,00	17.942.600,00	2.344.077,74	62,08
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	9.862.000,00	10.012.000,00	1.431.709,51	37,92

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	39.635,70	7.366,80

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V - VI}{I}$	15,44
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	9.210.500,00	9.380.500,00	1.202.959,46	31,86
Suporte Profilático e Terapêutico	16.555.800,00	16.555.800,00	2.297.177,15	60,84
Vigilância Sanitária	552.400,00	552.400,00	9.406,17	0,25
Outras Subfunções	1.315.900,00	1.465.900,00	266.244,47	7,05
TOTAL	27.634.600,00	27.954.600,00	3.775.787,25	100,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CONCORDIA, 28/02/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P.B.Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N°. 054

DECRETO N°. 054, DE 15 DE MARÇO DE 2010.
AUTORIZA SERVIDORES PUBLICOS A CONDUZIREM VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais, abaixo nominados, a conduzirem os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Gibrair Jose Madella	Sec. Munic. De Agricultura e Meio Ambiente
Heitor de Sennes Pinto Sobrinho	Medico Veterinário
Gilson Eduardo Pahl	Engenheiro Agrônomo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, 15 de março de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria N°. 040

PORTARIA N°. 040, DE 18 DE MARÇO DE 2010.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 11/03/2010 à 09/04/2010.

Nome	Cargo	Referência
Eriberto Calza	Operador de Maquinas II	09/02/2009 à 08/02/2010

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de março de 2010.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Convênio

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009. NÚMERO CONVÊNIO: 027/2009

VALOR CONVÊNIO: R\$ 620.073,88 (seiscentos e vinte mil setenta e três reais e oitenta e oito centavos)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/12//2009

DESCRIÇÃO: O objeto deste convenio e a construção de escolas

,no ambito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Publica de Educação Infantil - PROINFÂNCIA

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2):2 CPF/CNPJ: 00.378.257/0001-81

CONVENIADA: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

- FNDE

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: O prazo de vigência do presente Termo de Convênio é de 540 dias a contar da data de sua assinatura.

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 843/10

PORTARIA Nº 843/10

EXONERA A PEDIDO, A SRA. MICHELE CORREA BUENO, DO CARGO DE ENFERMEIRO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. MICHELE CORREA BUENO, do cargo de Enfermeiro Estratégia Saúde da Família, admitida pelo Concurso Público nº 001/03, nomeada através da Portaria nº 010/04 de 29 de janeiro de 2004.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de março de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 0654/2010

PORTARIA N.º 0654 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;



RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora LADY GRANDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.508.479-42, contratada em caráter temporário no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0655/2010

PORTARIA N.º 0655 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor JULIANO ARTEMIO ZONTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 071.224.079-93, contratado em caráter temporário no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITAÇÃO 60, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0656/2010

PORTARIA N.º 0656 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor JEAN SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.236.129-23, contratado em caráter temporário no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0657/2010

PORTARIA N.º 0657 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor FERNANDO ANDRÉ MARQUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 813.997.159-68, contratado em caráter temporário no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0658/2010

PORTARIA N.º 0658 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor DARLAN RIZZOLLI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 049.111.089-83, contratado em caráter temporário no cargo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0659/2010

PORTARIA N.º 0659 DE 24 DE MARÇO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor SÉRGIO ANTONIO CLAUDIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 324.847.500-91, nomeado para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.



NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0660/2010

PORTARIA N.º 0660 DE 24 DE MARÇO DE 2010.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0109, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSÉ CLEOMAR GUEDES DUARTE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 590.969.189-91, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Fundação Municipal de Esportes - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 1º de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0661/2010

PORTARIA N.º 0661 DE 24 DE MARÇO DE 2010.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0109, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IVONETE APARECIDA MOREIRA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.223.889-50, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 1º de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0662/2010

PORTARIA N.º 0662 DE 24 DE MARÇO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º

1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARCO ANTONIO DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 737.642.569-15, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1º de abril de 2010 até 30 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0663/2010

PORTARIA N.º 0663 DE 24 DE MARÇO DE 2010.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0109, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JESUS DANILO ANTUNES LACORTT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 261.992.110-49, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 1º de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0664/2010

PORTARIA N.º 0664 DE 24 DE MARÇO DE 2010.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0109, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOCELIA APARECIDA DA CRUZ DAVID, brasileira,



casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.151.309-93, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, lotada na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 1º de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0665/2010

PORTARIA N.º 0665 DE 24 DE MARÇO DE 2010.
Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 777.150.399-34, contratada em caráter temporário no cargo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0666/2010

PORTARIA N.º 0666 DE 24 DE MARÇO DE 2010.
Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 767.926.179-20, contratada em caráter temporário no cargo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de março de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0667/2010

PORTARIA N.º 0667, DE 25 DE MARÇO DE 2010.
Dispõe sobre o afastamento por aposentadoria por invalidez

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 1.462, de 28 de janeiro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, a partir de 18 de março de 2010, a servidora IRENE RIBEIRO, brasileira, , inscrito no CPF sob o n.º 387.143.969-04, nomeada para o cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAOS SÊNIOR, por aposentadoria por invalidez, com data de início fixada pelo INSS em 11 de dezembro de 2009, Benefício nº 5390177165, conforme Concessão de Aposentadoria expedida em 09 de janeiro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento.

Aviso de Retificação Pregão Presencial Nº 0035/2010A PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2010A– PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0021/2010

O Município de Fraiburgo (SC) torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de roupas de cama, roupas de bebê e banheiras para doação de Kits infantis às famílias carentes do Município de Fraiburgo, nos termos do art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, foi alterada a descrição do tamanho do item 02 de 1,10X1,00m para 0,90X1,10m. Desta forma, como tal alteração afetará a formulação das propostas, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a abertura do certame de 29/03/2010 para o dia 08/04/2010, com credenciamento a partir das 09:00 horas e abertura dos envelopes às 09:15 horas.

Informações e/ou cópia na íntegra do Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3251 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de março de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal



ANEXO 01 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.000.000,00	54.000.000,00	8.182.959,65	15,15	8.182.959,65	15,15	45.817.040,35
RECEITAS CORRENTES	46.960.000,00	46.960.000,00	7.924.329,21	16,87	7.924.329,21	16,87	39.035.670,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.656.400,00	5.656.400,00	1.407.873,41	24,89	1.407.873,41	24,89	4.248.526,59
IMPOSTOS	3.720.000,00	3.720.000,00	524.195,08	14,09	524.195,08	14,09	3.195.804,92
TAXAS	1.586.400,00	1.586.400,00	813.770,84	51,30	813.770,84	51,30	772.629,16
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	350.000,00	350.000,00	69.907,49	19,97	69.907,49	19,97	280.092,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	723.000,00	723.000,00	59.711,14	8,26	59.711,14	8,26	663.288,86
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	718.000,00	718.000,00	59.711,14	8,32	59.711,14	8,32	658.288,86
RECEITA PATRIMONIAL	922.200,00	922.200,00	93.429,12	10,13	93.429,12	10,13	828.770,88
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	15.100,00	15.100,00	2.118,40	14,03	2.118,40	14,03	12.981,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	907.100,00	907.100,00	91.310,72	10,07	91.310,72	10,07	815.789,28
RECEITA DE SERVIÇOS	2.820.700,00	2.820.700,00	632.708,39	22,43	632.708,39	22,43	2.187.991,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.628.000,00	35.628.000,00	5.485.812,84	15,40	5.485.812,84	15,40	30.142.187,16
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	35.471.000,00	35.471.000,00	5.474.952,35	15,44	5.474.952,35	15,44	29.996.047,65
Transf. de Instituições Privadas	152.000,00	152.000,00	10.860,49	7,15	10.860,49	7,15	141.139,51
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.209.700,00	1.209.700,00	244.794,31	20,24	244.794,31	20,24	964.905,69
Multas e Juros de Mora	678.300,00	678.300,00	107.491,55	15,85	107.491,55	15,85	570.808,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.900,00	12.900,00	6.679,87	51,78	6.679,87	51,78	6.220,13
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	511.000,00	511.000,00	128.116,89	25,07	128.116,89	25,07	382.883,11
RECEITAS DIVERSAS	7.500,00	7.500,00	2.506,00	33,41	2.506,00	33,41	4.994,00
RECEITAS DE CAPITAL	7.040.000,00	7.040.000,00	258.630,44	3,67	258.630,44	3,67	6.781.369,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	691,04	1,73	691,04	1,73	39.308,96
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	30.000,00	30.000,00	691,04	2,30	691,04	2,30	29.308,96
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	257.939,40	0,00	257.939,40	0,00	-257.939,40
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	257.939,40	0,00	257.939,40	0,00	-257.939,40
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	54.000.000,00	54.000.000,00	8.182.959,65	15,15	8.182.959,65	15,15	45.817.040,35

Continua 1/3



Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	54.000.000,00	54.000.000,00	8.182.959,65	15,15	8.182.959,65	15,15	45.817.040,35
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	54.000.000,00	54.000.000,00	8.182.959,65	15,15	8.182.959,65	15,15	45.817.040,35
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.627.359,18	—	—	428.683,88	—	—
Superávit Financeiro	—	2.627.359,18	—	—	428.683,88	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.000.000,00	4.782.283,46	58.782.283,46	17.326.776,59	17.326.776,59	5.683.448,66	5.683.448,66	9,67	53.098.834,80
DESPESAS CORRENTES	36.614.200,00	1.664.136,55	38.278.336,55	11.706.624,71	11.706.624,71	4.809.884,52	4.809.884,52	12,57	33.468.452,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.369.950,00	132.929,89	21.502.879,89	2.978.928,46	2.978.928,46	2.942.232,12	2.942.232,12	13,68	18.560.647,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	110.000,00	0,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	49.726,42	49.726,42	45,21	60.273,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.134.250,00	1.531.206,66	16.665.456,66	8.617.696,25	8.617.696,25	1.817.925,98	1.817.925,98	10,91	14.847.530,68
DESPESAS DE CAPITAL	17.105.800,00	3.118.146,91	20.223.946,91	5.620.151,88	5.620.151,88	873.564,14	873.564,14	4,32	19.350.382,77
INVESTIMENTOS	14.415.800,00	3.118.146,91	17.533.946,91	2.971.747,12	2.971.747,12	319.009,95	319.009,95	1,82	17.214.936,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.690.000,00	0,00	2.690.000,00	2.648.404,76	2.648.404,76	554.554,19	554.554,19	20,62	2.135.445,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	54.000.000,00	4.782.283,46	58.782.283,46	17.326.776,59	17.326.776,59	5.683.448,66	5.683.448,66	9,67	53.098.834,80

Continua 2/3



Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	54.000.000,00	4.782.283,46	58.782.283,46	17.326.776,59	17.326.776,59	5.683.448,66	5.683.448,66	9,67	53.098.834,80
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.499.510,99	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	54.000.000,00	4.782.283,46	58.782.283,46	17.326.776,59	17.326.776,59	5.683.448,66	8.182.959,65	9,67	53.098.834,80

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ildo Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno



ANEXO 02 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.000.000,00	58.782.283,46	17.326.776,59	17.326.776,59	5.683.448,66	5.683.448,66	100,00	9,67	53.098.834,80
Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	197.910,88	197.910,88	160.667,06	160.667,06	2,83	8,16	1.809.332,94
Ação Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	197.910,88	197.910,88	160.667,06	160.667,06	2,83	8,16	1.809.332,94
Administração	4.700.000,00	4.822.469,72	1.268.089,54	1.268.089,54	664.075,23	664.075,23	11,68	13,77	4.158.394,49
Administração Geral	3.580.000,00	3.702.469,72	1.081.781,55	1.081.781,55	517.405,21	517.405,21	9,10	13,97	3.185.064,51
Administração Financeira	1.000.000,00	1.000.000,00	167.294,78	167.294,78	130.199,31	130.199,31	2,29	13,02	869.800,69
Controle Interno	120.000,00	120.000,00	19.013,21	19.013,21	16.470,71	16.470,71	0,29	13,73	103.529,29
Segurança Pública	590.000,00	876.308,42	262.013,90	262.013,90	28.651,29	28.651,29	0,50	3,27	847.657,13
Policimento	400.000,00	505.123,36	117.848,91	117.848,91	20.276,89	20.276,89	0,36	4,01	484.846,47
Defesa Civil	190.000,00	371.185,06	144.164,99	144.164,99	8.374,40	8.374,40	0,15	2,26	362.810,66
Assistência Social	1.310.000,00	1.370.861,06	388.137,11	388.137,11	140.590,10	140.590,10	2,47	10,26	1.230.270,96
Assistência ao Idoso	35.000,00	40.362,91	538,32	538,32	437,74	437,74	0,01	1,08	39.925,17
Assistência ao Portador de Deficiência	95.000,00	95.000,00	82.700,00	82.700,00	18.000,00	18.000,00	0,32	18,95	77.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	330.000,00	370.737,77	133.174,16	133.174,16	25.651,69	25.651,69	0,45	6,92	345.086,08
Assistência Comunitária	850.000,00	864.760,38	171.724,63	171.724,63	96.500,67	96.500,67	1,70	11,16	768.259,71
Saúde	7.400.000,00	8.385.723,75	3.223.357,73	3.223.357,73	1.107.750,11	1.107.750,11	19,49	13,21	7.277.973,64
Atenção Básica	7.230.000,00	8.188.488,71	3.164.353,55	3.164.353,55	1.085.243,64	1.085.243,64	19,09	13,25	7.103.245,07
Vigilância Sanitária	100.000,00	100.000,00	19.889,53	19.889,53	14.731,53	14.731,53	0,26	14,73	85.268,47
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	97.235,04	39.114,65	39.114,65	7.774,94	7.774,94	0,14	8,00	89.460,10
Educação	16.410.000,00	18.488.710,11	5.537.001,74	5.537.001,74	1.689.515,27	1.689.515,27	29,73	9,14	16.799.194,84
Ensino Fundamental	11.700.000,00	12.180.836,30	2.241.284,21	2.241.284,21	946.387,72	946.387,72	16,65	7,77	11.234.448,58
Ensino Médio	410.000,00	412.602,24	122.931,40	122.931,40	1.877,20	1.877,20	0,03	0,45	410.725,04
Ensino Superior	525.000,00	525.000,00	420.000,00	420.000,00	20.538,77	20.538,77	0,36	3,91	504.461,23
Educação Infantil	3.705.000,00	5.280.727,02	2.722.439,96	2.722.439,96	715.278,91	715.278,91	12,59	13,55	4.565.448,11
Educação de Jovens e Adultos	70.000,00	89.544,55	30.346,17	30.346,17	5.432,67	5.432,67	0,10	6,07	84.111,88
Cultura	500.000,00	551.331,80	117.493,91	117.493,91	36.904,16	36.904,16	0,65	6,69	514.427,64
Difusão Cultural	500.000,00	551.331,80	117.493,91	117.493,91	36.904,16	36.904,16	0,65	6,69	514.427,64
Urbanismo	10.740.000,00	11.185.572,49	1.158.783,44	1.158.783,44	396.110,72	396.110,72	6,97	3,54	10.789.461,77
Infra-Estrutura Urbana	7.740.000,00	8.032.500,00	201.026,26	201.026,26	55.021,60	55.021,60	0,97	0,68	7.977.478,40
Serviços Urbanos	2.950.000,00	3.103.072,49	957.757,18	957.757,18	341.089,12	341.089,12	6,00	10,99	2.761.983,37
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação	1.290.000,00	1.290.000,00	4.320,00	4.320,00	4.320,00	4.320,00	0,08	0,33	1.285.680,00
Habitação Rural	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Habitação Urbana	1.250.000,00	1.250.000,00	4.320,00	4.320,00	4.320,00	4.320,00	0,08	0,35	1.245.680,00

Continua 1/2



Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.000.000,00	58.782.283,46	17.326.776,59	17.326.776,59	5.683.448,66	5.683.448,66	100,00	9,67	53.098.834,80
Saneamento	3.370.000,00	3.670.000,00	1.409.480,49	1.409.480,49	560.218,91	560.218,91	9,86	15,26	3.109.781,09
Saneamento Básico Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Saneamento Básico Urbano	3.320.000,00	3.620.000,00	1.409.480,49	1.409.480,49	560.218,91	560.218,91	9,86	15,48	3.059.781,09
Gestão Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Agricultura	700.000,00	1.125.000,00	192.740,91	192.740,91	127.888,86	127.888,86	2,25	11,37	997.111,14
Abastecimento	110.000,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	505.000,00
Extensão Rural	590.000,00	620.000,00	192.740,91	192.740,91	127.888,86	127.888,86	2,25	20,63	492.111,14
Indústria	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Promoção Industrial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Comércio e Serviços	277.000,00	302.000,00	27.473,68	27.473,68	6.423,99	6.423,99	0,11	2,13	295.576,01
Promoção Comercial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	257.000,00	282.000,00	27.473,68	27.473,68	6.423,99	6.423,99	0,11	2,28	275.576,01
Transporte	420.000,00	421.306,11	324.924,61	324.924,61	69.264,32	69.264,32	1,22	16,44	352.041,79
Transporte Rodoviário	420.000,00	421.306,11	324.924,61	324.924,61	69.264,32	69.264,32	1,22	16,44	352.041,79
Desporto e Lazer	638.000,00	638.000,00	116.671,41	116.671,41	36.118,66	36.118,66	0,64	5,66	601.881,34
Desporto Comunitário	570.000,00	570.000,00	116.671,41	116.671,41	36.118,66	36.118,66	0,64	6,34	533.881,34
Lazer	68.000,00	68.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00
Encargos Especiais	3.350.000,00	3.350.000,00	3.098.377,24	3.098.377,24	654.949,98	654.949,98	11,52	19,55	2.695.050,02
Serviço da Dívida Interna	2.800.000,00	2.800.000,00	2.758.404,76	2.758.404,76	604.280,61	604.280,61	10,63	21,58	2.195.719,39
Outros Encargos Especiais	550.000,00	550.000,00	339.972,48	339.972,48	50.669,37	50.669,37	0,89	9,21	499.330,63
Reserva de Contingência	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00
Reserva de Contingência	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	54.000.000,00	58.782.283,46	17.326.776,59	17.326.776,59	5.683.448,66	5.683.448,66	100,00	9,67	53.098.834,80

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ	ISABEL C. B. SCAPINELLO	Ilido Lucas	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9	Tesoureiro	Controlador Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



ANEXO 03 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2009 A FEVEREIRO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.106.684,21	4.334.540,48	4.461.113,13	4.136.287,36	3.895.366,65	3.884.621,20	4.067.790,97	4.241.711,30	4.315.459,21	5.485.065,68	4.251.297,22	4.424.219,73	51.714.157,14	51.849.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	511.024,23	925.625,29	439.195,90	456.813,14	420.600,03	473.478,50	408.674,98	448.754,85	464.386,46	582.458,31	606.623,83	801.249,58	6.538.685,10	5.656.400,00
I.P.T.U.	106.397,10	464.321,44	40.067,58	13.064,68	13.710,29	13.416,78	21.091,19	11.231,30	4.895,22	23.468,16	740,31	9.807,81	722.301,86	710.000,00
I.S.S.	174.956,26	176.976,25	160.288,94	158.658,84	139.196,06	154.920,33	152.537,09	151.016,47	178.241,05	243.007,15	206.787,89	156.562,59	2.053.148,92	2.000.000,00
I.T.B.I.	14.077,42	18.926,64	28.393,55	76.197,37	32.850,74	30.954,99	15.654,71	37.333,17	41.236,55	44.844,07	21.809,01	21.526,40	383.804,62	445.000,00
I.R.R.F.	33.064,37	33.679,90	48.729,13	45.170,55	41.530,42	38.861,02	40.414,00	39.791,62	49.901,92	78.656,76	45.809,72	61.061,35	556.670,76	565.000,00
Outras Receitas Tributárias	182.529,08	231.721,06	161.716,70	163.721,70	193.312,52	235.325,38	178.977,99	209.382,29	190.111,72	192.482,17	331.476,90	552.201,43	2.822.958,94	1.936.400,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	99.285,60	18.416,09	54.795,86	840,20	152.275,67	54.185,56	52.937,45	54.601,20	54.595,35	54.287,71	0,00	59.711,14	655.931,83	723.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	79.237,58	69.514,79	70.657,10	65.156,03	63.960,16	55.086,61	52.114,24	50.608,78	57.814,75	57.467,54	44.267,07	49.162,05	715.046,70	922.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	311.960,44	274.294,83	269.259,13	262.616,72	285.581,69	233.074,08	290.107,43	273.494,54	261.271,57	291.930,29	273.608,41	359.099,98	3.386.299,11	2.820.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.998.851,63	2.947.455,24	3.533.762,59	3.259.770,28	2.851.780,73	3.065.725,82	3.162.974,39	3.305.136,17	3.366.220,03	4.285.410,30	3.193.823,52	3.043.177,06	39.014.087,76	40.517.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	678.180,26	809.079,09	961.634,45	829.757,71	636.669,68	740.656,69	655.641,00	754.204,56	941.445,23	1.448.724,47	776.787,99	948.402,17	10.181.183,30	11.200.000,00
Cota-Parte do L.C.M.S.	937.248,22	793.404,18	846.527,76	854.087,45	812.432,77	728.614,98	1.016.072,12	863.348,16	770.855,45	1.299.769,61	974.578,30	823.464,42	10.720.403,42	11.300.000,00
Cota-Parte do L.P.V.A.	156.643,65	155.043,10	134.049,85	138.492,69	145.486,04	152.150,99	148.719,47	193.939,02	161.307,42	91.219,80	80.602,96	99.204,19	1.656.859,18	1.460.000,00
Cota-Parte do ITR.	63,30	92,29	41,39	151,58	82,41	33,37	1.712,82	16.894,52	1.739,89	2.401,93	547,95	7,37	23.768,82	25.000,00
Transferências da LC 61/1989	14.695,22	12.874,37	18.475,02	17.063,29	15.651,11	16.888,59	17.506,48	22.269,39	17.667,27	25.646,30	19.967,35	19.425,12	218.129,51	360.000,00
Transferências da LC 87/1996	6.686,60	6.686,60	6.686,60	6.686,60	0,00	6.686,60	6.686,60	6.686,60	6.686,60	6.686,60	6.476,24	6.476,24	73.131,88	100.000,00
Transferências do FUNDEB	845.264,74	700.978,94	1.019.807,78	884.675,47	805.329,99	842.053,69	878.257,59	888.816,02	927.069,80	1.007.980,61	976.110,23	864.410,36	10.640.755,22	11.000.000,00
Outras Transferências Correntes	360.069,64	469.296,67	546.539,74	528.855,49	436.128,73	578.640,91	438.378,31	558.977,90	539.448,37	402.980,98	358.752,50	281.787,19	5.499.856,43	5.072.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.324,73	99.234,24	93.442,55	91.090,99	121.168,37	103.070,63	100.982,48	109.115,76	111.171,05	223.511,53	132.974,39	111.819,92	1.403.906,64	1.209.700,00
DEDUÇÕES (II)	358.703,08	355.057,20	393.425,41	369.247,72	322.064,25	329.006,13	369.587,44	371.468,31	379.940,23	488.157,82	371.791,96	379.395,78	4.487.845,33	4.889.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	358.703,08	355.057,20	393.425,41	369.247,72	322.064,25	329.006,13	369.587,44	371.468,31	379.940,23	488.157,82	371.791,96	379.395,78	4.487.845,33	4.889.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.747.981,13	3.979.483,28	4.067.687,72	3.767.039,64	3.573.302,40	3.555.615,07	3.698.203,53	3.870.242,99	3.935.518,98	5.006.907,86	3.879.505,26	4.044.823,95	47.226.311,81	46.960.000,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS
FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ Prefeito Municipal	ISABEL C. B. SCAPINELLO Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9	lido Lucas Tesoureiro	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
-----------------------------------	------------------------------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------------------

ANEXO 06 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Feb 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.953.875,46	3.953.875,46	3.399.321,27
DEDUÇÕES (II)	8.409.459,51	8.411.468,41	10.398.869,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.411.468,41	8.411.468,41	11.290.893,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.008,90	0,00	892.023,95
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.455.584,05	-4.457.592,95	-6.999.548,33
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.455.584,05	-4.457.592,95	-6.999.548,33

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2010 (C - A)
VALOR	-2.541.955,38	-2.543.964,28

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	4.796.848,42

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 28 Feb 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ido Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno



ANEXO 07 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	46.052.900,00	7.833.018,49	7.833.018,49	7.180.143,56
Receita Tributária	5.656.400,00	1.407.873,41	1.407.873,41	1.147.395,18
I.P.T.U.	710.000,00	10.638,12	10.638,12	22.988,08
I.S.S.	2.000.000,00	363.350,48	363.350,48	281.453,64
I.T.B.I.	445.000,00	43.335,41	43.335,41	63.726,37
I.R.R.F.	565.000,00	106.871,07	106.871,07	89.730,27
Outras Receitas Tributárias	1.936.400,00	883.678,33	883.678,33	689.496,82
Receita de Contribuição	723.000,00	59.711,14	59.711,14	57.103,13
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	723.000,00	59.711,14	59.711,14	57.103,13
Receita Patrimonial Líquida	15.100,00	2.118,40	2.118,40	1.457,46
Receita Patrimonial	922.200,00	93.429,12	93.429,12	138.277,15
(-) Aplicações Financeiras	907.100,00	91.310,72	91.310,72	136.819,69
Transferências Correntes	35.628.000,00	5.485.812,84	5.485.812,84	5.097.779,01
F.P.M.	8.960.000,00	1.380.152,17	1.380.152,17	1.406.664,63
I.C.M.S.	9.040.000,00	1.438.434,30	1.438.434,30	1.240.874,61
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	17.628.000,00	2.667.226,37	2.667.226,37	2.450.239,77
Demais Receitas Correntes	4.030.400,00	877.502,70	877.502,70	876.408,78
Dívida Ativa	511.000,00	128.116,89	128.116,89	91.018,40
Diversas Receitas Correntes	3.519.400,00	749.385,81	749.385,81	785.390,38
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.040.000,00	258.630,44	258.630,44	8.197,97
Operações de Crédito (III)	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	691,04	691,04	8.197,97
Transferências de Capital	0,00	257.939,40	257.939,40	0,00
Convênios	0,00	257.939,40	257.939,40	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	257.939,40	257.939,40	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	46.052.900,00	8.090.957,89	8.090.957,89	7.180.143,56
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	38.258.336,55	4.809.884,52	4.809.884,52	4.467.133,79
Pessoal e Encargos Sociais	21.497.879,89	2.942.232,12	2.942.232,12	2.670.013,95
Juros e Encargos da Dívida (IX)	110.000,00	49.726,42	49.726,42	67.495,42
Outras Despesas Correntes	16.650.456,66	1.817.925,98	1.817.925,98	1.729.624,42
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	38.148.336,55	4.760.158,10	4.760.158,10	4.399.638,37
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.223.946,91	873.564,14	873.564,14	507.150,80
Investimentos	17.533.946,91	319.009,95	319.009,95	59.444,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.690.000,00	554.554,19	554.554,19	447.706,30
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	17.533.946,91	319.009,95	319.009,95	59.444,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	280.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	280.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-



Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	55.962.283,46	5.079.168,05	5.079.168,05	4.459.082,87
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.909.383,46	3.011.789,84	3.011.789,84	2.721.060,69
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	428.683,88	2.627.359,18
Superávit Financeiro	-	-	428.683,88	2.627.359,18
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-5.147.100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ildo Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

ANEXO 09 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	2.008,90	-	2.008,90	-	739.057,39	1.792.616,98	-	413.772,31	2.117.902,06
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.008,90	0,00	2.008,90	0,00	739.057,39	1.417.122,38	0,00	318.740,16	1.837.439,61
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	523.159,30	0,00	0,00	0,00	523.159,30
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.572,99	0,00	4.594,52	3.978,47
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.546,86	828.797,75	0,00	197.072,65	645.271,96
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.790,60	0,00	920,00	244.870,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.661,69	274.000,00	0,00	80.952,01	344.709,68
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.047,54	0,00	10.723,84	22.323,70
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	2.008,90	0,00	2.008,90	0,00	50.689,54	26.913,50	0,00	24.477,14	53.125,90
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.610,11	0,00	7.710,11	26.900,00
AUTARQUIAS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.610,11	0,00	7.710,11	26.900,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.884,49	0,00	87.322,04	253.562,45
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.884,49	0,00	87.322,04	253.562,45
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	2.008,90	0,00	2.008,90	0,00	739.057,39	1.792.616,98	0,00	413.772,31	2.117.902,06

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ildo Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno



ANEXO 10 RREO 1º BIMESTRE 2010

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.378.000,00	4.378.000,00	632.437,33	632.437,33	14,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.246.000,00	1.246.000,00	110.984,78	110.984,78	8,91
1.1.1- IPTU	710.000,00	710.000,00	10.638,12	10.638,12	1,50
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	6.000,00	6.000,00	113,76	113,76	1,90
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	74.797,76	74.797,76	21,37
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	180.000,00	180.000,00	25.435,14	25.435,14	14,13
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	445.000,00	445.000,00	43.335,41	43.335,41	9,74
1.2.1- ITBI	445.000,00	445.000,00	43.335,41	43.335,41	9,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.122.000,00	2.122.000,00	371.246,07	371.246,07	17,50
1.3.1- ISS	2.000.000,00	2.000.000,00	363.350,48	363.350,48	18,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	16.000,00	16.000,00	2.938,25	2.938,25	18,36
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	70.000,00	70.000,00	3.305,42	3.305,42	4,72
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	36.000,00	36.000,00	1.651,92	1.651,92	4,59
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	565.000,00	565.000,00	106.871,07	106.871,07	18,92
1.4.1- IRRF	565.000,00	565.000,00	106.871,07	106.871,07	18,92
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.445.000,00	24.445.000,00	3.755.940,30	3.755.940,30	15,36
2.1- Cota-Parte FPM	11.200.000,00	11.200.000,00	1.725.190,16	1.725.190,16	15,40
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.200.000,00	11.200.000,00	1.725.190,16	1.725.190,16	15,40
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.300.000,00	11.300.000,00	1.798.042,72	1.798.042,72	15,91
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	12.952,48	12.952,48	12,95
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	360.000,00	360.000,00	39.392,47	39.392,47	10,94
2.5- Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	555,32	555,32	2,22
2.6- Cota-Parte IPVA	1.460.000,00	1.460.000,00	179.807,15	179.807,15	12,32
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	28.823.000,00	28.823.000,00	4.388.377,63	4.388.377,63	15,23

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.645.600,00	1.645.600,00	224.379,93	224.379,93	13,64
5.1- Transferências do Salário-Educação	960.000,00	960.000,00	223.702,03	223.702,03	23,30
5.2- Outras Transferências do FNDE	667.000,00	667.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	18.600,00	18.600,00	677,90	677,90	3,64
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	405.500,00	405.500,00	2.341,30	2.341,30	0,58
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.051.100,00	2.051.100,00	226.721,23	226.721,23	11,05

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.889.000,00	4.889.000,00	751.187,74	751.187,74	15,36
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.240.000,00	2.240.000,00	345.037,99	345.037,99	15,40
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.260.000,00	2.260.000,00	359.608,42	359.608,42	15,91
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	2.590,48	2.590,48	12,95
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	72.000,00	72.000,00	7.878,50	7.878,50	10,94
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.000,00	5.000,00	111,04	111,04	2,22
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	292.000,00	292.000,00	35.961,31	35.961,31	12,32
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.140.000,00	11.140.000,00	1.851.923,58	1.851.923,58	16,62
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.000.000,00	11.000.000,00	1.840.520,59	1.840.520,59	16,73
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	140.000,00	140.000,00	11.402,99	11.402,99	8,14
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.111.000,00	6.111.000,00	1.089.332,85	1.089.332,85	17,83

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.798.000,00	7.919.906,47	814.676,12	814.676,12	10,29
13.1- Com Educação Infantil	1.498.000,00	1.498.000,00	409.573,24	409.573,24	27,34
13.2- Com Ensino Fundamental	6.300.000,00	6.421.906,47	405.102,88	405.102,88	6,31
14- OUTRAS DESPESAS	3.342.000,00	3.342.000,00	388.751,96	388.751,96	11,63
14.1- Com Educação Infantil	1.342.000,00	1.342.000,00	167.535,43	167.535,43	12,48
14.2- Com Ensino Fundamental	2.000.000,00	2.000.000,00	221.216,53	221.216,53	11,06
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	11.140.000,00	11.261.906,47	1.203.428,08	1.203.428,08	10,69
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					121.906,47
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					121.906,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					43,99
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				121.906,47	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	7.205.750,00	7.205.750,00	1.097.094,41	1.097.094,41	15,23
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.650.800,00	4.272.315,13	715.278,91	715.278,91	16,74
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.840.000,00	2.840.000,00	577.108,67	577.108,67	20,32
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	810.800,00	1.432.315,13	138.170,24	138.170,24	9,65
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.567.800,00	9.889.365,34	807.706,68	807.706,68	8,17
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.300.000,00	8.421.906,47	626.319,41	626.319,41	7,44
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.267.800,00	1.467.458,87	181.387,27	181.387,27	12,36
25- ENSINO MÉDIO	410.000,00	412.602,24	1.877,20	1.877,20	0,45
26- ENSINO SUPERIOR	525.000,00	525.000,00	20.538,77	20.538,77	3,91
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	260.000,00	260.336,62	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.413.600,00	15.359.619,33	1.545.401,56	1.545.401,56	10,06
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					330.333,87
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					11.402,99
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					341.736,86
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.181.248,73
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,92

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	975.000,00	1.142.779,19	109.860,93	109.860,93	9,61
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.021.400,00	1.986.311,59	34.252,78	34.252,78	1,72
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.996.400,00	3.129.090,78	144.113,71	144.113,71	4,61
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.410.000,00	18.488.710,11	1.689.515,27	1.689.515,27	9,14
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	355.906,47	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.840.520,59	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.219.098,84	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.402,99	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	988.731,21	0,00

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ildo Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 121.906,47, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

ANEXO 11 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	7.000.000,00	0,00		7.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	20.223.946,91	873.564,14	0,00	19.350.382,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	20.223.946,91	873.564,14	0,00	19.350.382,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-13.223.946,91	-873.564,14		-12.350.382,77

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ildo Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno



ANEXO 14 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	1.183,88	38.816,12
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	30.000,00	1.183,88	28.816,12
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	0,00	10.000,00
TOTAL	40.000,00	1.183,88	38.816,12

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	174.769,72	135,00	0,00	174.634,72
Investimentos	174.769,72	135,00	0,00	174.634,72
TOTAL	174.769,72	135,00	0,00	174.634,72

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2009 (h)	Em 2010 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	122.469,72	1.048,88	123.518,60

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ildo Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno



ANEXO 16 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	28.823.000,00	28.823.000,00	4.388.377,63	15,23
Impostos	3.720.000,00	3.720.000,00	524.195,08	14,09
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	710.000,00	710.000,00	10.638,12	1,50
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	445.000,00	445.000,00	43.335,41	9,74
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.000.000,00	2.000.000,00	363.350,48	18,17
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	565.000,00	565.000,00	106.871,07	18,92
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	658.000,00	658.000,00	108.242,25	16,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	22.000,00	22.000,00	3.052,01	13,87
Dívida Ativa dos Impostos	420.000,00	420.000,00	78.103,18	18,60
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	216.000,00	216.000,00	27.087,06	12,54
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	24.445.000,00	24.445.000,00	3.755.940,30	15,36
Da União	11.325.000,00	11.325.000,00	1.738.697,96	15,35
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.200.000,00	11.200.000,00	1.725.190,16	15,40
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	25.000,00	25.000,00	555,32	2,22
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	100.000,00	100.000,00	12.952,48	12,95
Do Estado	13.120.000,00	13.120.000,00	2.017.242,34	15,38
Cota-Parte do ICMS	11.300.000,00	11.300.000,00	1.798.042,72	15,91
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	360.000,00	360.000,00	39.392,47	10,94
Cota-Parte do IPVA	1.460.000,00	1.460.000,00	179.807,15	12,32
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	2.243.400,00	2.243.400,00	247.279,39	11,02
Da União para o Município	925.900,00	925.900,00	92.984,44	10,04
Do Estado para o Município	692.500,00	692.500,00	44.718,76	6,46
Outras Receitas do SUS	625.000,00	625.000,00	109.576,19	17,53
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	27.822.600,00	27.822.600,00	4.298.490,37	15,45
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-4.889.000,00	-4.889.000,00	-751.187,74	15,36
TOTAL	54.000.000,00	54.000.000,00	8.182.959,65	15,15

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	6.984.000,00	7.230.495,31	1.102.391,88	15,25
Pessoal e Encargos Sociais	3.862.750,00	3.873.773,42	652.551,71	16,85
Outras Despesas Correntes	3.121.250,00	3.356.721,89	449.840,17	13,40
DESPESAS DE CAPITAL	416.000,00	1.155.228,44	5.358,23	0,46
Investimentos	416.000,00	1.155.228,44	5.358,23	0,46

Continua 1/2



Município de FRAIBURGO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	416.000,00	1.155.228,44	5.358,23	0,46
Investimentos	416.000,00	1.155.228,44	5.358,23	0,46
TOTAL (IV)	7.400.000,00	8.385.723,75	1.107.750,11	13,21

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	7.400.000,00	8.385.723,75	1.107.750,11	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.243.900,00	2.964.623,75	261.897,84	23,64
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.243.900,00	2.964.623,75	261.897,84	23,64
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	5.156.100,00	5.421.100,00	845.852,27	76,36

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	28.922,40	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	19,27
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	7.230.000,00	8.188.488,71	1.085.243,64	97,97
Vigilância Sanitária	100.000,00	100.000,00	14.731,53	1,33
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	97.235,04	7.774,94	0,70
TOTAL	7.400.000,00	8.385.723,75	1.107.750,11	100,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ildo Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno



ANEXO 18 RREO 1º BIMESTRE 2010

Município de FRAIBURGO

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	54.000.000,00	
Previsão Atualizada		—	54.000.000,00	
Receitas Realizadas		8.182.959,65	8.182.959,65	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	428.683,88	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	54.000.000,00	
Créditos Adicionais		—	4.782.283,46	
Dotação Atualizada		—	58.782.283,46	
Despesas Empenhadas		17.326.776,59	17.326.776,59	
Despesas Liquidadas		5.683.448,66	5.683.448,66	
Superavit Orçamentário		—	2.499.510,99	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		17.326.776,59	17.326.776,59	
Despesas Liquidadas		5.683.448,66	5.683.448,66	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			47.226.311,81	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		4.796.848,42	-2.543.964,28	-53,03
Resultado Primário		-5.147.100,00	3.011.789,84	-58,51
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.008,90	0,00	2.008,90	0,00
EXECUTIVO	2.008,90	0,00	2.008,90	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.531.674,37	0,00	413.772,31	2.117.902,06
EXECUTIVO	2.190.789,88	0,00	326.450,27	1.864.339,61
LEGISLATIVO	340.884,49	0,00	87.322,04	253.562,45
TOTAL:	2.533.683,27	0,00	415.781,21	2.117.902,06
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		1.181.248,73	25%	26,92
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		692.769,65	60%	37,41
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	7.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida		873.564,14	19.350.382,77	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Município de FRAIBURGO

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		1.183,88	38.816,12
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		135,00	174.634,72
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		845.852,27	15,00
			19,27

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

FRAIBURGO, 24/03/2010

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ISABEL C. B. SCAPINELLO
Contadora CRC/SC nº 021.357/0-9

Ildo Lucas
Tesoureiro

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno



Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 030/2010

DECRETO N.º 030, DE 25 DE MARÇO DE 2010.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo, no dia 01 de abril de 2010, quinta-feira santa.

Art. 2º. O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da administração municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em ____/____/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 09/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 09/2010; Processo nº. 13/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: ANCS Informática Ltda EPP; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de móveis escolares, para a substituição de mobiliários danificados nas unidades de ensino existentes e equipar nova unidade de ensino no bairro da Gamboa, da Secretaria Municipal de Educação de Garopaba; Valor: 1.320,00; Data da Assinatura: 19/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 10/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 10/2010; Processo nº. 13/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Brufa Indústria e Comércio de Moveis Escolares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de móveis escolares, para a substituição de mobiliários danificados nas unidades de ensino existentes e equipar nova unidade de ensino no bairro da Gamboa, da Secretaria Municipal de Educação de Garopaba; Valor: 14.806,00; Data da Assinatura: 19/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 11/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 11/2010; Processo nº. 13/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Leandro Espindola Brum; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de móveis escolares, para a substituição de mobiliários danificados nas unidades de ensino existentes e equipar nova unidade de ensino no bairro da Gamboa, da Secretaria Municipal de Educação de Garopaba; Valor: 14.762,00; Data da Assinatura: 19/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 05/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 05/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 64.525,20; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 06/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 06/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 37.129,60; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 07/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 07/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Dimaci Material Cirúrgico Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 170.287,20; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de extrato de Ata de Registro de Preço nº 08/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 08/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Viamed Comércio de Medicamentos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 14.417,89; Data da Assinatura: 23/03/2010.



Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 09/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 09/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 6.000,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de extrato de Ata de Registro de Preço nº 10/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 10/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Marcofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 19.231,20; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 11/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 11/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Metromed Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 12.023,70; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 12/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 12/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Especialista Produtos para Laboratório Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 15.003,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 13/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 13/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Mauro Marciano Garcia de Freitas; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 9.431,11; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 14/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 14/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Prodiel Farmacêutica Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 26.174,60; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de extrato de Ata de Registro de Preço nº 15/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 15/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Fresenius Kabi Brasil Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 27.900,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 16/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 16/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Angeomed Comercio de Produtos Medico Hospitalar Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 35.058,46; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 17/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 17/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Mundifarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 8.915,88; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de extrato de Ata de Registro de Preço nº 18/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 18/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 8.640,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.



Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 19/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 19/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: BH Farma Comercio Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 26.840,35; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 20/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 20/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 30.495,60; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 21/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 21/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 1.050,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 22/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 22/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Sharkmed Distribuidora de Medicamentos Ltda. - ME; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 2.394,12; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 23/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 23/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 2.376,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 24/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 24/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Aglon Comercio e Representações Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 1.752,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 25/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 25/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Diprolmedi Medicamentos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 37.112,42; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 26/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 26/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Hospfar Indústria e Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 1.389,65; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 27/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 27/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Cirúrgica Santa Cruz Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 12.853,02; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 28/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 28/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de



uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 19.047,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 29/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 29/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Cirúrgica Jaw Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 15.804,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 30/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 30/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Sulmedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 163.329,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 31/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 31/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Presto medi Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 47.199,86; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 32/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 32/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Altermedi Material Medico Hospitalar Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 10.410,60; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 33/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 33/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a

necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 2.880,00; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço nº 34/2010 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Ata nº. 34/2010; Processo nº. 05/2010; Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; Contratada: Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de medicamentos de pronto atendimento, farmácia básica e de uso contínuo e controlado, para a Secretaria de Saúde; Valor: 23.425,44; Data da Assinatura: 23/03/2010.

Aviso de Extrato de Termo Aditivo 01.Proc.26

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

1º Termo Aditivo; Processo nº. 26/2009; Contrato: 25/2009; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Brasil Assessoria Contábil Governamental Ltda.; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 09 meses, que vigorará até 31/12/2010; Data da Assinatura: 22/03/2010.

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1472/2010

LEI Nº 1472, de 03 de março de 2010

"CONCEDE SUBVENÇÃO PARA A UNIÃO GARUENSE DE ESTUDANTES – UGE, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2010, no valor de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) a União Garuense de Estudantes – UGE, com sede a Avenida Celso Ramos, inscrita no CNPJ sob nº 01.733.904/0001-99, para o atendimento das despesas de transporte de estudantes de curso técnico e ou superior para fora do município.

Parágrafo 1º - Dependendo da disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal, os repasses serão efetuados em 10 (dez) parcelas de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) a partir do mês de março de 2010, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo 2º - Fica a União Garuense de Estudantes obrigada a apresentar à Prefeitura Municipal de Garuva os comprovantes de matrícula e frequência dos alunos nos respectivos cursos, no início de cada semestre letivo.

Art. 2º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.



Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1473/2010

LEI Nº 1473, de 03 de março de 2010.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 48.439,86 (quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

08.001.010.301.1011.2033	Manutenção do Setor de Saúde	3390	03.02.00	R\$	48.439,86
--------------------------	------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 93.551,78 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.303.1016.2045	Medicamentos para Consumo e Distr. SUS	3390	03.14.13	R\$	65.743,13
14.001.010.305.1017.2046	Manutenção do Progr. Vig.Epidemiológica	3390	03.14.16	R\$	17.808,65
14.001.010.305.1017.2046	Manutenção do Progr. Vig.Epidemiológica	4490	03.14.16	R\$	10.000,00

Art. 3º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1º e 2º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício 2009.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1474/2010

LEI Nº 1474, de 09 de março de 2010

"Concede subvenção para a Associação dos Bombeiros Comunitários de Garuva e dá outras providências".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2010, no valor de R\$ 16.380,00 (dezesseis mil e trezentos e oitenta reais) para Associação dos Bombeiros Comunitários de Garuva, inscrita no CNPJ sob nº 07.378.133/0001-60.

Art. 2º - Os repasses serão efetuados em 10 (dez) parcelas de R\$ 1.638,00 (um mil seiscentos e trinta e oito reais), a partir do mês de março de 2010, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1475/2010

LEI Nº 1475, de 17 de março de 2010

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – APAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2010, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para Associação de Pais e Amigos da Criança e Adolescente - APAM, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 500/89 de 30 de maio de 1989.

Parágrafo único - Os repasses serão efetuados em 10 (dez) parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a partir do mês de março de 2010, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 2º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Lei Nº 1476/2010

LEI Nº 1476, de 17 de março de 2010

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2010, no valor de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais), para APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 810/94 de 11 de agosto de 1994.

Art. 2º - Os repasses serão efetuados em 10 (dez) parcelas de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), a partir do mês de março de 2010, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 3º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal



Lei Nº 1477/2010

Lei Nº 1477, de 17 de março de 2010

"REVOGA INCENTIVOS ECONÔMICOS E FISCAIS CONCEDIDOS A EMPRESA MD INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS METÁLICOS LTDA, QUE HOJE GIRA COM A DENOMINAÇÃO PERMETÁLICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João Romão, Prefeito Municipal de Garuva Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e, com base na Lei Municipal Nº 554/89, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam Revogados todos os incentivos econômicos e fiscais autorizados pela Lei Ordinária Municipal nº 1.281/2.006 e concedidos à empresa MD Indústria e Comércio de Produtos Metálicos Ltda, que hoje gira com a denominação Permetálica Indústria e Comércio Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ Nº 07.112.350/0001-99, Inscrição Estadual Nº 254888585, Inscrição Municipal Nº 4002.9, com sede a Avenida Celso Ramos, nº 6.232, Distrito Industrial Sul, Garuva Estado de Santa Catarina, por descumprimento da Lei Municipal Nº 554/89.

Parágrafo Único- O benefício ora revogado, consistia na doação condicional de um terreno não edificado, com área de 12.492 m² (doze mil, quatrocentos e noventa e dois metros quadrados), sob a matrícula nº 98.455.

Art. 2º - Fica o chefe do poder executivo Municipal, autorizado a conceder incentivo econômico, fiscal previsto na Lei 554/89 a empresa Zincoligas Brasil Indústria e Comércio de Metais Ltda, inscrita no CNPJ Nº 10.583.335/0001-33 e Inscrição Estadual Nº 255780338, com sede a Avenida Celso Ramos, nº 5715, Bairro Urubuquara, nesta cidade.

Parágrafo Único- O benefício a que se refere este artigo consiste na doação condicional nos termos da Lei Municipal Nº 554/89, de um terreno não edificado, com área de 12.492 m² (doze mil, quatrocentos e noventa e dois metros quadrados), sob matrícula nº 98.455.

Art.3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogada a Lei Nº 1281/2006 de 06 de junho de 2006.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 16/2010

DECRETO No. 16, de 26 de fevereiro de 2010

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1466/2009, de 24/12/2009.

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

03.001.02.062. 1001.2006	Manutenção e Invest. da Procuradoria Geral	3390	01.00.00	R\$	20.000,00
10.003.06.181. 1033.2063	Manutenção de Conv. com a Segurança Pública	4490	01.24.19	R\$	1.500,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.001.02.062. 1001.2006	Manutenção e Invest. da Procuradoria Geral	3190	01.00.00	R\$	20.000,00
10.003.06.181. 1033.2063	Manutenção de Conv. com a Segurança Pública	3390	01.24.19	R\$	1.500,00

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 17/2010

DECRETO Nº. 017, de 01 de março de 2010

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Silvana Beatriz Salomão, do cargo de Diretora de Escola."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a servidora SILVANA BEATRIZ SALOMÃO, do cargo de Diretora de Escola, subordinada a Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Nº 161/09 de 16 de outubro de 2009.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 18/2010

DECRETO Nº. 018, de 01 de março de 2010

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Maria Edlamar Aguiar Costa, do cargo de Diretora Administrativa da Educação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a servidora MARIA EDLAMAR AGUIAR COSTA, do cargo comissionado de Diretora Administrativa da Educação – CC2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Nº 147/09 de 16 de outubro de 2009.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal



Decreto Nº 19/2010

DECRETO Nº. 019, de 01 de março de 2010

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Silvana Beatriz Salomão, para o cargo comissionado de Diretora Administrativa da Educação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a servidora SILVANA BEATRIZ SALOMÃO, para cargo comissionado de Diretora Administrativa da Educação – CC2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 20/2010

DECRETO Nº 20, de 03 de março de 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1470, de 03 de março de 2010

DECRETA:

Art. 1o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1024.1013	Implantação da Estrutura Física do CRAS	4490	01.00.00	R\$	27.000,00
--------------------------	-----------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1027.2057	Man. de Proteção Básica - Família Em Foco	4490	01.00.00	R\$	27.000,00
--------------------------	-------------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 3o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1024.1013	Implantação da Estrutura Física do CRAS	4490	01.00.00	R\$	50.000,00
--------------------------	-----------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o., serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

17.001.016.482.1033.2086	Manut. do Fundo Municipal de Habitação	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
--------------------------	----------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 21/2010

DECRETO Nº 21, de 03 de março de 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1471, de 03 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1o – Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.451.1033.2058 – Abertura/retificação de estradas urbanas - 449051.01.24.54- R\$ 98.200,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1o., serão utilizados recursos oriundos do Contrato de Repasse 257.249-13/2008, de 24/10/2008, firmado entre a União Federal, através do Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Garuva.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 22/2010

DECRETO Nº. 22, de 03 de março de 2010

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1473, de 03 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 48.439,86 (quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

08.001.010.301.1011.2033	Manutenção do Setor de Saúde	3390	03.02.00	R\$	48.439,86
--------------------------	------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 2o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 93.551,78 (noventa e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.303.1016.2045	Medicamentos para Consumo e Distr. SUS	3390	03.14.13	R\$	65.743,13
14.001.010.305.1017.2046	Manutenção do Progr.Vig. Epidemiológica	3390	03.14.16	R\$	17.808,65
14.001.010.305.1017.2046	Manutenção do Progr.Vig. Epidemiológica	4490	03.14.16	R\$	10.000,00

Art. 3º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1º e 2o., serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício 2009.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal



Decreto Nº 23/2010

DECRETO No. 23 de 08 de março de 2010

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1466/2009, de 24/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 16.200,00 (dezesesse mil e duzentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

05.003.013.392.1029.2021	Manutenção do Setor de Cultura	3390	01.00.00	R\$	15.000,00
10.003.015.452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	4490	01.00.00	R\$	1.200,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 10., serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.003.013.392.1029.2021	Manutenção do Setor de Cultura	3190	01.00.00	R\$	15.000,00
10.003.015.452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00	R\$	1.200,00

Art. 3º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1027.2057	Manutenção de Prot. Básica - Família Em Foco	3390	01.29.03	R\$	13.200,00
--------------------------	----------------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 30., serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

15.001.008.244.1027.2057	Manutenção de Prot. Básica - Família Em Foco	3350	01.29.03	R\$	13.200,00
--------------------------	----------------------------------------------	------	----------	-----	-----------

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 61/2010

PORTARIA Nº 061, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CIRLEI APARECIDA CRISTOFOLINI FALCÃO, inscrita no CI-RG 18665616 e CPF 720.594.279-91 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 62/2010

PORTARIA Nº 062, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUIZ MAURICIO DE PAULA CORDEIRO, inscrito no CI-RG 6.931.047-8 e CPF 027.597.389-14 na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 63/2010

PORTARIA Nº 063, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da



Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARCIA ADRIANE JAGIELSKI MEUER, inscrita no CI-RG 2.273.018-4 e CPF 027.407.929-13 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 64/2010

PORTARIA Nº 064, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SUELEN VEIGA DOS SANTOS, inscrita no CI-RG 4.659.622 e CPF 046.103.449-20 na função de Professora Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 65/2010

PORTARIA Nº 065, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constitui-

ção da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário IZABEL NATALICE RIBEIRO KRUTZSCH, inscrita no CI-RG 6.019.916 e CPF 018.783.179-38 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 066/2010

PORTARIA Nº 066, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário TAMARA BYLAARDT, inscrita no CI-RG 2/R1.770.617 e CPF 558.729.649-00 na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 67/2010

PORTARIA Nº 067, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público;
CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;
CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;
CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário GABRIELLE ZWETTLER TEIXEIRA, inscrita no CI-RG 3.359.696-4 e CPF 030.415.799-60 na função de Professora Nível II, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 68/2010

PORTARIA Nº 068, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário EDEVÂNIO FRANCISCONI ARCENO, inscrito no CI-RG 2.022.556 e CPF 692.822.509-20 na função de Professor Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 69/2010

PORTARIA Nº 069, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de

29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA, inscrito no CI-RG 4.750.137-5 e CPF 058.220.069-57 na função de Professor Nível II, por 30 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 70/2010

PORTARIA Nº 070, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário PAULO RICARDO SCHLOGL, inscrito no CI-RG 4.229.773-7 e CPF 052.966.399-60 na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 71/2010

PORTARIA Nº 071, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ELIZETE DOS SANTOS MOTA, inscrita no CI-RG 2/R 2.765.056 e CPF 753.824.409-30 na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria N° 72/2010

PORTARIA N° 072, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JANICE BUDAL, inscrita no CI-RG 3.008.091 e CPF 001.229.019-08 na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria N° 73/2010

PORTARIA N° 073, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEM-

PORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIZETE AUGUSTO STOKHAUSEN, inscrita no CI-RG 7.654.003-9 e CPF 031.628.279-06 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria N° 74/2010

PORTARIA N° 074, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário FABIANA WACHHOLZ ALVES, inscrita no CI-RG 3.904.396 e CPF 039.654.399-52 na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 75/2010

PORTARIA Nº 075, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARIA LUCIA AVANZI DA CUNHA, inscrita no CI-RG 4.549.582 e CPF 040.757.879-07 na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 76/2010

PORTARIA Nº 076, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARCELO TAVARES, inscrito no CI-RG 2/R 2.609.607 e CPF 720.510.949-34 na função de Professor Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 77/2010

PORTARIA Nº 077, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARCIA VALÉRIA PEDROSO FLORES, inscrita no CI-3.280.312-5 e CPF 920.749.369-15 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 78/2010

PORTARIA Nº 078, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário BÁRBARA ROMANZINI DA SILVA, inscrita no CI-RG 4.295.184 e CPF 059.151.579-20 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 79/2010

PORTARIA Nº 079, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário EVA APARECIDA DA ROCHA LIMA, inscrita no CI-RG 3.707.844 e CPF 051.312.769-00 na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 80/2010

PORTARIA Nº 080, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CLEUSA REGINA DE VARGAS DE ARAUJO, inscrita no CI-RG 2024270841 e CPF 459.048.980-33 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 81/2010

PORTARIA Nº 081, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CIBELE RODRIGUEZ, inscrita no CI-RG 4.489.026-7 e CPF 789.193.559-91 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 83/2010

PORTARIA Nº 083, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário LUCINÉIA LEITHOLD, inscrita no CI-RG 3.692.352 e CPF 027.406.299-23 na função de Professora Nível I, por 10 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 84/2010

PORTARIA Nº 084, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MICHELE FRANCINE MANSKE LEITE, inscrita no CI-RG 4.045.771 e CPF 032.994.559-90 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 85/2010

PORTARIA Nº 085, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário CRISTIANE PEREIRA DA SILVA, inscrita no CI-RG 4.427.490-4 e CPF 034.968.109-04 na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 86/2010

PORTARIA Nº 086, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ARLEI MULLER ZOCCHETTO, inscrita no CI-RG 4.577.681-4 e CPF 004.840.349-01 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 87/2010

PORTARIA Nº 087, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSELI DA CONCEIÇÃO PEREIRA, inscrita no CI-RG 2/R 2.844.201 e CPF 693.640.109-06 na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 88/2010

PORTARIA Nº 088, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário MARCIO ALVES DA LUZ, inscrito no CI-RG 4.295.565 e CPF 048.676.919-41 na função de Professor Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 89/2010

PORTARIA Nº 089, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JENNIFFER ZWETTELER TEIXEIRA, inscrita no CI-RG 4.751.874-0 e CPF 008.722.059-83 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 90/2010

PORTARIA Nº 090, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VANUSA MARQUES WIELGOSZ, inscrita no CI-RG 2.224.208-2 e CPF 763.332.219-53 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 91/2010

PORTARIA Nº 091, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VANESSA PEIXE, inscrita no CI-4.426.583 e CPF 039.408.749-65 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 92/2010

PORTARIA Nº 092, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário PRISCILLA BETANIA STONOGA, inscrita no CI-RG 7.060.797-2 e CPF 026.777.819-80 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 93/2010

PORTARIA Nº 093, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSANE PALANDI, inscrita no CI-RG 2/R 7.661.428 e CPF 439.376.329-72 na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 94/2010

PORTARIA Nº 094, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ROSANA DE FATIMA GUIBES DO AMARAL, inscrita no CI-RG 5.171.576-7 e CPF 699.452.509-66 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 95/2010

PORTARIA Nº 095, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ANÍLIA BENKENDORF HATTENHAUER, inscrita no CI-RG 2.768.2692 e CPF 017.440.949-42 na função de Professora Nível II, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 96/2010

PORTARIA Nº 096, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário IVONIR TEREZINHA CARDOSO, inscrita no CI-RG 4.075.213-7 e CPF 680.511.829-87 na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 97/2010

PORTARIA Nº 097, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário ANA BEATRIZ MOECKE, inscrita no CI-RG 1.096.924 e CPF 854.042.179-87 na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 98/2010

PORTARIA Nº 098, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JULIANA NAGEL, inscrita no CI-RG 2/R 2.765.011 e CPF 022.304.569-11 na função de Professora Nível I, por 30 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 99/2010

PORTARIA Nº 099, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário VERA LUCIA MOTTA, inscrita no CI-RG 2/R 2.270.975 e CPF 665.411.159-15 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 100/2010

PORTARIA Nº 100, de 03 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário SOLANGE APARECIDA MOTA DE SOUZA, inscrita no CI-RG 4.090.447 e CPF 039.036.879-28 na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 08/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 101/2010

PORTARIA Nº. 101, de 04 de fevereiro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, FREDERICO BISHOP SCHERNER, inscrito no CI-RG 6.839.392-2 e CPF 043.913.619-90, na função de Médico Clínico Geral, por 110 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 102/2010

PORTARIA Nº. 102, de 08 de fevereiro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 10 horas para 20 horas do servidor EDEVANIO FRANCISCONI ARCENO, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 103/2010

PORTARIA Nº. 103, de 08 de fevereiro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 30 horas da servidora MARIA LUCIA AVANZI DA CUNHA, lotada na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 104/2010

PORTARIA Nº. 104, de 08 de fevereiro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 10 horas para 40 horas da servidora SUELEN VEIGA DOS SANTOS, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 105/2010

PORTARIA Nº. 105, de 10 de fevereiro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 30 horas da servidora JENNIFFER ZWETTLER TEIXEIRA, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor em 17/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 106/2010

PORTARIA Nº 106, de 11 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário FERNANDA MENDES MOTA, inscrita no CI-RG 5.347.883-5 e CPF 033.367.079-51 na função de Professora Nível I, por 30 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 17/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 107/2010

PORTARIA Nº 107, de 11 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, JULIANA BRASSANINI, inscrita no CI-RG 4.285.359-1 e CPF 048.123.399-79, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 17/02/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação



Portaria Nº 108/2010

PORTARIA Nº 108, de 11 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, ANA CLAUDIA CAETANO, inscrita no CI-RG 2/R 2.844.083 e CPF 800.229.879-91, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 17/02/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 109/2010

PORTARIA Nº 109, de 11 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, ANDREIA PEREIRA GOMES, inscrita no CI-RG 2.607.546-6 e CPF 044.358.609-88, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 18/02/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

GENÉLCIO BRUNETTO

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Portaria Nº 110/2010

PORTARIA Nº. 110, de 12 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PAULO GUATAÇARA DA COSTA LIMA PARA RESPONDER PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Art. 1o. Designar o servidor Paulo Guataçara da Costa Lima para responder pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 17/02/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 111/2010

PORTARIA Nº. 111, de 12 de fevereiro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO PARA AVALIAÇÃO DE PROCESSO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98

RESOLVE:

Art. 1o. Nomear os médicos Emmanuelle Vervloet Reis, Morgana Sonza Abitante e Marcus Vinicius Josino para compor junta médica para avaliação de readaptação de servidores públicos municipais.

Art. 2º - Concede o prazo de 15 (quinze) dias, após a entrega do processo de readaptação, para que a junta médica apresente parecer.

Art. 3o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 112/2010

PORTARIA Nº 112, de 17 de fevereiro de 2010

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, FRANCIELE PADILHA DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da portaria nº. 324/2009, de 17 de novembro de 2009.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

ALESSANDRO BRZOWSKI

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata ao Decreto nº 3.846/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 3.846, de 17 de março de 2010, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 453, de 24 de março de 2010 nos seguintes termos:

Onde se lê:
Josiane Tonoli

Leia-se:
Josiane Tonoli Ferrari

Gaspar - SC, 25 de março de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.849

DECRETO Nº 3.849, DE 19 DE MARÇO DE 2010
DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NAS LEIS FEDERAIS N. 8.666, DE 21/06/1993, E 10.520, DE 17/07/2002.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 13 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º As sanções administrativas previstas nas Leis Federais n. 8.666, de 21/06/1993, e 10.520, de 17/07/2002, serão aplicadas à empresa licitante e à contratada pelo Município e suas Autarquias e Fundações na forma e condições previstas neste Decreto.

Art. 2º Às empresas licitantes e às contratadas pelo Município e suas Autarquias e Fundações que não cumprirem as normas de licitação, os contratos e as atas de registro de preços, garantida a prévia defesa, serão aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade pregão, e não superior a 02 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

Art. 3º O processo administrativo será conduzido por Comissão Especial composta por, no mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos dois deles servidores efetivos, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º A aplicação das sanções de:

I – advertência e multa compete ao Secretário Municipal de cada Secretaria, no âmbito do Poder Executivo, e aos Presidente no âmbito das Autarquias ou Fundações;

II – declaração de inidoneidade e de suspensão do direito de licitar e contratar compete ao Secretário Municipal de Administração em conjunto com Secretário ou Presidente do respectivo órgão ou ente administrativo que requisitou a deflagração do processo licitatório.

Parágrafo único - Ocorrendo licitação cuja deflagração for requerida por mais de um órgão ou entidade Municipal, a competência prevista no inciso II será daquele que tiver o pedido de maior monta, em conjunto com Secretário Municipal de Administração.

Art. 5º A sanção de advertência será aplicada à empresa licitante e à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente qualquer obrigação ou frustrar os objetivos da licitação.

Art. 6º A sanção de multa será aplicada à empresa contratada pelo atraso injustificado na entrega ou inexecução do contrato, nos percentuais previstos no edital ou instrumento contratual.

§ 1º O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantia do respectivo contrato.

§ 2º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além perdê-la, o contratado responderá pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 3º O atraso será contado em dias corridos, para efeito de cálculo da multa, a partir do primeiro dia útil após o vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

Art. 7º A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar impossibilita a participação da empresa em licitações ou contratos com a Administração, pelos prazos previstos nos incisos III e IV do art. 2º.

Parágrafo único. A penalidade de que trata este artigo será processada quando verificada culpa da empresa licitante ou contratada em relação à prática ou inércia de ato.

Art. 8º A declaração de inidoneidade é a sanção mais severa que as empresas licitantes ou contratadas poderão sofrer, cujos efeitos estendem-se à toda Administração Pública.

Parágrafo único. A sanção de que trata este artigo será aplicada quando verificado dolo da empresa licitante ou contratada em relação à prática ou inércia de ato.

Art. 9º As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 2º poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

I - sofrerem condenação definitiva por praticarem dolosamente fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - praticarem atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Art. 10. É facultado ao interessado interpor:

I – defesa prévia no prazo de:

a) 05(cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação;

II – recurso contra a decisão que aplicou a sanção no prazo de:

a) 05(cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão, nas sanções de advertência, multa e suspensão do direito de licitar e contratar;

b) 10(dez) dias úteis, a contar da ciência da decisão, na sanção de declaração de inidoneidade.

Parágrafo único. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral do contratado e terá o seu registro cancelado após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

Art. 11. A aplicação da sanção e a sua extinção, em se tratando de declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Do extrato a que se refere este artigo constarão:

I – a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II – o prazo do impedimento de licitar e contratar;

III – o fundamento legal da sanção aplicada;

IV – o nome ou a razão social da penalizada, com o número do CNPJ.

Art. 12. Salvo disposição em contrário, computar-se-á os prazos previstos neste Decreto excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos referidos neste artigo se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou entidade.

Art. 13. Os instrumentos convocatórios, os contratos e as atas de registro de preços mencionarão o número deste Decreto e incluirão os percentuais relativos às multas.

Art. 14. Os casos anteriores a este Decreto serão julgados nos termos da legislação vigente na época dos fatos.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 19 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Errata ao Decreto nº 3.847/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 3.847, de 17 de março de 2010, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 453, de 24 de março de 2010 nos seguintes termos:

Onde se lê:

Joice Mara Deschamps

Leia-se:

Joice Mara Deschamps Rotta

Gaspar - SC, 25 de março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Extrato da Dispensa nº 28/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Extrato da Dispensa nº 28/2010

Objeto: locação de imóvel localizado na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, nº 64, Bairro Coloninha, Gaspar/SC para as instalações do Pólo de Ensino Supletivo de Gaspar, do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Blumenau - CEJA, conforme Lei Municipal nº 3.189 de 26 de fevereiro de 2010. Contratado: VITAL MONDINI (020.282.129-34). Valor total: R\$9.000,00 (nove mil reais). Base legal: artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 24 de Março de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato nº FMAS-1/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-1/2010

Vigência: 04/02/2010 Venc.to.: 31/12/2010 Inexigibilidade nº.: 1/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Objeto: credenciamento de estabelecimentos comerciais para fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social através do "Auxílio Cidadão". Contratado: COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ZONI LTDA (03.332.531/0001-70). Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Gaspar/SC, 4 de fevereiro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato nº FMAS-2/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-2/2010

Vigência: 04/02/2010 Venc.to.: 31/12/2010 Inexigibilidade nº.: 1/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Objeto: credenciamento de estabelecimentos comerciais para fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social através do "Auxílio Cidadão". Contratado: SUPERMERCADO STANKE LTDA (00.186.057/0001-27). Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Gaspar/SC, 4 de fevereiro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato nº FMAS-3/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-3/2010

Vigência: 04/02/2010 Venc.to.: 31/12/2010 Inexigibilidade nº.: 1/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Objeto: credenciamento de estabelecimentos comerciais para fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social através do "Auxílio Cidadão". Contratado: MERCADO REIS-SANSÃO LTDA EPP (02.403.865/0001-24). Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Gaspar/SC, 4 de fevereiro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



Extrato do Contrato nº FMAS-4/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-4/2010

Vigência: 04/02/2010 Vencto.: 31/12/2010 Inexigibilidade nº.: 1/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Objeto: credenciamento de estabelecimentos comerciais para fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social através do "Auxílio Cidadão". Contratado: MERCADO E AÇOUGUE TUDO DE BOM LTDA ME (06.220.464/0001-90). Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Gaspar/SC, 4 de fevereiro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato nº FMAS-5/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-5/2010

Vigência: 04/02/2010 Vencto.: 31/12/2010 Inexigibilidade nº.: 1/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Objeto: credenciamento de estabelecimentos comerciais para fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social através do "Auxílio Cidadão". Contratado: MERCADO MARI LTDA ME (10.686.928/0001-25). Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Gaspar/SC, 4 de Fevereiro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Resumo da ATA de Registro de Preços nº 6/2010

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2010

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de 2010, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 6/2010, na ATA de julgamento de preços, homologada em 23/03/2010, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços de gás oxigênio medicinal para as Unidades de Saúde do Município, conforme especificações constantes no ANEXO V do Edital Pregão Presencial nº 6/2010. A licitante registrada para os materiais cotados é a seguinte:

ITAOX COM. E TRANSP. DE GASES INDS. LTDA. (03.112.791/0001-30)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
1	M ³ Gás Oxigênio Medicinal PPU recarga para cilindro / torpeto com capacidade de 01M ³ .	400	R\$ 6,00	R\$ 2.400,00

2	M ³ Gás Oxigênio medicinal, pureza 99,5% Unidade máxima 1 ppm, acondicionado em cilindros com volume de 02 a 10 m ³	500	R\$ 3,50	R\$ 1.750,00
---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	----------	--------------

Valor total registrado do Licitante: R\$ 4.150,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 meses. ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 03 dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Ver. Augusto Bedushi, nº 254 - Centro (horário de expediente: 8h às 12h e 13h30min às 17h)

Prefeitura Municipal de Gaspar, 23 de março de 2010.
JEFERSON DEBUS
Pregoeiro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 841/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 841/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADN4127	55074544C	SERGIO MARCON	5550/0	181 * XVIII
AJA0022	55114048C	NEUSA MARIA HIPOLITO MAFRA	6050/1	208
LXH6751	55074613C	GABRIEL FEIJO CARER	5550/0	181 * XVIII
LYI6936	55114044C	ROBERTO JOSE MELATO	6041/2	207
MBN2490	55074707C	PEDRO BERNARDINO PEREIRA E OU ITABAJARA PEREIRA G	5746/3	187 * I
MCC2952	55114366C	MARIA NOELI CANDIDO	7030/1	244 * I
MDF4951	55114286C	JACQUELINE KRUGER DE LIMA	5940/1	203 * III
MEB5739	55114492C	ROSBERG BATISTA	7030/2	244 * I
MGI3089	55074615C	TEREZINHA DA COSTA RONCAGLIO	5550/0	181 * XVIII
MMH0912	55074820C	VALMIR MULLER	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 842/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 842/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAH3558	55562361B	JOSE CARLOS PARME	6920/0	233
AIF4919	55562291B	JURANDIR NICOLETTI	6920/0	233
LWS8066	55114361C	RENATO DA CUNHA	5010/0	162 * I
LZC1388	55074765C	EVERTON MOURA	6920/0	233
LZJ8030	55562293B	LUCIANO AMARO BRAZ	6920/0	233
LZU9042	55562321B	ISABEL CRISTINA CASTRO BITTENCOURT SOARES	6912/0	232
MAD2851	55074567C	MARIA CAVIQUIOLI DA COSTA	6920/0	233
MCL0850	54823663B	MARCIO ALEXANDRE BORGHEZAN	6599/2	230 * V
MDJ4607	55562557B	ANDREA DO CARMO DOS SANTOS	7340/0	252 * IV
MDJ4607	55562558B	ANDREA DO CARMO DOS SANTOS	6599/2	230 * V
MDJ4607	55562559B	ANDREA DO CARMO DOS SANTOS	5142/0	164 c/c 162 * V
MEI8957	55074671C	SILVIO RINCO	6920/0	233
MGH7752	55074785C	MAURI GONCALVES PINTO	6920/0	233
MUC6436	55562378B	PAULO RICARDO SAVEGNAGO	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 843/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 843/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZR4011	55562403B	VOLNI MESSIAS CAMARGO	5550/0	181 * XVIII
LZU9042	55562320B	ISABEL CRISTINA CASTRO BITTENCOURT SOARES	5878/0	199
MBB1433	55562468B	ALESSANDRO DA SILVA	6157/0	214 * IV
MBI8718	55562083B	INES DOS SANTOS LANA	5541/1	181 * XVII
MEC9228	55274417B	FRANCISCO DONIZETE DOS SANTOS	7030/1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 844/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 844/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ASY1324	55074839C	OSMAR DE SOUZA	6920/0	233
LYP7156	55074140C	JOSE ADONIS BORBA	5010/0	162 * I
LYP7156	55074141C	JOSE ADONIS BORBA	5118/0	164 c/c 162 * I
MBY4403	55074133C	ADRIANO NORTON BARBOSA	6599/2	230 * V
MCB8428	55073896C	GRACIELA BELARMINO SILVEIRA	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 845/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 845/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZZ5258	55074139C	DOROTEA KOSTESKI	5975/0	204

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 846/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 846/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBW6193	55562310B	TEREZINHA DE JESUS BEIRA	6599/2	230 * V
MDM1312	54821975B	JACKSON ADEMAR DE OLIVEIRA	5045/0	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 847/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 847/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALL0085	55113177C	ILDEMAR JULIAN DOS SANTOS	6912/0	232
AMB4453	55114223C	JOAO PAULO DE SOUZA	6653/1	230 * XI
AMB4453	55114224C	JOAO PAULO DE SOUZA	6599/2	230 * V
AMB4453	55114225C	JOAO PAULO DE SOUZA	5045/0	162 * V
AMB4453	55114228C	JOAO PAULO DE SOUZA	6912/0	232
DDG3620	55074642C	ELIANE IASKIO	6920/0	233
JZI8007	55114216C	JORGE JACO DEBARBA	6556/1	230 * I
KOM1379	55075576C	MIRTA NAATZ VECHI	6599/2	230 * V
LXG5408	55114233C	ELISANGELO LUCIANO MACEDO	5010/0	162 * I
LXG5408	55114234C	ELISANGELO LUCIANO MACEDO	6599/2	230 * V
LYS2236	55113917C	VALDIR RODRIGUES CAVALHEIRO	6599/2	230 * V
LYS2236	55113918C	VALDIR RODRIGUES CAVALHEIRO	5010/0	162 * I
LZR7963	55113415C	CLAUMIR JOSE DOS SANTOS	6599/2	230 * V
LZV6647	55074910C	JUSSARA HANG	6920/0	233
LZX0285	55113823C	MARCIO ROSA	6599/2	230 * V
LZX0285	55113907C	MARCIO ROSA	6912/0	232
MAV7343	55113908C	FABIANA DA CRUZ	5010/0	162 * I
MCF7860	55114364C	RAFAEL SANTANA	5010/0	162 * I
MCF7860	55114369C	RAFAEL SANTANA	6599/2	230 * V
MCH6331	55113821C	EDUARDO DONATO DA SILVA	6653/1	230 * XI
MDK1782	55273675B	VILMAR MOREIRA VAZ	5010/0	162 * I
MDK1782	55273676B	VILMAR MOREIRA VAZ	6599/2	230 * V
MFB2475	55113835C	JEFFERSON FLORIANO	6599/2	230 * V
MGZ9791	55273677B	MICHEL JACKSON ROCHA RAULINO	6653/1	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 848/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 848/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CHH2297	55113689C	MOACIR DUARTE	5720/0	186 * I
KOM1379	55075577C	MIRTA NAATZ VECHI	5550/0	181 * XVIII
LXK0624	55075502C	MARIA MARLENE VALIM ME	5452/1	181 * VIII
MAJ0093	54823709B	FERNANDO HERCILIO ZIMMERMANN	5991/0	206 * I
MBD6288	55075578C	PAULO CEZAR BEIRA	5550/0	181 * XVIII
MBE1246	55074629C	CELSO ANTONIO GONCALVES DE AZEVEDO	5550/0	181 * XVIII
MDF3462	55074630C	VILLIANN MEURER SEIBERT	5452/2	181 * VIII
MDN2333	55113686C	EDITE ANDERLE	5738/0	186 * II
MEO8720	55114217C	THIAGO SALVIANO HAAS	5509/0	181 * XIII
MEV4116	55074712C	JONATHAN IZIDORIO FONSECA	5541/1	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 849/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 849/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALB5560	55562934B	DEIZI GAVA	6920/0	233
ARO0307	55562913B	EDNEI LUIS ZUCCHI	6920/0	233
BZJ4950	55274129B	MARCOS VINICIUS CLAUDINO	5045/0	162 * V
CZO2200	54823381B	JEANE CARLA RODRIGUES DE OLIVEIRA	6912/0	232
CZO2200	54823382B	JEANE CARLA RODRIGUES DE OLIVEIRA	5274/3	175
CZO2200	54823384B	JEANE CARLA RODRIGUES DE OLIVEIRA	6637/2	230 * IX
HPH3462	55562719B	MARCOS ROGERIO DA SILVA	6599/2	230 * V
HRM5800	54823410B	ROBERTO CARLOS PEREIRA	5169/1	165
IAY4291	55562633B	JOSE MARCOS BORGES NETO	6920/0	233
ILQ7867	55562590B	MARCIO SILVEIRA	6920/0	233
JAH0007	55562597B	ELTON BECKER	6920/0	233
LXS7790	55561422B	SABINO GREGOLON	6971/0	238
LYC4800	54823455B	REGINALDO CANDIDO	5010/0	162 * I
LYC4800	54823456B	REGINALDO CANDIDO	5061/0	163 c/c 162 * I
LYC4800	54823457B	REGINALDO CANDIDO	6599/2	230 * V
LYC4800	54823458B	REGINALDO CANDIDO	5169/1	165
LYC4800	54823459B	REGINALDO CANDIDO	6912/0	232
LYG8598	55562759B	AMARILDO HAVERROTH	6920/0	233
LYR1894	55562904B	FERNANDO VELOSO MOREIRA	6920/0	233
LZD2053	55562932B	CLEUSA MARIA NEVES CARLI	6920/0	233
MBB3872	55562930B	CLAUDINEY DIEGO NAGEL	6920/0	233
MBT6098	55274133B	NAIR SIMON DELL AGNOLO	6599/2	230 * V
MBU4254	55273318B	ANDRE LUIS DE SOUZA	6610/0	230 * VII
MCB3053	55562902B	INES FERREIRA	6920/0	233
MCL0468	55562806B	VERA NICOLETTI BERTOLDI	6920/0	233
MCN4383	54823633B	LEONIDA SILVANO PAULI	6599/2	230 * V

MCN4383	54823634B	LEONIDA SILVANO PAULI	6912/0	232
MCV1000	54823386B	DEROCY FLORENTINO DE ANDRADE JUNIOR	5045/0	162 * V
MDC0208	55562732B	LUIZ CARLOS SIMAS	6920/0	233
MDK3175	55562751B	VALCIR RACHI	5061/0	163 c/c 162 * I
MFA1360	54823563B	VILMA LOPES	5010/0	162 * I
MFA1360	54823564B	VILMA LOPES	6599/2	230 * V
MFA4680	55563005B	PRISCILA CORREIA	7340/0	252 * IV
MFE1574	54823264B	FERNANDO DOS SANTOS ATHAIDE	5010/0	162 * I
MFE1574	54823265B	FERNANDO DOS SANTOS ATHAIDE	6912/0	232
MGE9188	54823505B	ZULMIRA SACANI CATAFESTA	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

CIRO ANDRE QUINTINO

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 850/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 850/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJZ8635	55562357B	ANTONIO MERCES DA SILVA	7315/0	252 * I
CYB4231	55561555B	MARLI NEVES MELO	5568/0	181 * XIX
HPH3462	55562718B	MARCOS ROGERIO DA SILVA	5460/0	181 * IX
ICQ3094	55562405B	KARINA DUTRA AFONSO	5746/3	187 * I
LXS7790	55561421B	SABINO GREGOLON	6823/0	231 * IV
LXS7790	55561423B	SABINO GREGOLON	5835/0	195
LYJ1398	55562851B	FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS	5452/1	181 * VIII
LYK5218	55562818B	VILMAR GONCALVES	5568/0	181 * XIX
LYT8909	55562694B	GISELLE MARY CARDOSO	5991/0	206 * I
MAX8842	54543066B	CRISTIANO DUARTE VILLAS BOAS	5991/0	206 * I
MAY3335	55562816B	ODAIR JOSE DE SOUZA	6165/0	214 * V
MBM8230	55562119B	ROGERIO LANA	5541/1	181 * XVII
MBU4254	55273315B	ANDRE LUIS DE SOUZA	5207/0	169
MBU4254	55273317B	ANDRE LUIS DE SOUZA	7064/0	244 * IV
MBW1930	55562298B	CLEITON THEIS ME	5541/1	181 * XVII
MDC7498	55562139B	DENILSE MIRA DE OLIVEIRA	5207/0	169
MDU7970	54823407B	SONIA MARIA DA SILVA	7366/2	252 * VI
MEY3918	55563017B	OTEMAR SOLON DA SILVA GOMES	5800/0	192
MFQ4011	55074617C	SANTANDER LEASING S. A. ARRENDAMENTO MERCANTIL	5223/1	171
MFS6548	55562974B	DIRCEU DE SOUZA NUNES	5541/1	181 * XVII
MFV3038	54823325B	ANDREIA DE OLIVEIRA	5568/0	181 * XIX
MMM3845	55562716B	DOUGLAS FIEDLER	5991/0	206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 22 DE MARÇO DE 2010

EMERSON ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

SAMAE**Portaria nº 32/2010 - SAMAE**

PORTARIA Nº 32 DE 23 DE MARÇO DE 2010

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR PAULO LIETZOW.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 22 de março de 2010, o servidor PAULO LIETZOW, portador do CPF nº. 606.930.539-68 e da CI nº. 3R/799.216 do cargo de DIRETOR DE SERVIÇOS EXTERNOS do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 23 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Portaria nº 33/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 33 DE 23 DE MARÇO DE 2010

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR MARCELO POFFO.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 22 de março de 2010, o servidor MARCELO POFFO, portador do CPF nº. 935.479.609-59 e da CI nº. 3.279.627 do cargo de CHEFE DE SERVIÇOS EXTERNOS do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 23 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Portaria nº 34/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 34 DE 23 DE MARÇO DE 2010

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DOS ENCANADORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR DANIEL FERNANDO CARDOSO.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a partir do dia 22 de março de 2010, o servidor DANIEL FERNANDO CARDOSO, portador do CPF nº. 041.566.359-88 e da CI nº. 4.273.546-7 do cargo de ENCARRE-

GADO DOS ENCANADORES do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 23 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Portaria nº 35/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 35 DE 23 DE MARÇO DE 2010

NOMEIA DIRETOR DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE O SERVIDOR MARCELO POFFO.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir de 23 de março de 2010 o servidor MARCELO POFFO, portador do CPF nº. 935.479.609-59 e da CI nº. 3.279.627 para o cargo de Diretor de Serviços Externos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55 com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 23 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Portaria nº 36/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 36 DE 23 DE MARÇO DE 2010

NOMEIA CHEFE DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE O SERVIDOR DANIEL FERNANDO CARDOSO.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir de 23 de março de 2010 o servidor DANIEL FERNANDO CARDOSO, portador do CPF nº. 041.566.359-88 e da CI nº. 4.273.546-7 para o cargo de CHEFE DE SERVIÇOS EXTERNOS do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 23 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Extrato Contrato nº 06/2010 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• EXTRATO CONTRATOS / 2010

Número do contrato: 6/2010

Data vigência: 15/03/2010

Data vencimento: Os serviços objeto do presente instrumento deverão ser executados pelo tempo necessário à conclusão da Concorrência Pública nº. 02/2010, adjudicação e formalização do novo contrato para a coleta e transporte com a empresa vencedora ou até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, permitidos no Artigo 24, Inciso IV da Lei nº. 8.666/93 e alterações, o



que ocorrer primeiro.

Número da Licitação: 10/2010 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP - CNPJ/CPF do contratado: 07.336.801/0001-71

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar.

Valor por tonelada: R\$ 115,33 (cento e quinze reais e trinta e três centavos).

Valor global estimado: R\$ 753.566,22 (setecentos e cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos).

Gaspar (SC), em 15 de março de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de contrato nº. 023/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 023/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTO LTDA. OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso da rede municipal de ensino. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ 24.506,50 (Vinte e quatro mil e quinhentos e seis reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 23 de março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 024/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 024/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: MARCONI KIRCH - ME. OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso da rede municipal de ensino. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ 48.783,22 (Quarenta e oito mil e setecentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Governador Celso Ramos, 23 de março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 025/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 025/2010.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: JORNAL BIGUAÇU EM FOCO LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa para publicações institucionais, totalizando 3.840 centímetros por coluna e aquisição de 600 (seiscentas) assinaturas de jornal com circulação diária a serem distribuídas nas escolas municipais conforme edital e anexo.

PRAZO: Da assinatura do Contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ R\$ 52.170,00 (Cinquenta e dois mil e cento e setenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Gabinete do Prefeito.

Governador Celso Ramos, 23 de Março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 026/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 026/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: BALDANÇA SUPERMERCADOS LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e copa e cozinha para uso na rede municipal de ensino. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ 56.940,37 (Cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta reais e trinta e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação.

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 027/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 027/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: PATRIK JOSÉ BALDANÇA - ME. OBJETO: Aquisição de material de limpeza e copa e cozinha para uso na rede municipal de ensino. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ 824,00 (Oitocentos e vinte e quatro reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação.

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 028/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 028/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: CIMENBLOC INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS LTDA. OBJETO: Aquisição de tubos de concreto simples. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ 29.640,00 (Vinte e nove mil e seiscentos e quarenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Públicos.

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.

Extrato de contrato nº. 029/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 029/2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: JMC - JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de tubos de concreto simples. PRAZO: Da assinatura do contrato até 31/12/2010. VALOR: R\$ 10.237,50 (Dez mil e duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Públicos.

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2010.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.

Prefeito Municipal.



Herval D' Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 337/2010

PORTARIA Nº 337/2009

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Nomear a Senhorita RENATA GIACOMIN (Matr. 3182), para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Arrecadação e Fiscalização, Nível – DAS 2, 40 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 22 de Março de 2010, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 0192/2005. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 339/2010

PORTARIA Nº 339/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar a redação da Portaria Nº 181/2010, do Servidor ADÃO CEZAR DE OLIVEIRA (Matr. 3106), onde se lê: com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, leia-se: com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 340/2010

PORTARIA Nº 340/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 22 de março de 2010 por prazo indeterminado, à Servidora SANDRA CAVALHEIRO DO AMARAL (Matr. 2835), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, Nível 1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde

da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de março de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 3.648.2010

Lei nº 3.648, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado a criar novo item orçamentário, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.037	Apoio ao Ensino Superior
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.364.009		
3.3.50.00.00.00.00.00.0112	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
PROJETO (AÇÃO):	1.036	Projeto Cidade Mirim
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0043)	Aplicações Diretas	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.



DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.649.2010

Lei nº 3.649, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.007	Manutenção do FUNDEB
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (0077)	Aplicações Diretas	58.000,00
Total		58.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente da anulação parcial das dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais):

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
PROJETO (AÇÃO): 1.007 Projeto Educa-Ação		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (0132)	Aplicações Diretas	14.000,00
ATIVIDADE (AÇÃO): 2.010	Qualificação do Atendimento a Educação Especial	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.367.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (0134)	Aplicações Diretas	15.000,00
PROJETO (AÇÃO): 1.006	Construção Cobertura em Quadras Esportivas	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
4.4.90.00.00.00.00.00.0165 (0137)	Aplicações Diretas	29.000,00
Total		58.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.650.2010

Lei nº 3.650, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para a

Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.006	Manutenção do Ensino Fundamental
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0081)	Aplicações Diretas	108.000,00
Total		108.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente da anulação parcial das dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais):

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO): 2.101 Projeto Reciclando Lixo – Preservando Vidas		
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0101)	Aplicações Diretas	20.000,00
ATIVIDADE (AÇÃO): 2.099	Projeto Universalizando a Música	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0102)	Aplicações Diretas	20.000,00
ATIVIDADE (AÇÃO): 2.011	Conveio Escola Balé Bolshoi	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.366.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0131)	Aplicações Diretas	18.000,00
ATIVIDADE (AÇÃO): 1.036	Projeto Cidade Mirim	
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0043)	Aplicações Diretas	50.000,00
Total		108.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.651.2010

Lei nº 3.651, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.008	Manutenção da Educação Infantil
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0089)	Aplicações Diretas	9.500,00
Total		9.500,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais):

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.099	Projeto Universalizando a Música
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0102)	Aplicações Diretas	9.500,00
Total		9.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.652.2010

Lei nº 3.652, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE:	01	Fundo municipal de Assistência Social
PROGRAMA:	13	Gestão e Controle Social
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.070	Atend. Famílias Situação de Vulnerabilidade Social
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.0013		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0010)	Aplicações Diretas	8.000,00
Total		8.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da

dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais):

ÓRGÃO:	19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE:	01	Fundo municipal de Assistência Social
PROGRAMA:	13	Gestão e Controle Social
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.076	Luz e Vida
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.0013		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0018)	Aplicações Diretas	8.000,00
Total		8.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.653.2010

Lei nº 3.653, de 26 de março de 2010.

Dispõe abertura de crédito adicional especial para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado a criar novo item orçamentário, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO:	15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01	Fundo Municipal de Saúde
PROGRAMA:	14	Saúde – Priorização pela Vida
PROJETO (AÇÃO):	1.023	Const., Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0014		
3.3.90.00.00.00.00.00.0186 (0042)	Aplicações Diretas	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



Lei nº 3.654.2010

Lei nº 3.654, de 26 de março de 2010.

Dispõe abertura de crédito adicional especial para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta cinco mil reais), destinado a criar novo item orçamentário, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO:	15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01	Fundo Municipal de Saúde
PROGRAMA:	14	Saúde – Priorização pela Vida
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.061	Assistência Ambulatorial e Hospitalar
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.0014		
3.1.90.00.00.00.00.00.0176	Aplicações Diretas	180.000,00
Total		180.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta cinco mil reais):

ÓRGÃO:	15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01	Fundo Municipal de Saúde
PROGRAMA:	14	Saúde – Priorização pela Vida
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.061	Assistência Ambulatorial e Hospitalar
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.0014		
3.3.90.00.00.00.00.00.0176 (0021)	Aplicações Diretas	180.000,00
Total		180.000,00

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 3.630, de 23 de fevereiro de 2010.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.655.2010

Lei nº 3.655, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial na LOA 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal da Fazenda
PROGRAMA:	04	Administração Financeira

ATIVIDADE (AÇÃO):	2.004	Manutenção da Secretaria da Fazenda
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.123.0004		
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (0153)	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

ÓRGÃO:	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal da Fazenda
PROGRAMA:	04	Administração Financeira
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.004	Manutenção da Secretaria da Fazenda
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.123.0004		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0087)	Aplicações Diretas	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.656.2010

Lei nº 3.656, de 26 de março de 2010.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao CTG 13 Guapos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I – CTG 13 Guapos, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.701/0001-29 a importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o “caput” observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à realização do XIV Rodeio Nacional – CTG 13 Guapos.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.



Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.657.2010

Lei nº 3.657, de 26 de março de 2010.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao Grupo de Escoteiros Anjos Voluntário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I – Grupo de Escoteiros Anjos Voluntários, inscrita no CNPJ sob o nº 11.210.046/0001-51 a importância de até R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais);

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o “caput” observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção da entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei nº 3.658.2010

Lei nº 3.658, de 26 de março de 2010.

Declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Recreativa do Mirim – A.E.R.M.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Esportiva Recreativa do Mirim A.E.R.M., inscrita no CNPJ sob o nº 11.686.901/0001-03, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À entidade, referida no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar nº 3.659.2010

Lei Complementar nº 3.659, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre criação, implantação, organização e disciplina do Controle Interno na Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Controle Interno no Poder Executivo Municipal, com base em normas e métodos próprios e no disposto nesta Lei, será exercido em todos os segmentos do serviço público municipal, envolvendo desde o menor nível de chefia até a administração principal.

§ 1º A instalação do Controle Interno na administração municipal fundamenta-se nos princípios da moralidade administrativa, legalidade, legitimidade e economicidade, e na necessidade de avaliar os resultados da gestão.

§ 2º A manutenção do sistema de Controle Interno pressupõe uma estrutura composta de mecanismos e recursos tecnológicos que permitam fortalecer os controles, integrar as ações administrativas e produzir informações gerenciais que sirvam às necessidades de todo o complexo administrativo.

Art. 2º O sistema de Controle Interno terá a função de exercer a preventiva, consultiva e moderna auditoria da gestão, bem como, uma coordenação versátil identificada com as diferentes atividades, apoiada por uma equipe multidisciplinar.

Art. 3º O Controle Interno do Poder Executivo, sem prejuízo das competências constitucionais e legais de outros Poderes, bem como de órgãos de controle externo, tem as seguintes finalidades:



I - examinar e orientar as operações objetivando avaliar a adequação e eficácia do controle interno e operacional, quanto à salvaguarda do patrimônio, economicidade e transparência no uso dos recursos, adesão às políticas e normas internas, à legislação e demais orientações dos órgãos do controle externo e, à confiabilidade dos sistemas contábeis, financeiros e operacionais, utilizando todos os documentos e demonstrativos de uso obrigatório ou não;

II - apresentar relatórios de avaliação, contendo recomendações para o aprimoramento do controle interno quanto à fiel observância das normas e legislação vigentes;

III – avaliar e acompanhar a lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual, os orçamentos anuais, inclusive dos fundos municipais, fundações, bem como acompanhar e avaliar a sua execução prevenindo a ocorrência de déficit e o cumprimento dos percentuais de aplicação obrigatória;

IV - diagnosticar e analisar as condições operacionais de cada atividade auxiliar sujeita a controle, propondo medidas que visem eliminar as distorções;

V – avaliar e acompanhar a execução de programas e projetos especiais, próprios ou conveniados com outras esferas de governo, que visem o aperfeiçoamento e a modernização de técnicas de gestão pública.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal baixará os atos complementares necessários à regulamentação, adaptação e execução desta Lei, aplicando-se, no que couber, a Legislação Federal pertinente, em especial a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, adequando-se ainda às normas federais e estaduais atinentes à matéria, e, principalmente à Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101/00, de 04 de maio de 2000, bem como as determinações e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Complementar nº 2.466, de 29 de dezembro de 2003.

Imbituba, 26 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 42.2010

DECRETO PMI 42, DE 26 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.648, de 26 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado a criar novo item orçamentário, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.037	Apoio ao Ensino Superior
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.364.009		

3.3.50.00.00.00.00.00.0112	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
PROJETO (AÇÃO):	1.036	Projeto Cidade Mirim
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0043)	Aplicações Diretas	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 43.2010

DECRETO PMI 43, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.649, de 26 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.007	Manutenção do FUNDEB
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (0077)	Aplicações Diretas	58.000,00
Total		58.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente da anulação parcial das dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais):

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade



PROJETO (AÇÃO):	1.007	Projeto Educa-Ação
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (0132)	Aplicações Diretas	14.000,00
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.010	Qualificação do Atendimento a Educação Especial
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.367.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (0134)	Aplicações Diretas	15.000,00
PROJETO (AÇÃO):	1.006	Construção Cobertura em Quadras Esportivas
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
4.4.90.00.00.00.00.00.0165 (0137)	Aplicações Diretas	29.000,00
Total		58.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 44.2010

DECRETO PMI 44, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.650, de 26 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.006	Manutenção do Ensino Fundamental
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0081)	Aplicações Diretas	108.000,00
Total		108.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente da anulação parcial das dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais):

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.101	Projeto Reciclando Lixo – Preservando Vidas
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0101)	Aplicações Diretas	20.000,00
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.099	Projeto Universalizando a Música

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0102)	Aplicações Diretas	20.000,00
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.011	Conveio Escola Balé Bolshoi
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.366.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0131)	Aplicações Diretas	18.000,00
ATIVIDADE (AÇÃO):	1.036	Projeto Cidade Mirim
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0043)	Aplicações Diretas	50.000,00
Total		108.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 45.2010

DECRETO PMI 45, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.651, de 26 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.008	Manutenção da Educação Infantil
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0089)	Aplicações Diretas	9.500,00
Total		9.500,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais):

ÓRGÃO:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal de Educação
PROGRAMA:	09	Educação de Qualidade
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.099	Projeto Universalizando a Música
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0009		
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0102)	Aplicações Diretas	9.500,00
Total		9.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 46.2010

DECRETO PMI 46, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.652, de 26 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE:	01	Fundo municipal de Assistência Social
PROGRAMA:	13	Gestão e Controle Social
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.070	Atend. Famílias Situação de Vulnerabilidade Social
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.0013		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0010)	Aplicações Diretas	8.000,00
Total		8.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais):

ÓRGÃO:	19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE:	01	Fundo municipal de Assistência Social
PROGRAMA:	13	Gestão e Controle Social
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.076	Luz e Vida
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.0013		
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0018)	Aplicações Diretas	8.000,00
Total		8.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 47.2010

DECRETO PMI 47, de 26 de março de 2010.

Dispõe abertura de crédito adicional especial para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.653, de 26 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado a criar novo item orçamentário, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO:	15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01	Fundo Municipal de Saúde
PROGRAMA:	14	Saúde – Priorização pela Vida
PROJETO (AÇÃO):	1.023	Const., Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.301.0014		
3.3.90.00.00.00.00.00.0186 (0042)	Aplicações Diretas	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 48.2010

DECRETO PMI 48, de 26 de março de 2010.

Dispõe abertura de crédito adicional especial para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.654, de 26 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinado a criar novo item orçamentário, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO:	15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01	Fundo Municipal de Saúde
PROGRAMA:	14	Saúde – Priorização pela Vida
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.061	Assistência Ambulatorial e Hospitalar
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.0014		
3.1.90.00.00.00.00.00.0176	Aplicações Diretas	180.000,00
Total		180.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais):

ÓRGÃO:	15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE:	01	Fundo Municipal de Saúde
PROGRAMA:	14	Saúde – Priorização pela Vida
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.061	Assistência Ambulatorial e Hospitalar
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.0014		



3.3.90.00.00.00.00.00.0176 (0021)	Aplicações Diretas	180.000,00
Total		180.000,00

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 3.630, de 23 de fevereiro de 2010.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI nº 49.2010

DECRETO PMI 49, de 26 de março de 2010.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial na LOA 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.655, de 26 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal da Fazenda
PROGRAMA:	04	Administração Financeira
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.004	Manutenção da Secretaria da Fazenda
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.123.0004		
		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (0153)		60.000,00
Total		60.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento municipal vigente na importância R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

ÓRGÃO:	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
UNIDADE:	01	Secretaria Municipal da Fazenda
PROGRAMA:	04	Administração Financeira
ATIVIDADE (AÇÃO):	2.004	Manutenção da Secretaria da Fazenda
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.123.0004		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0087)	Aplicações Diretas	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 093/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 093, de 24 de março de 2010.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Municipal n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2009, para exercer o respectivo cargo/emprego público conforme descrito a seguir, com remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
João Sivaldo dos Santos Junior	004.286.699-56	04/01/2010	Motorista - 40h

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de março de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 094/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 094, de 24 de março de 2010.

Dispõe sobre a demissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido através do Processo Seletivo Simplificado 001/2009, e Portaria DGP/SEAGP nº 093, de 24 de março de 2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão	Cargo/Emprego
João Sivaldo dos Santos Junior	004.286.699-56	04/01/2010	Motorista - 40h

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de janeiro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de março de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



Registre-se e publique-se:
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 095/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 095, de 24 de março de 2010.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor VALÉRIO OSVALDO DA SILVA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 455.106.369-04, admitido em 01 de agosto de 2002, contrato n.º 1747, referente aos quinquênios dos períodos aquisitivos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2002 a 2007	31.03.2010 a 28.06.2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de março de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Cancelamento de Pregão Presencial 08/2010 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica cancelado o Processo Licitatório n.º 11/2010, na modalidade de Pregão Presencial n.º 08/2010, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 25 de março de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Processo Licitatorio N° 13/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2010 – TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2010

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 16 de abril de 2010, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a aquisição de 7.180 m³ de pedregulho lavado, com recursos do Convênio n.º 15275/2009-7 e contrapartida do Município. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144, no site www.ireneopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 25 de março de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeita Municipal

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 830/2010

LEI Nº 830/2010, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2010.
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faz saber a todos os habitantes do Município de José Boiteux que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, destinado a atender as despesas com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, que objetiva a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de José Boiteux no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (Dom/SC).

Art. 2º - Para a execução da referida despesa serão destinadas recursos financeiros no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), que serão concedidos conforme a seguinte classificação orçamentária ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão	: 03	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade	: 01	Secretaria de Administração e Finanças
Função	: 04	Administração
Programa	: 1030	Administração Geral e Financeira
Sub-função	: 122	Administração Geral
Recursos	: 0.1.0000	Recursos Ordinários
Projeto/Atividade	: 2.011	Transferência ao CIGA
Modalidade Aplicação	:	3.1.71.00.00.00.00 (63)
Valor	: R\$	1.708,00
Modalidade Aplicação	:	3.3.71.00.00.00.00 (64)
Valor	: R\$	420,00
Modalidade Aplicação	:	4.4.71.00.00.00.00 (65)
Valor	: R\$	672,00

Art. 3º - Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente na mesma importância:

Órgão	: 03	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade	: 01	Secretaria de Administração e Finanças



Função	: 04	Administração
Programa	: 1030	Administração Geral e Financeira
Sub-função	: 122	Administração Geral
Recursos	: 0.1.0000	Recursos Ordinários
Projeto/Atividade	: 2.006	Manutenção Geral da Secretaria de Administração
Modalidade Aplicação	:	3.1.90.00.00.00.00.00 (41)
Valor	: R\$	2.800,00

Art. 4º - O projeto acima passa a integrar as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2010 – Lei Municipal 816/09 de 21 de outubro de 2009.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

José Boiteux, 09 de Fevereiro de 2010
JOSÉ LUIZ LOPES
 Prefeito Municipal

Lei n. 831/2010

LEI Nº. 831/2010, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010.

Autoriza Abrir Credito Especial pelo Superávit Financeiro do Exercício Anterior da Dotação do Orçamento Geral do Município.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial pelo Superávit Financeiro do Exercício anterior a importância de R\$ 9.288,34 (nove mil duzentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos) da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão	: 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade	: 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	: 2.075	Fundeb 40%
Função	: 12	Educação
Programa	: 1060	Criança e Adolescente na escola
Subfunção	: 361	Ensino Fundamental
Recursos	: 1900	Transferências do Fundeb - 40%
Modalidade de Aplicação	:	3.3.90.00.00.00.00 (63)
Valor	:	9.288,34

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 19 de fevereiro de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
 Prefeito Municipal

Lei n. 832/2010

Lei nº 832/2010 de 24 de março de 2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVENIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL JOSÉ LUIZ LOPES faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de RADIOPATRULHA, objetivando a sua implantação e manutenção no Município devidamente homologada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correm a conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

José Boiteux/SC, 24 de março de 2010
JOSÉ LUIZ LOPES
 Prefeito Municipal

Lei Complementar n. 022/2010

Lei Complementar nº. 022/2010, de 03 de março de 2010

Altera § 3º e acrescenta § 7º e 8º ao artigo 25 da Lei Complementar 001/2005, que Dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do Município de José Boiteux.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica alterado o § 3º e acrescentado os § 7 e 8º do artigo 25 da Lei Complementar 001/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25- ...

§1º ...

§2º ...

§3º Fica estabelecido que os servidores, pela sua natureza, em razão de interesse publico, tenham que desenvolver serviços continuados poderão ter jornada de trabalho especial de prorrogação, compensação ou em escala de revezamento, obedecendo a carga horária não superior a prevista em cada cargo, conforme plano de cargos e salários.

§4º...

§5º...

§6º...

§7 - Instituí a Escala de Trabalho em jornada de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso) ao servidor que prestar serviços em locais de trabalho com funcionamento de 24 horas continuadas de atendimento ao público, ou nos casos de vigilância.

§ 8º – Demais disposições referentes a jornada de trabalho será regulado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jose Boiteux/SC, 03 de março de 2010
JOSÉ LUIZ LOPES
 Prefeito Municipal



Justificativa

Estamos encaminhando, para apreciação e deliberação dos membros dessa Câmara Municipal, o projeto de lei complementar 001/2010, que Altera § 3º do artigo 25, e acrescenta § 7º e 8º ao mesmo artigo da Lei Complementar 001/2005, que Dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do Município de José Boiteux.

A presente reforma no ajuste, no que tange ao jornada de Trabalho 12X 36, se faz em face da necessidade da instituição da escala de revezamento que na prática já ocorre no âmbito da Administração, mais não esta devidamente regulamentada, principalmente onde há a prestação de serviços onde há atendimento ao público 24 horas. Essa jornada de compensação de horário é legal e proporcional, onde a pessoa trabalha 12 horas e folga 36 horas, sendo de interesse tanto dos trabalhadores quanto do Município, devido à peculiaridade de cada setor.

Buscando ainda mais firmar o entendimento que é possível e necessário esta jornada de trabalho para o bom funcionamento do serviço público e economia financeira temos o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em Apelação Cível n. 2009.032375-4, dispõe:

SERVIDOR PÚBLICO - HORAS EXTRAS - TURNO DE REVEZAMENTO - 12 (DOZE) HORAS DE TRABALHO POR (TRINTA E SEIS) HORAS DE DESCANSO - POSSIBILIDADE - PERMISSIVIDADE DO ART. 7º, XIII, PARTE FINAL, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - DESNECESSIDADE DE CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO."O servidor público municipal que tem sua jornada de trabalho diferenciada, no denominado regime de 12x36 horas, não tem direito a auferir horas extras, se o excedente de horas trabalhadas num dia é compensado por trinta e seis horas de descanso." (AC n.º 346596-3, TJPR, rel. J. Vidal Coelho)."A inexistência de convenção ou acordo coletivo na relação entre os servidores públicos e o Estado não impossibilita a aplicabilidade do art. 7º, XIII, parte final, da Constituição Federal de 1988, pois a modificação ou adaptação de uma condição de trabalho no interesse da Administração Pública prescinde de acordo de vontade." (AC n. 2007.041385-1, de Blumenau, Rel. Des. José Volpato de Souza).

Neste Mesmo sentido o TST afirma:

EMENTA:... 2. HORAS-EXTRAS. REGIME DE COMPENSAÇÃO (12 x 36 h). Entende o Egrégio TST que o regime de compensação de 12 horas de descanso já se encontra consagrado pelo costume, em especial nas atividades hospitalares, não havendo nisso qualquer ilegalidade, pois não causa prejuízo aos trabalhadores a ele submetidos. A partir da promulgação da atual Constituição Federal, tem-se como válido o acordo de compensação de jornada de trabalho pelo regime de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, não havendo que se falar em direito à percepção do adicional de horas-extras sobre as horas excedentes da oitava diária. Revista conhecida, mas a que se nega provimento, nesta matéria. ... (TST, Recurso de Revista, 3ª Turma, Decisão 22.02.2002)

Na certeza da aprovação do referido projeto, agradecemos.

Atenciosamente,
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Lei Complementar n 021/2009

LEI COMPLEMENTAR Nº. 021/2009, de 22 de dezembro de 2009. REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, AS PROGRESSÕES FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, E DISCIPLINA A PERDA DE CARGO POR INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. - Esta Lei Complementar institui as regras para realização das Avaliações do Estágio Probatório, bem como, as Progressões Funcionais e disciplina a perda do Cargo Público com fundamento do art. 41, § 1º, III, § 4º da Constituição Federal,

Art. 2º. - As disposições desta Lei Complementar aplicam-se aos Servidores Públicos da Administração do Município de José Boiteux.

Art. 3º. - As normas gerais sobre o processo administrativo são aplicáveis subsidiariamente aos preceitos desta Lei Complementar.

**Seção I
Das Responsabilidades da Avaliação**

Art. 4º - A Coordenação Geral do Programa de Avaliação de Desempenho é de responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos, que deverá fornecer todo apoio material e técnico, necessários ao seu desenvolvimento, após Decreto do Chefe do Executivo autorizando a abertura dos processos de avaliação.

**Seção II
Da Comissão de Avaliação**

Art. 5º. - A Comissão de Avaliação do Estágio Probatório e das Progressões Funcionais elencadas no artigo 18 da Lei complementar 001/2005 alteradas pela Lei Complementar 017/2009 e artigo 20 da Lei Complementar 002/2005 alterada pela Lei Complementar 018/2009, será composta por 03(três) servidores efetivos e estáveis, de comprovada idoneidade, sendo um presidente, um secretário e um membro, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal

§ 1º. - Os membros da comissão serão indicados e nomeados através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. - A Comissão de Avaliação convocará, se necessário, o chefe imediato onde o servidor estiver lotado para auxiliar nos trabalhos de avaliação.

§ 3º. - Se convocado para auxiliar nos trabalhos da Comissão, o Chefe imediato apresentara um relatório por escrito, o qual auxiliara a Comissão no processo de decisão.

I - Dentre outras que podem ser baixadas por ato do Poder Executivo, a comissão terá como funções:

a - Promover a avaliação dos servidores;

b - Emitir portaria sobre o resultado das avaliações.

c- Indicar ao departamento de Recursos Humanos, programas de treinamento e de acompanhamento sócio-funcional, com o objetivo de aprimorar o desempenho dos servidores, melhorando assim a produtividade no município.

d-Executar a avaliação de desempenho para efeito de Estágio Probatório, Progressões Funcionais e Perda do Cargo por Insuficiência de desempenho;

e - Analisar os Cursos apresentados para fins de Progressão por



capacitação ou aperfeiçoamento;

f - Analisar os Diplomas apresentados pelos Servidores para fins de Progressão por nova Titulação e/ou Habilitação.

CAPITULO II DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR ESTAGIO PROBATÓRIO.

Art. 6º. - Estágio probatório é o período de três anos, contados a partir da posse do Servidor no Serviço Público, durante o qual serão avaliados fatores comportamentais, estratégicos e operacionais, necessários à confirmação do servidor no cargo.

§1º – Ao servidor, durante seu estagio probatório deverão ser aplicadas 03 (três) avaliações:

- a- a primeira ao completar doze meses;
- b - a segunda ao completar vinte e quatro meses;
- c - a terceira ao completar trinta e seis meses

§2º – O servidor para ser considerado aprovado no estagio probatório deverá obter a media igual ou superior a 7(sete).

§ 3º. - Não alcançando a média mínima de 7,00 (sete), ou seja, enquadrar-se na classificação "BOM", ao final das Avaliações realizadas, o Servidor em estágio probatório será exonerado do serviço público e, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, logo após a conclusão do processo.

Seção I Do Método

Art. 7º. – Durante as avaliações, de desempenho, do estágio probatório e de Perda de Cargo por insuficiência de Desempenho, que serão realizadas anualmente, deverão ser observados e utilizados no todo ou em parte os seguintes critérios de julgamento, cujo formulário completo está disposto no Anexo I, que é parte integrante desta Lei:

- I - Qualidade do Trabalho
- II - Produtividade no Trabalho
- III – Presteza
- IV – Iniciativa
- V - Atualização (Aproveitamento em Programas de Capacitação)
- VI - Assiduidade:
- VI - Pontualidade:
- VIII - Administração do Tempo:
- IX – Uso Adequado dos Equipamentos de Serviços
- X- Engajamento Institucional

§ 1º. - Os critérios de que trata este artigo poderão ser adaptados e/ou modificados em função da natureza do cargo do servidor.

§ 2º. - Para cada critério estabelecido no artigo 7º, será atribuída classificação de 1 (um) a 5 (cinco), conforme disposto no Anexo I, deste Decreto.

§ 3º. – Após o processamento das médias da pontuação atribuída a cada um dos quesitos, a Avaliação concluirá pela atribuição dos seguintes conceitos:

- I- EXCELENTE (se obtiver nota igual ou acima de 9,00 pontos)
- II-MUITO BOM (se obtiver nota entre 8,00 e 8,99 pontos)
- III-BOM (se obtiver nota entre 7,00 a 7,99)
- IV-REGULAR (se obtiver nota entre 5,00 e 6,99 pontos)
- V-INSATISFATORIO (se obtiver nota menor que 5,00 pontos)

Seção II Da Divulgação das Notas

Art. 8º. – O resultado da avaliação de desempenho será encaminhada ao Prefeito Municipal para homologação, dela dando-se ciência ao interessado, mediante publicação no órgão oficial.

Parágrafo Único - O servidor será notificado do conceito que lhe for atribuído, podendo requerer reconsideração para autoridade que homologou a avaliação no prazo máximo de 05 (cinco) dias após recebimento, cujo pedido será decidido em 10 dias.

Art. 9º. – Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, no prazo de dez dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

Art. 10. – Os conceitos atribuídos ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação, serão arquivados em pasta ou base de dados individual.

CAPITULO III DAS PROGRESSÕES FUNCIONAIS

Art. 11. – Se aprovado no Estágio Probatório, o servidor estará apto a participar dos processos de Progressão Funcional estabelecidas abaixo:

- I - Cursos de Aperfeiçoamento
- II- Avaliação de Desempenho
- III – Nova Habilitação
- IV – Tempo de Serviço

§ 1º. –Nos casos de Progressão Funcional descritas no Incisos I, II, III, IV referente aos servidores que pertencem ao quadro geral do Município e para os ocupantes do quadro do Magistério obedecerão as tabelas do anexo IV e V da Lei Complementar 001/2005 e artigos 17 ao 23 alteradas pela Lei Complementar 017/2009 e anexo VI da Lei complementar 002/2005 e artigos 20 ao 25 alterados pela Lei Complementar 018/2009, respectivamente.

Seção I
Do Treinamento Técnico do Servidor com Desempenho Insatisfatório ou Regular

Art. 12 - O termo de avaliação, quando concluir pelo desempenho insatisfatório ou regular do servidor, indicará as medidas de correção necessárias, em especial as destinadas a promover a respectiva capacitação ou treinamento.

Art. 13 - O termo de avaliação obrigatoriamente relatará as deficiências indicadas no desempenho do servidor, considerados os critérios de julgamento previstos nesta Lei Complementar.

Art. 14 – As necessidades de capacitação ou treinamento do servidor cujo desempenho tenha sido considerado insatisfatório ou regular serão consideradas e priorizadas no planejamento do órgão ou da entidade.

CAPITULO IV DA PERDA DE CARGO POR INSUFICIENCIA DE DESEMPENHO

Art. 15 – Será exonerado o servidor estável que receber.

I – dois conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório; ou
II – três conceitos interpolados de desempenho insatisfatório nas ultimas cinco avaliações.

Art. 16 – Observado o disposto desta Lei, confirmado o segundo



conceito sucessivo ou o terceiro interpolado de desempenho insatisfatório, o recurso hierárquico será encaminhado a autoridade máxima no órgão ou da entidade para decisão irrecurável em sessenta dias.

Art. 17 – É indelegável a decisão dos recursos administrativos previstos nesta Lei Complementar.

Seção I Da Publicação da decisão Final

Art. 18 – o ato de desligamento será publicado de forma resumida no órgão oficial com menção apenas do cargo, do número da matrícula e lotação do servidor.

José Boiteux, 22 de dezembro de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

ANEXO I

FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATORIO E/OU DESEMPENHO

Nome do Servidor:

Cargo Exercido:

FATORES	Peso Relativo	CLASSIFICAÇÃO(pontos)				
		5	4	3	2	1
Qualidade do Trabalho	15	15%	12%	9%	6%	3%
Produtividade no Trabalho	15	15%	12%	9%	6%	3%
Iniciativa:..	10	10%	8%	6%	4%	2%
Presteza:	10	10%	8%	6%	4%	2%
Atualização (Aproveitamento em Programas de Capacitação)	10	10%	8%	6%	4%	2%
Assiduidade:	10	10%	8%	6%	4%	2%
Pontualidade:	10	10%	8%	6%	4%	2%
Administração do Tempo:	05	5%	4%	3%	2%	1%
Uso Adequado dos Equipamentos de Serviços:	05	5%	4%	3%	2%	1%
Engajamento Institucional	10	10%	8%	6%	4%	2%
TOTAL	100%					

José Boiteux, de de .

Anexo II Quadro Base Para Avaliação

Qualidade de Trabalho: Resultado do Trabalho em relação ao capricho, precisão, clareza e ausência de erros e cumprimentos dos prazos estabelecidos

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
Não cumpre os prazos do Trabalho. Dificilmente entrega aquilo que começa, e quando entrega são observáveis inúmeras imperfeições, exigindo o retrabalho e comprometendo os resultados da equipe	Precisa ser constantemente cobrado quanto a qualidade do trabalho que executa. Tem tendência a não seguir os padrões estabelecidos. Quando cobrado e acompanhado de perto executa e entrega dentro de prazos aceitáveis	O trabalho que executa é de qualidade. Está atendendo para os detalhes que são importantes. Não precisa ser cobrado quanto a qualidade e ao prazo	Permite a chefia ter tranquilidade ao designar-lhe tarefas. Apresentando resultado satisfatório mesmo diante de demandas excessivas.	Seu trabalho é sempre de qualidade, e sempre cumpre o prazo estabelecido terminando sempre o que se propõe a fazer.

Produtividade do Trabalho: volume de serviços em condições normais. Rapidez e eficiência no trabalho

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
Seu nível de produtividade é inadequado para as atividades que deve desenvolver. Sua morosidade no trabalho faz que não consiga se desvencilhar nem das suas tarefas diárias. Seu Trabalho está sempre acumulado	A quantidade de seu trabalho é imprevisível. Deixa dúvidas quanto ao tempo que demora para executar as tarefas que lhe são entregues. Conhece as suas deficiências e esforça-se. Precisa ser cobrado constantemente para apresentar resultados mais satisfatórios.	Possui um ritmo de atividade que permite apresentar um nível de produtividade adequada em relação ao montante do trabalho, cumprindo suas tarefas diárias. Tem condições pessoais para apresentar padrões mais elevados de produção	Utiliza seus recursos pessoais para produzir o Máximo possível. Pode-se estar tranquilo ao lhe atribuir tarefas que sejam urgentes.	Suas habilidades em desincumbir das tarefas caracterizam-se como um indivíduo acima do comum.

Iniciativa: capacidade em dar soluções corretas e adequadas aos problemas surgidos no trabalho. Contribuir com novas idéias

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
---------	---------	---------	---------	---------

Falta-lhe iniciativa para solucionar as dificuldades que ocorrem. Interrompe os demais para pedir ajuda mesmo em situações habituais.	Demonstra empenho em solucionar as dificuldades que surgem no seu trabalho. Por não possuir experiência (no local ou não do cargo) suficiente, necessita de acompanhamento com relação as iniciativas que toma	Reage acertadamente face as dificuldades que se apresentam. Suas decisões não comprometem o bom andamento do serviço.	Destaca-se pela capacidade de tomar decisões para a resolução de problemas que possam surgir.	Sua facilidade em propor novas idéias serve de apoio para os colegas de trabalho no enfrentamento de problemas que requeiram iniciativa.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Presteza: disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades de repartição, do trabalho e do grupo com o qual colabora

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
Não toma a iniciativa de cooperar na solução de problemas ou na realização de tarefas que exigem sua participação. Vive reclamando por não cumprir tarefas que lhe são solicitadas	Faz o possível para escapar de situações que exijam sua colaboração, sendo às vezes até insensível chegando a disfarçar não estar percebendo a necessidade da repartição, do trabalho, do grupo e até dos clientes.	Apresenta-se sempre pronto a fazer o que lhe é designado, disposto a cooperar e a dar o seu melhor. Entretanto é preciso que chefia, colegas ou clientes lhe chamem ou peça-lhe.	Consegue perceber as necessidades da repartição, tomando a iniciativa de colaborar com chefias, colegas e clientes, sem que seja necessário solicitar-lhe.	Tem interesse em resolver as questões, oferecendo-se para dar encaminhamentos as tarefas e atendimento aos clientes.

Atualização (programas de Capacitação): avalia o interesse que o servidor possui em participar dos programas, bem como a utilização em situações práticas no trabalho, dos conhecimentos e técnicas neles apresentados.

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
É apático. Averso ao aprimoramento profissional e ao envolvimento em novas atividades. Precisa ser Obrigado. O servidor não demonstra interesse em atualizar-se.	Tem entusiasmo com a possibilidade de aprimorar-se profissionalmente mas, falta-lhe tenacidade e persistência necessária, precisando ser constantemente estimulado a participar desses programas e a utilizar as novas apresentadas. Atualização do conhecimento raramente é procurada pelo servidor.	No tocante ao aprimoramento contínuo, tem iniciativa própria em buscá-lo, sempre que perceber que este se faz necessário por conta de mudanças que lhe são impostas. Sempre traz novidades e as compartilha com chefia e colegas. Eventualmente procura atualizar-se, apenas para manter seus conhecimentos.	Sobressai no grupo pelo interesse em que demonstra no aprimoramento contínuo, buscando fontes gerais e variadas, não dependendo unicamente dos programas propostos pela organização. Trazem novidades e as compartilha com chefia e colegas. Procura manter-se atualizado, aprimorando seus conhecimentos.	É preocupado com o seu desenvolvimento profissional. Toma para si a responsabilidade de manter-se atualizado. O servidor é muito preocupado e está sempre atento as oportunidades para aprimorar seus conhecimentos e de toda a equipe que o cerca.

Assiduidade: refere-se a frequência do servidor considerando especialmente o número de faltas e os transtornos gerados na repartição tendo em vista sua ocorrência

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
Acima de 3 faltas injustificadas, sendo necessário que outro servidor venha substituí-lo ocasionando horas extras a serem pagas pela organização. O servidor além de faltar com muita frequência ao trabalho, nunca apresenta justificativa. Ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa.	De 1 a 3 faltas injustificadas, sendo necessário que outro servidor venha substituí-lo ocasionando horas extras a serem pagas pela organização. O servidor falta com muita frequência ao trabalho, porém sempre apresenta justificativa. Ausenta-se com frequência do local de trabalho, com justificativa.	Uma falta injustificada, sendo necessário que outro servidor venha substituí-lo ocasionando atraso no cumprimento dos prazos da área na qual presta serviços. O servidor raramente falta ao trabalho, porém não costuma apresentar justificativa. Raramente ausenta-se, porém não justifica.	Nenhuma falta injustificada. O servidor raramente falta ao trabalho, porém sempre apresenta justificativa. Raramente ausenta-se, porém justifica.	Nenhuma falta ao serviço (justificada ou injustificada). O servidor não faltou ao trabalho até o presente momento. Não se ausenta do local de trabalho.

Pontualidade: avalia o cumprimento do horário de trabalho estabelecido, tendo em vista atrasos e saídas antecipadas

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
Atrasa-se sempre. Faz solicitações de horários opostos ao horário de trabalho, alegando razões alheias às previstas na legislação. Quase sempre chega atrasado ao trabalho por horas não trabalhadas.	Atrasa-se ocasionalmente, pela possibilidade de antecipar sua saída, alegando razões alheias às previstas na legislação. Chegando ao trabalho por horas não trabalhadas.	É pontual, cumprindo seus horários de chegada e saída, entre os motivos apresentados, sempre se atrasando ao trabalho ou a algum compromisso.	Nunca chega atrasado em função de motivos. Raramente se atrasa ao trabalho ou a algum compromisso.	Nunca chega atrasado em função de motivos. Raramente se atrasa ao trabalho ou a algum compromisso.

Administração do Tempo: leva em consideração a capacidade do servidor em cumprir os prazos estabelecidos para sua entrega

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
---------	---------	---------	---------	---------



Mantém desorganizado a necessidade constante de controle. Não cumpre as normas, prazos e prazos estabelecidos	Tem dificuldades em seguir normas e padrões estabelecidos, sendo necessário acompanhamento para que organize e controle suas tarefas, descumprindo prazos na maioria das vezes	Segue normas estabelecidas e as cumpre. Tem necessidade de aprimorar-se em métodos de organização no trabalho, entretanto é eficaz no cumprimento de suas tarefas	Conhece todas as normas e procedimentos e os segue. Seu trabalho é organizado, dispensando a necessidade de supervisão.	Habilidade de administrar prazos e solicitações apresentando resultados excelentes num curto período.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------

Uso adequado de equipamentos e serviços: avalia o uso dos recursos de que o servidor dispõe para a execução de suas tarefas, bem como os cuidados que tem quanto a sua conservação e economia.

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
Não usa os equipamentos disponíveis para a realização das tarefas, incluindo os EPIS, se necessário. O servidor não é zeloso nem econômico com os materiais da escola, incorrendo no desvio dos mesmos. O servidor é totalmente desleixado e irresponsável no trato e uso dos bens públicos, constantemente causando danos aos mesmos.	Subutiliza os equipamentos demonstrando desinteresse em aprender técnicas que possibilitariam seu melhor aproveitamento e rendimento de trabalho. O servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais. O servidor utiliza-se de forma inadequada dos bens públicos, demonstrando ser desnecessário zelar pela sua conservação.	Faz uso de todos os equipamentos de que dispõe, melhorando assim a qualidade e a produtividade do trabalho. Mas não preocupa-se com a conservação. O servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos. O servidor se utiliza do patrimônio público, sem, no entanto se importar com sua conservação.	Faz uso de todos os equipamentos de que dispõe, melhorando assim a qualidade e a produtividade do trabalho. O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e procura economizar os materiais de trabalho. O servidor utiliza o bem público de maneira adequada. O servidor se utiliza do patrimônio público, sem, no entanto se importar com sua conservação.	Preocupa-se com sua conservação, sendo capaz de fazer inclusive sua manutenção preventiva. O servidor além de responsável, zeloso e econômico, procura difundir entre os demais colegas a importância e necessidade da questão. O servidor demonstra interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação.

Engajamento Institucional: Empenha-se em manter organizado e em bom aspecto estado o seu local de trabalho. Envolvimento do Funcionário com programas e ações sociais e culturais no município.

Nota 01	Nota 02	Nota 03	Nota 04	Nota 05
Trabalha só, não busca envolvimento em outras atividades a não ser as do cargo.	Recusa-se a participar de ações que não constem das obrigações exclusivas do cargo.	Contribui em ações comunitárias desde que solicitado	Exerce com bom desempenho as funções do cargo e participa de ações sociais e culturais quando estimulado.	Além de exercer com eficiência as funções do cargo, contribui nas ações sociais, culturais da comunidade.

ANEXO III

Avaliação Por cursos de Aperfeiçoamento

1. IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

Servidor:
Departamento:
Cargo:

2. Relatório de Cursos de aperfeiçoamento

Relatório	Carga Horária	Deferido/Indeferido	Percentual
TOTAL			

José Boiteux, de de .

ANEXO IV

Avaliação Por Nova Habilitação

1. IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

Servidor:
Departamento:
Cargo:

2. Relatório Da Nova Habilitação

Habilitação	Deferido/Indeferido
Percentual	

José Boiteux, de de .

Decreto 015/2010

DECRETO nº 015/2010.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão	: 03	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade	: 01	Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade	: 2.006	Manutenção Geral Secretaria de Administração e Finanças
Modalidade Aplicação	:	3.1.90.00.00.00 (41)
Recursos	: 0100000	Recursos Ordinários
Valor	: R\$	15.500,00



Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo descritas.

Órgão	: 03	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade	: 01	Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade	: 2.006	Manutenção Geral Secretaria de Administração e Finanças
Modalidade Aplicação	:	4.4.90.00.00.00 (42)
Recursos	: 0100000	Recursos Ordinários
Valor	: R\$	15.500,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 17 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 016/2010

DECRETO nº 016/2010.

Autoriza Abrir Credito Especial pelo Superávit Financeiro do Exercício Anterior da Dotação do Orçamento Geral do Município.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial pelo Superávit Financeiro do Exercício anterior a importância de R\$ 9.288,34 (nove mil duzentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos) da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão	: 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade	: 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	: 2.075	Fundeb 40%
Função	: 12	Educação
Programa	: 1060	Criança e Adolescente na escola
Subfunção	: 361	Ensino Fundamental
Recursos	: 1900	Transferências do Fundeb - 40%
Modalidade de Aplicação	:	3.3.90.00.00.00.00 (63)
Valor	:	9.288,34

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 19 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 017/2010

Decreto n. 017/2010

INSTITUI O PONTO ELETRÔNICO, REGULAMENTA O CONTROLE DE FREQUÊNCIA, HORAS EXTRAORDINÁRIAS, PLANTÕES SOBRE AVISO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município e

artigo 70 e parágrafos do Estatuto dos Servidores (Lei 170/1992).

DECRETA:

DO CONTROLE

Art. 1º - O controle de frequência da jornada de trabalho do servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão, admitido em emprego de natureza temporária, far-se-á por meio de registro eletrônico de ponto no âmbito da administração direta do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O Registro de Ponto é obrigatório a todos os Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - O horário de expediente na Administração Pública Direta do Poder Executivo do Município, terá a jornada diária no período das 7:30 as 12:00 e das 13:30 as 17:00, respeitada as excepcionalidades de jornadas autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - O registro de frequência será diário no início, no intervalo para refeição/descanso e o término da jornada, plantão ou escala de trabalho de revezamento, bem como nas saídas e entradas durante o seu transcurso, mediante crachá ou impressão digital.

DA COMPETENCIA DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

Art. 5º - Compete ao setor de Recursos Humanos:

I - acompanhar, supervisionar e controlar a implementação e a funcionalidade do ponto eletrônico;

II - receber os registros de frequência dos setores pertencentes ao órgão;

III - adotar o registro e a apuração de frequência.

IV - emitir relatório individual espelho de Ponto, expressando a apuração dos registros, ocorrências e justificativas referentes à frequência do servidor, no qual deverá ser assinado pelo servidor e pela chefia imediata.

RESPONSABILIDADE DOS SUPERIORES HIERARQUICOS

Art. 6º - É de responsabilidade da chefia imediata do servidor acompanhar e controlar as frequência, além de adotar medidas cabíveis para garantir a fiel execução das normas regulamentadoras deste Decreto.

Parágrafo Único - Considera-se chefia imediata, para efeito deste Decreto, o servidor responsável por unidade administrativa ou aquele a quem for delegada, formalmente, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, as funções previstas no caput deste artigo.

DA COMPETENCIA DOS SERVIDORES

Art. 7º - Compete ao servidor efetivo, ao ocupante de cargo em comissão, ao admitido em emprego de natureza temporária

I - acompanhar o registro de sua jornada diária de trabalho, por consulta às informações colocadas à sua disposição;

II - conferir a folha individual do ponto, avaliando que as ocorrências, abonos e afastamentos estão corretos, imprimi-la, assiná-la e entregá-la à chefia imediata para homologação;

AS ESCALAS DOS PLANTÕES SOBRE AVISO:

Artigo 8º - As escalas mensais contendo obrigatoriamente os horários de início, intervalo e término de jornada de cada servidor, que trabalhe no regime de escalas, deverão ser enviadas pelo responsável da Secretaria ao Setor de Recursos Humanos até o dia 30 do mês anterior ao mês em referência na escala.

DAS HORAS EXTRAS

Artigo 9º - Fica expressamente proibida a realização de horas extras nas diversas Repartições da Administração, sem a prévia autorização do Superior Hierárquico conforme dispõe art. 69 do



Estatuto dos Servidores.

Artigo 10- As repartições que, por absoluta necessidade dos serviços, tiverem que realizar horas extraordinárias, deverá através de seus respectivos Supervisores, preencherem o ANEXO II – Informativo de realização de horas extras, constando: os nomes dos servidores designados, período que os mesmos estarão em serviços e os serviços que serão executados para conferencia posterior ao ponto eletrônico.

Artigo 11 - Somente serão devidas, as horas extras realizadas mediante a comprovação por registro eletrônico digital ou em cartão de ponto, cuja apuração ficará sob responsabilidade exclusiva do Setor de Recursos Humanos, que fará o pagamento das horas extras realizadas.

TOLERANCIA PONTO ELETRONICO

Artigo 12 - A tolerância para entradas e saídas, atrasos será de 10 (dez) minutos conforme disposto no art. 13, II da Lei Complementar n. 001/2005.

Artigo 13 - Os atrasos superiores a 10 (DEZ) minutos e/ou faltas deverão ser relatados pelo servidor ao Superior Hierárquico, através do preenchimento do ANEXO III – Atrasos/Faltas, que deverá ser enviado Ao Setor de Recursos humanos num prazo Maximo de um 01(um) dia após o ocorrido.

Artigo 14 - O não preenchimento do formulário do ANEXO III representará automaticamente a opção pelo desconto.

DO PONTO FACULTATIVO

Art. 15 - O ponto facultativo, conforme decretado pelo Chefe do Poder Executivo, não é aplicado nas unidades que desenvolvem serviços ou atividades considerados de natureza essencial, ou que tenham jornada de trabalho estabelecida em regime de plantão ou em escala de revezamento ininterrupta, não contando como horas extraordinárias neste caso.

DA COMPENSAÇÃO DE HORAS (BANCO DE HORAS)

Art. 16- A compensação de horas através do sistema de Banco de Horas será aplicada apenas aos servidores efetivos.

§ 1º Para fins de compensação consideram-se os acréscimos à jornada de trabalho até o limite de 12 (doze) horas mensais, quando devidamente autorizadas pela chefia imediata para suprir transitoriamente eventual necessidade de serviço.

§ 2º Poderão, ser compensadas:

I - as faltas ou ausências deferidas e justificadas pela chefia imediata;

II - as entradas tardias ou saídas antecipadas que não causam prejuízo ao serviço, reconhecidas pela chefia imediata e que não evidenciem conduta habitual, deverão ser compensadas até o final do mês da ocorrência.

III – conveniência administrativa;

§ 3º A compensação a que se refere o caput se dará a critério da chefia imediata com a dispensa do servidor em horas fracionadas, dias ou plantões de trabalho e deverá ocorrer até o final do mês subsequente.

AFASTAMENTOS AUTORIZADOS

Art. 17- não serão considerados faltas ao serviço os afastamentos descritos no artigo 76 e seus incisos do Estatuto dos Servidores.

Art. 18 – Outros afastamentos não considerados como falta:

I - doação de sangue, comprovada por documentação;

II - participação em eventos de capacitação, execução de serviço externo viagem a serviço, devem ser previamente autorizados.

Parágrafo único: todos os afastamentos citados no art. 16 e 17, devem seguir da apresentação de documento comprobatório e preenchimento do anexo III.

DAS PENALIDADES

Art. 19 - O não cumprimento integral da jornada de trabalho mensal ou compensação de horas até o término do mês subsequente ao da falta homologada implicará na perda de vencimentos.

Art. 20- Constituirá falta grave, punível na forma da lei:

I - causar danos aos equipamentos e programas utilizados para o registro eletrônico de ponto;

II - registrar a frequência de outro servidor sob quaisquer circunstâncias; e

III – subtrair, rasurar ou inutilizar a Folha Individual de Ponto

IV – saídas intermediárias injustificadas.

V - não cumprir as normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 21 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 22 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

ANEXO I – COMUNICADO DE HORÁRIO SEMANAL

Nome:	Matrícula:
Cargo:	
Secretaria:	
Carga Horária Semanal Horário de início de atividades: 7:30 horas. Saída para intervalo de descanso/refeição: 12:00 horas. Retorno do intervalo: 13:30 horas. Saída das atividades: 17:00 horas.	
Carga Horária mensal:	
Data e Local	
Assinatura do Servidor	Assinatura do Secretario/Sup. Hierárquico

Desta forma, o (a) servidor (a) tem carga horária diária de 08 horas, correspondendo a uma carga horária semanal de 40 horas.

ANEXO II – INFORMATIVO DA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS ou BANCO DE HORAS

Autorização para que o (s) servidor, realize(m) hora(s) extra(s) no:

DATA	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	ENTRADA	SAÍDA	TOTAL 50%	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO
TOTAL DE HORAS →					

Data:

Nome do Secretário:

Assinatura do Secretário _____

ANEXO III – ATRASOS/FALTAS

Nome:		Matrícula:
Cargo:		
Secretaria:		
Motivo da Falta ou Atraso:		
Dia:		
Hora:		
Data e Local		
Assinatura do Servidor	Assinatura do Secretário/Sup. Hierárquico	

Decreto 018/2010

DECRETO nº 018/2010.

Altera Item 3, Artigo 2º do Decreto 028/2009.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o item 3 do artigo 2º do Decreto 028/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2 ...

1) ...

2) ...

3) Edmundo Busana - Técnico em Agrimensura

4) ...

5) ...

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 24 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 019/2

DECRETO nº 019/2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão	: 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade	: 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	: 2.018	FUNDEB 40%
Modalidade Aplicação	:	3.3.90.00.00.00 (55)
Recursos	: 1.1900	FUNDEB 40%
Valor	: R\$	5.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.

Órgão	: 06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade	: 01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	: 2.018	FUNDEB 40%
Modalidade Aplicação	:	4.4.90.00.00.00 (54)
Recursos	: 1900	FUNDEB 40%
Valor	: R\$	5.000,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 26 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 020/2010

DECRETO nº 020/2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão	: 03	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade	: 01	Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade	: 2.006	Manutenção Geral Secretaria de Administração e Finanças
Modalidade Aplicação	:	3.3.90.00.00.00 (40)
Recursos	: 0100000	Recursos Ordinários
Valor	: R\$	10.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.

Órgão	: 03	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade	: 01	Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade	: 2.006	Manutenção Geral Secretaria de Administração e Finanças
Modalidade Aplicação	:	4.4.90.00.00.00 (42)
Recursos	: 0100000	Recursos Ordinários
Valor	: R\$	10.000,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 26 de fevereiro de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 021/2010

DECRETO nº 021/2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão	: 12	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	: 01	Fundo Municipal de Saude
Projeto/Atividade	: 2.032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade Aplicação	:	3.1.90.00.00.00 (03)
Recursos	: 0200	Receitas Imposto e Transferência de Impostos - Saude
Valor	: R\$	17.500,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.



Órgão	: 12	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	: 01	Fundo Municipal de Saude
Projeto/Atividade	: 2.032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade Aplicação	:	4.4.90.00.00.00 (04)
Recursos	: 200	Receitas Imposto e Transferência de Impostos - Saude
Valor	: R\$	17.500,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 02 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 022/2010

DECRETO nº 022/2010.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FAZER ABERTURA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, E INSTITUI COMISSÃO.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município e amparado nas Leis Complementares n. 17, 18 e 21:

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal a abertura dos trabalhos para realização da Avaliação de Desempenho relativo ao ano de 2009, dos Servidores Efetivos e Estáveis e Profissionais do Magistério do Município de José Boiteux.

Parágrafo Único: os trabalhos referidos no caput deste artigo serão realizados no período de 15 de março a 15 de abril de 2010, devido ao atraso na aprovação da Legislação.

Art. 2º - Institui a Comissão de Avaliação de Desempenho Individual referente ao período avaliatório do ano de 2009, passando a ser constituída pelos seguintes membros:

- I – Presidente: Mairo Lunelli
- II – Secretário: Miguel Amadeu Fusinato
- III – Membro: Nara Moser Coelho

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 15 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 023/2010

DECRETO nº 023/2010.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FAZER ABERTURA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E POR NOVA HABILITAÇÃO, E INSTITUI COMISSÃO.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município e amparado nas Leis Complementares n. 17, 18 e 21:

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal a abertura dos trabalhos para realização da Avaliação de Cur-

sos de Aperfeiçoamento e Por Nova Habilitação, dos Servidores Efetivos e Estáveis e Profissionais do Magistério do Município de José Boiteux, conforme artigos 19 e 20 da Lei Complementar n. 17/2009 e artigos 26 e 27 da Lei Complementar n. 018/2009

Parágrafo Primeiro: os trabalhos referidos no caput deste artigo serão realizados no período de 15 de março a 30 de abril de 2010, devido ao atraso na aprovação da Legislação.

Parágrafo Segundo: Para realização da Avaliação por cursos de aperfeiçoamento e por Nova Habilitação, serão analisados somente os cursos e títulos realizados no período de 2004 a 2009, devendo os mesmos serem autenticados em cartório e entregue ao Departamento de Recursos Humanos até a data de 01 de abril de 2010, juntamente com requerimento informando o tipo de progressão específica.

Parágrafo Terceiro: Os efeitos das avaliações vigorarão a partir de maio de 2010.

Art. 2º - Institui a Comissão de Avaliação de Cursos de Aperfeiçoamento e Por Nova Habilitação referente ao período avaliatório do ano de 2009, passando a ser constituída pelos seguintes membros:

- I – Presidente: Mairo Lunelli
- II – Secretário: Miguel Amadeu Fusinato
- III – Membro: Nara Moser Coelho

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 15 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto 024/2010

DECRETO nº 024/2010.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão	: 12	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	: 01	Fundo Municipal de Saude
Projeto/Atividade	: 2.032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade Aplicação	:	3.1.90.00.00.00 (03)
Recursos	: 200	Receitas Imposto e Transferência de Impostos - Saude
Valor	: R\$	15.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.

Órgão	: 12	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	: 01	Fundo Municipal de Saude
Projeto/Atividade	: 2.032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade Aplicação	:	4.4.90.00.00.00 (04)
Recursos	: 200	Receitas Imposto e Transferência de Impostos - Saude
Valor	: R\$	15.000,00



Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 23 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 217/2010

PORTARIA N° 217/2010.

José Luiz Lopes, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA A GESTANTE de 120 (cento e vinte dias) a servidora Nadia Buzzi Fanslau, nos termos do artigo 125 da Lei nº 170, de 28.02.92, no período de 03.03.2010 a 30.06.2010 como especificado no atestado médico.

José Boiteux, 03 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 218/2010

PORTARIA N° 218/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER DIREITO A FRUIÇÃO DE LICENÇA PREMIO de (3 meses) a servidora Marileia Fusinato ocupante do cargo de Nutricionista, correspondente ao quinquênio de 16.09.2003 a 16.09.2008 que será usufruída no período de 02.03.2010 a 30.05.2010.

José Boiteux, 03 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 219/2010

PORTARIA N° 219/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE DESIGNAR TEMPORARIAMENTE o servidor Geison Deringer, para atuar na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

José Boiteux, 03 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 220/2010

PORTARIA N° 220/2010.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Nerivaldo da Silva, nos termos do artigo 104 da Lei nº 170, de 28.02.92, no período de 04.03.2010 a 23.04.2010, como especificado no atestado médico.

José Boiteux, 04 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 221/2010

PORTARIA N° 221/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município combinado com o artigo 52 §2º da Lei 170/1992, RESOLVE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA 136/2010, QUE NOMEOU POR CONCURSO (02/2009), Ariane Borgonovo, para exercer o cargo da categoria funcional de Médico PSF, com carga horária de 40 horas semanais, por não tomar posse do cargo dentro do prazo legal, eis que foi devidamente notificada.

José Boiteux, 08 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 222/2010

PORTARIA N° 222/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, a servidora Elisete Pereira dos Santos, para exercer o cargo de Servente, Código 3.11, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08.03.2010

José Boiteux, 08 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 223/2010

PORTARIA N° 223/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, a servidora Maria Marlene Vaz, para exercer o cargo de Servente, Código 3.11, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09.03.2010

José Boiteux, 09 de março de 2010.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 224/2010

PORTARIA N° 224/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170



de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Benvinda dos Santos, a partir de 09.03.2010, admitido pela Portaria nº 439/2009 de 17.08.2009, que admitiu no Cargo efetivo de Servente.

José Boiteux, 09 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 225/2010

PORTARIA N° 225/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE NOMEAR, Edemar Castelani, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, carga horária de 40 Horas semanais, a partir de 08.03.2010.

José Boiteux, 09 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 226/2010

PORTARIA N° 226/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, a servidora Valdete Schüller Marques, para exercer o cargo de Servente, Código 3.11, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10.03.2010

José Boiteux, 10 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 227/2010

PORTARIA N° 227/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) do servidor Leonardo Ribeiro, a partir de 11.03.2010, admitido pela Portaria nº 137/2010 de 04.02.2010, que admitiu no Cargo Comissionado de Chefe de Departamento.

José Boiteux, 11 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 228/2010

PORTARIA N° 228/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo

79 da Lei Orgânica, RESOLVE NOMEAR, Daniel Vendrami, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, carga horária de 40 Horas semanais, a partir de 15.03.2010.

José Boiteux, 15 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 229/2010

PORTARIA N° 229/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER DIREITO DE LICENÇA PRÊMIO CONVERTENDO EM 1/3 de PECÚNIA a servidora Serlene de Freitas Preis ocupante do cargo de Telefonista, correspondente ao quinquênio de 2003 a 2008 que será usufruída no mês de março de 2010.

José Boiteux, 15 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 230/2010

PORTARIA N° 230/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município combinado com o artigo 52 §2º da Lei 170/1992, RESOLVE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA 152/2010, QUE NOMEOU POR CONCURSO (01/2009), Eulália Bertelli, para exercer o cargo da categoria funcional de Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais, por não tomar posse do cargo dentro do prazo legal.

José Boiteux, 15 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 231/2010

PORTARIA N° 231/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município combinado com o artigo 52 §2º da Lei 170/1992, RESOLVE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA 152/2010, QUE NOMEOU POR CONCURSO (01/2009), Bruna Emanuelle Miara, para exercer o cargo da categoria funcional de Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais, por não tomar posse do cargo dentro do prazo legal.

José Boiteux, 15 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 232/2010

PORTARIA N° 232/2010



José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município combinado com o artigo 52 §2º da Lei 170/1992, RESOLVE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA 150/2010, QUE NOMEOU POR CONCURSO (01/2009), Neusa Pereira, para exercer o cargo da categoria funcional de Servente, com carga horária de 40 horas semanais, por não tomar posse do cargo dentro do prazo legal.

José Boiteux, 15 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 233/2010

PORTARIA N° 233/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, a servidora Jessica Saraiva dos Santos para exercer o cargo de Professor Nível I NH, Grupo I, Docente – DOC, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09.03.2010.

José Boiteux, 15 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 234/2010

PORTARIA N° 234/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica e art. 6º da Lei Complementar n. 001/2005, RESOLVE NOMEAR, Helio Cuzum Farias, para exercer o cargo em comissão de Secretario Municipal da Secretaria do Índio, carga horária de 40 Horas semanais, a partir de 16.03.2010.

José Boiteux, 16 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 235/2010

PORTARIA N° 235/2010.

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Terezinha Ribeiro, nos termos do artigo 104 da Lei nº 170, de 28.02.92, no período de 11.03.2010 a 15.04.2010, como especificado no atestado médico.

José Boiteux, 17 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 236/2010

PORTARIA N° 236/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, a servidora Edileusa Burg, para exercer o cargo de Servente, Código 3.11, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01.03.2010

José Boiteux, 17 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 237/2010

PORTARIA N° 237/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, RESOLVE NOMEAR POR CONCURSO 001/2009, Maria Aparecida Fernandes da Rosa, nos termos do inciso I do artigo 11, da Lei nº 170, de 28 de fevereiro de 1992, e artigo 8º da Lei Complementar 001/2005, para exercer o cargo da categoria funcional de Merendeira, Código 3.07, Grupo III, Carga Horária 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de José Boiteux a partir desta data.

José Boiteux, 19 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 238/2010

PORTARIA N° 238/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, a servidora Lourdes De Gracia, para exercer o cargo de Servente, Código 3.11, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15.03.2010

José Boiteux, 19 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 239/2010

PORTARIA N° 239/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 30 da Lei Complementar n. 002/2005, a servidora Lucimari de Jesus para exercer o cargo de Professor Nível I NH, Grupo I, Docente – DOC, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 18.03.2010.

José Boiteux, 19 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES



Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 240/2010

PORTARIA N° 240/2010

José Luiz Lopes, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE ADMITIR EM CARATER TEMPORÁRIO nos termos do artigo 26 da Lei Complementar n. 001/2005, o servidor Junior Casas para exercer o cargo de Conserveiro, Código 3.05, Grupo III, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 22.03.2010.

José Boiteux, 22 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 241/2010

PORTARIA N° 241/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE NOMEAR, Elias Kopp para exercer o cargo em comissão de Diretor de Departamento, carga horária de 40 Horas semanais, a partir de 22.03.2010.

José Boiteux, 22 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 243/2010

PORTARIA N° 243/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado na Lei n. 170 de 28.02.1992 RESOLVE DESIGNAR a Comissão Permanente de Processo Disciplinar nomeada pela Portaria n. 557/2009 e alterada pela Portaria, 107/2010 para atuar na instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 03/2010, com o fim específico de apurar o ABANDONO DE CARGO DO SERVIDOR CLAUDINO COMPER.

Assim, fica determinada a abertura de Processo Disciplinar a ser conduzido pela Comissão, ora composta que deve iniciar seus trabalhos a contar desta data.

José Boiteux, 22 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 244/2010

PORTARIA N° 244/2010

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE DISPONIBILIZAR A CIDASC, o servidor Daniel Reinert, ocupante do cargo de Chefe de Departamento,

matricula 405371, com a finalidade de emissão de GTA e atuação nos sistemas informatizados SGDSA , conforme solicitação do ofício 033/2010.;

José Boiteux, 24 de março de 2010.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato N°.: 07/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N°.: 07/2010

PROCESSO: Carta Convite n°. 06/2010

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: ROGÉRIO LAZZARIS KLEIS ME

OBJETO: Realização de exames de ultrassonografia, conforme autorizações

emitidas pela Secretaria de Saúde Municipal

VALOR: R\$ 77.990,00 (Setenta e sete mil, novecentos e noventa reais)

DATA DA VIGÊNCIA: 24/03/2010 a 31/12/2010

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato N°.: 22/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N°.: 22/2010

PROCESSO: Carta Convite n°. 15/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: TISSI COM E INSTALAÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME

OBJETO: Execução da melhoria da rede de energia elétrica nas dependências

do Centro Esportivo Municipal, com fornecimento de materiais e mão-de-obra

VALOR: R\$ 28.699,46 (Vinte e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e seis centavos).

DATA DA VIGÊNCIA: 23/03/2010 a 07/04/2010

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1413/2010

LEI n.º 1413/2010

TRATA DO REAJUSTE SALARIAL DOS VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE MELEIRO/SC



O Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o reajuste salarial, aos membros do Magistério Público do Município de Meleiro, em conformidade com o Art.37, inciso X da Constituição Federal e a legislação municipal.

§ 1º São beneficiados com a presente Lei os profissionais efetivos no quadro, os contratados temporariamente e os cargos em gratificação ou comissionados.

§ 2º O percentual será aplicado sobre os valores, previstos na Lei 1409/2009, especialmente nos anexos II até VIII (tabela salarial do Magistério).

Art. 2º O reajuste salarial será no índice de 1,74% (um inteiro e setenta e quatro por cento).

Art. 3º A presente Lei tem seus efeitos retroativos ao dia 1º de fevereiro de 2010.

Parágrafo Único: Fica autorizado o Executivo Municipal a tomar todas as medidas administrativas e demais providências para cumprimento do estabelecido na presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2010.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 6º Revogando-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Março de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial N° 006/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 026/2010 – Pregão Presencial 006/2010 – Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de MEDICAMENTOS E MATERIAS DE ENFERMAGEM, para manutenção dos serviços oferecidos pela rede municipal de saúde de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, durante o ano de 2010.

Julgamento: Menor Preço por Grupo. Entrega dos envelopes: 15/04/2010 até as 17:00 horas. Abertura das Propostas e Fase de Lances: 19/04/2010 – 10:00 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 – Fax: 48.32673230 – site: www.novatreto.sc.gov.br

PEDRO PIVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Pregão Presencial N° 007/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 030/2010 – Pregão Presencial 007/2010

Objeto: Contratação de seguro para os veículos da frota do Município de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 13/04/2010 até as 10:00 horas. Abertura: 13/04/2010 – 10:05 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 – Fax: 48.32673230 – site: www.novatreto.sc.gov.br

PEDRO PIVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Pregão Presencial N° 008/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 031/2010 – Pregão Presencial 008/2010 – Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de TUBOS DE CONCRETO E MEIO-FIO, para realização de obras de drenagem, confecção de bocas de lobo e confecção de bueiros no município de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, durante o ano de 2010.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 12/04/2010 até as 10:00 horas. Abertura: 12/04/2010 – 10:05 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 – Fax: 48.32673230 – site: www.novatreto.sc.gov.br

PEDRO PIVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Pregão Presencial N° 010/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 033/2010 – Pregão Presencial 010/2010 – Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de AREIA, para utilização no conserto e confecção de pavimentação e calçamentos, confecção de bocas de lobo e manutenção de vias públicas no município de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, durante o ano de 2010.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 14/04/2010 até as 10:00 horas. Abertura: 14/04/2010 – 10:05 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 – Fax: 48.32673230 – site: www.novatreto.sc.gov.br

PEDRO PIVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Pregão Presencial N° 011/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 034/2010 – Pregão Presencial nº 011/2010

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de lajotas, meio-fio e confecção de 06 (seis) de Boca de Lobo a ser executado na Rua da Giacomo Dalri no Bairro Cascata, total de 900,00 m². - Valor Esti-



mado: R\$ 10.500,00.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 16/04/2010 ate as 10:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 – www.novatrento.sc.gov.br.

PEDRO PIVA NETO

Prefeito Municipal em Exercício

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1764/2010

DECRETO Nº 1.764/2010, de 23 de março de 2010.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 063/2010, NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 007/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei 8.666/93 e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Processo Licitatório nº 016/2010, na modalidade de Convite nº 007/2010, que dispõe sobre a contratação de Rádio AM para prestação de serviços de radiodifusão, conforme quantitativos e especificações constantes no processo licitatório, ficando adjudicado o objeto da presente licitação a RÁDIO DOZE DE MAIO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 23 de março de 2010.

SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 092/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 92/2010

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na lei complementar nº10/2000 e edital 03/2009 publicado em 18 de novembro de 2009 Resolve;

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL, conforme anexo III DA Lei complementar 010/2000 em vigor pela lei 020/2005 Jose Firmino Silvano, matricula nº 127, de H para I,

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Março 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENON BERTO BORGES

Sec. Mun. de Administração

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

ERRATA - referente ao Processo Licitatório 031/2010 Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2010

ERRATA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Referente ao Processo Licitatório 031/2010 Extrato de Edital de Pregão Presencial 018/2010

Em decorrência de alterações realizadas no referido edital, comunica-se que o Procedimento de Julgamento do mesmo(Item 07) será MENOR PREÇO POR LOTE além de modificação no anexo IV(Modelo de Proposta). Em vista disto, prorroga-se o recebimento dos envelopes e do credenciamento para o dia 09 de Abril de 2010 às 10:00 horas na Prefeitura Municipal com início da sessão pública às 10:15 horas no mesmo dia e local.

Porto União SC, 26 de Março de 2010

DEIVIDSON LUIZ OKOPNIK

Pregoeiro

Portaria 014/2010

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N°. 0156/RH

PORTARIA N°. 0156/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 84, da Lei Complementar nº. 099, de 24/04/2003, à servidora pública municipal DANIELA APARECIDA RODRIGUES DONNER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível 2, classe 'A', a partir de 08/03/2010 até 12/03/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Março de 2010.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria N°. 0157/RH

PORTARIA N°. 0157/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 84, da Lei Complementar nº. 099, de 24/04/2003, ao servidor público municipal RAMIRO DE LIZ E SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 41, a partir de 01/03/2010 até 05/03/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Março de 2010.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria N°. 0191/RH

PORTARIA N°. 0191/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a partir de 31/03/2010, o servidor municipal ELIGIO LUIS PESSOA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, nível 30, faixa 33, do cargo em comissão Diretor do Departamento de Recursos Humanos, de acordo com o parágrafo único, do Art. 29, da Lei Complementar Nº. 099, de 24/04/2003.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de Março de 2010.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria N°. 0192/RH

PORTARIA N°. 0192/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 23/03/2010, a servidora municipal LILIANE PEREIRA DE OLIVEIRA, do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 41, de acordo com o inciso I, do Art. 30, da Lei Complementar Nº. 099, de 24/04/2003.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Março de 2010.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria N°. 0193/RH

PORTARIA N°. 0193/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Natalidade, de acordo com o Art. 165, da Lei Complementar n.º 099 de 24/04/2003, à servidora municipal RUBIA CRISTINA MOHR, ocupante do cargo de provimento efetivo Contador, nível 70, faixa 71, conforme certidão de nascimento n.º 00-47086832-1, do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul – SC, onde encontra-se o assento de Vinicius Frederico Matê.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Março de 2010.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria N°. 0194/RH

PORTARIA N°. 0194/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 31/03/2010, o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12, ocupado pela servidora SEBASTIANA DE FATIMA DA SILVA, em virtude de sua aposentadoria por invalidez.



Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Março de 2010.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria N°. 0195/RH

PORTARIA N°. 0195/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 31/03/2010, o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12, ocupado pela servidora LOURDES DE SOUZA, em virtude de sua aposentadoria por invalidez.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Março de 2010.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria N°. 0196/RH

PORTARIA N°. 0196/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 31/03/2010, o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 12, ocupado pela servidora MARLI MOREIRA DE MELO, em virtude de sua aposentadoria por idade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Março de 2010.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

Portaria N°. 0197/RH

PORTARIA N°. 0197/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, a partir de 31/03/2010, o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível 10, faixa 13, ocupado pela servidora JORDINA SILVANO DOS SANTOS, em virtude de sua aposentadoria por idade e tempo de contribuição.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Março de 2010.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração
Jot

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Eleição 01/2010 CMS

Edital N° 001/2010/CMS

Abre Inscrições e Baixa Normas para a Eleição de Novos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Rio do Sul, com base na Lei Municipal nº 4.020 de 19 de Fevereiro de 2004.

1 - DAS INSCRIÇÕES E PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Período de inscrição de 05/04/2010 a 14/04/2010

Local: Secretaria Municipal de Saúde

Endereço: Rua Tuiuti, 154, Centro – Rio do Sul – SC

Horário: 7h30min às 13h

Publicação do resultado das inscrições em 19/04/2010 – Mural Oficial – Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Período de Impugnações das Inscrições 22/04/2010 a 23/04/2010

Homologações das inscrições em 27/04/2010

2 – DA COMISSÃO ELEITORAL

A Comissão de Eleição é composta de quatro conselheiros indicados pela plenária do Conselho Municipal de Saúde

a – Os membros da Comissão elegerão entre si o Presidente da Comissão.

b – A Comissão deverá acompanhar o processo eleitoral e julgar impugnações e recursos, podendo para tanto assessorar-se de profissional técnico, se necessário for ou achar conveniente.

3 – DAS VAGAS

I – Dos Trabalhadores do Setor:

a) Quatro representantes indicados por suas categorias.

III – Das Organizações dos Usuários:

a) Oito representantes indicados por Organizações não Governamentais legalmente constituídas e com atuação no âmbito do município, que atuem na defesa dos interesses da população e ou de classes representativas.

III - Dos Prestadores de Serviços:

a) Dois representantes, indicados por Organizações que prestem serviços para o Sistema Único de Saúde - SUS.

- Cada Instituição poderá indicar um candidato a membro Titular e um a Membro Suplente.

4 – DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NO ATO DA INSCRIÇÃO

a) Ofício da Entidade indicando os seus Candidatos;

b) Atestado de Funcionamento;

c) Descrição sumária da atividade princípio da Instituição;

d) Considera-se prestador de serviço, aquele que estiver efetivamente contratado e atendendo aos usuários do SUS.

5 – DOS DELEGADOS

Cada Instituição deverá encaminhar ofício dirigido para o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, indicando seu delegado e o seu suplente de delegado, para manifestar a intenção de voto no dia e horário identificado neste Edital.

Cada representante, no ato de votação poderá manifestar sua



vontade de voto para o número de candidatos de acordo com as vagas existentes para o segmento ao qual pertence.

- a) – Oito votos para o segmento dos usuários;
- b) - Quatro votos para o segmento dos profissionais com atuação na área da saúde
- c) - dois votos para o segmento dos representantes dos prestadores de serviços.

(em cédula única por segmento) devidamente rubricada por um dos membros da Comissão de Eleição.

6 - DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA

- a) Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos entre seus pares.
- b) O critério de desempate é o de maior idade do Candidato Titular.

7 - DA ELEIÇÃO

- a) A eleição será realizada no dia 06 de maio de 2010, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Tuiuti, 154, Centro – Rio do Sul – SC.
- b) O Horário estabelecido para a votação compreende 9h às 16h.
- c) O Ministério Público será cientificado de todo o Processo.

8 - DOS RESULTADOS

- a) O resultado será divulgado no dia 10 de maio de 2010, no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sendo que os candidatos que se sentirem prejudicados terão um prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar recurso.
- b) Os novos membros do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados por Decreto do Gabinete do Prefeito Municipal.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A lista dos eleitos será fixada no mural Oficial da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, decorrido o prazo de recurso.
- b) O Eleito que não assumir sua vaga na 1ª Reunião para a qual for convocada pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou dela desistir será substituído pelo candidato que se encontra na situação de suplente, de acordo com o processo de votação.
- c) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral e homologados pelo seu Presidente, através de Resolução.

Rio do Sul, março de 2010.
LUIS EDUARDO MENDES ZANIS
 Presidente do Conselho
 Municipal de Saúde de Rio do Sul

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução 557

RESOLUÇÃO Nº 557, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010
 Institui e Regulamenta o Sistema de Plantão de Serviço no âmbito da Câmara de Vereadores de Rio do Sul

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, prevista no inciso I artigo 39 da Resolução 268/02 - Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Plantão de Serviço do Poder Legislativo para acompanhar o uso adequado do Plenário da Câmara de Vereadores quando do empréstimo para entidades municipais constituídas, bem como demais eventos de interesse do Poder Legislativo.

§ 1º Parágrafo único. Os pedidos de utilização do Plenário da Câmara deverão ser feitos por escrito, assinados, fundamentados e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Incube ao Presidente da Câmara decidir sobre a adequação do pedido às finalidades, indeferindo-o quando não houver manifesto interesse público na matéria a ser tratada na reunião da entidade.

Art. 2º Entende-se por Serviço de Plantão aquele prestado pelo servidor efetivo no âmbito da Câmara Municipal, fora do horário regular de trabalho, e em especial aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Art. 3º O Serviço de Plantão será organizado pelo Presidente do Poder Legislativo em escala anual, observado o sistema de rodízios semanal.

Art. 4º As horas cumpridas pelo servidor no Serviço de Plantão serão acrescidas do adicional de prestação de serviço extraordinário, conforme artigo 55 da Lei Complementar nº 099 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 24 de abril de 2003.

Parágrafo único. No caso de trabalho em dia consagrado de repouso e em feriado, o adicional será de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

Art. 5º As horas cumpridas pelo servidor no Serviço de Plantão integrarão, pela média do valor dos serviços realizados nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina, das férias, da licença para tratamento de saúde, da licença prêmio por desempenho e da aposentadoria, quando for o caso.

Art. 6º Os Sistema de Serviço de Plantão, escalonado para o ano de 2010, em sistema de rodízio mensal, fica estabelecido pelo seguinte calendário, sendo que nos demais anos será definido em ato próprio do Presidente da Câmara de Vereadores.

Fevereiro de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
15/02/2010 a 21/02/2010	Amauri Abe	44
22/02/2010 a 28/02/2010	Fernando Guedes	23

Março de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
01/03/2010 a 07/03/2010	Luis Fernando Schweder	20
08/03/2010 a 14/03/2010	Luis Ricardo Erckmann	17
15/03/2010 a 21/03/2010	Thayná Fiamoncini	19
22/03/2010 a 28/03/2010	Amauri Abe	44
29/03/2010 a 04/04/2010	Fernando Guedes	23

Abril de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
05/04/2010 a 11/04/2010	Luis Fernando Schweder	20
12/04/2010 a 18/04/2010	Luis Ricardo Erckmann	17
19/04/2010 a 25/04/2010	Thayná Fiamoncini	19
26/04/2010 a 02/05/2010	Amauri Abe	44

Mairo de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
03/05/2010 a 09/05/2010	Fernando Guedes	23
10/05/2010 a 16/05/2010	Luis Fernando Schweder	20
17/05/2010 a 23/05/2010	Luis Ricardo Erckmann	17
24/05/2010 a 30/05/2010	Thayná Fiamoncini	19
31/05/2010 a 06/06/2010	Amauri Abe	44



Junho de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
07/06/2010 a 13/06/2010	Fernando Guedes	23
14/06/2010 a 20/06/2010	Luis Fernando Schweder	20
21/06/2010 a 27/06/2010	Luis Ricardo Erckmann	17
28/06/2010 a 04/07/2010	Thayná Fiamoncini	19

Julho de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
05/07/2010 a 11/07/2010	Amauri Abe	44
12/07/2010 a 18/07/2010	Fernando Guedes	23
19/07/2010 a 25/07/2010	Luis Fernando Schweder	20
26/07/2010 a 01/08/2010	Luis Ricardo Erckmann	17

Agosto de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
02/08/2010 a 08/08/2010	Thayná Fiamoncini	19
09/08/2010 a 15/08/2010	Amauri Abe	44
16/08/2010 a 22/08/2010	Fernando Guedes	23
23/08/2010 a 29/08/2010	Luis Fernando Schweder	20
30/08/2010 a 05/09/2010	Luis Ricardo Erckmann	17

Setembro de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
06/09/2010 a 12/09/2010	Thayná Fiamoncini	19
13/09/2010 a 19/09/2010	Amauri Abe	44
20/09/2010 a 26/09/2010	Fernando Guedes	23
27/09/2010 a 03/10/2010	Luis Fernando Schweder	20

Outubro de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
04/10/2010 a 10/10/2010	Luis Ricardo Erckmann	17
11/10/2010 a 17/10/2010	Thayná Fiamoncini	19
18/10/2010 a 24/10/2010	Amauri Abe	44
25/10/2010 a 31/10/2010	Fernando Guedes	23

Novembro de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
01/11/2010 a 07/11/2010	Luis Fernando Schweder	20
08/11/2010 a 14/11/2010	Luis Ricardo Erckmann	17
15/11/2010 a 21/11/2010	Thayná Fiamoncini	19
22/11/2010 a 28/11/2010	Amauri Abe	44
29/03/2010 a 05/12/2010	Fernando Guedes	23

Dezembro de 2010

PERÍODO	SERVIDOR	MATRÍCULA
06/12/2010 a 12/12/2010	Luis Fernando Schweder	20
13/12/2010 a 19/12/2010	Luis Ricardo Erckmann	17
20/12/2010 a 23/12/2010	Thayná Fiamoncini	19

Art. 7º Independentemente da escala definida no artigo 6º da presente Resolução, o servidor somente poderá cumprir o horário de plantão, após a autorização do Presidente da Câmara, mediante formulário próprio, nos moldes do Anexo I.

Art. 8º A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Rio do Sul poderá baixar instruções complementares a esta Resolução.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2010.

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Presidente

MÁRIO MIGUEL

Vice-Presidente

ROBERTO SCHULZE

1º Secretário

CLÁUDIO CIMARDI

2º Secretário

ANEXO I

ADICIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
DIONÍSIO MAÇANEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, com base na Resolução nº 557, de 10 de fevereiro de 2010, designa o servidor do quadro permanente da Câmara de Vereadores, segundo escala estabelecida na Resolução nº 557, de 10 de fevereiro de 2010, a prestar serviço extraordinário, em caráter continuado, após o horário normal de trabalho, no dia ____ do mês ____, à partir das ____ horas, ficando o setor de Recursos Humanos autorizado a gratificá-lo pelas horas extraordinárias trabalhadas, conforme artigo 55 da Lei Complementar nº 099, de 24 de abril de 2003.

Rio do Sul, ____/____/2010.

Presidente da Câmara Municipal

Horas Extraordinárias efetivamente prestadas:

Servidor:	Matrícula:	Data:
	Horário Final:	
Horário Inicial:		HE Efetivas:
Ass. Servidor		Ass. Presidente da Câmara

Resolução 564

RESOLUÇÃO No 564, DE 24 DE MARÇO DE 2010

Autoriza pagamento de ½ (meia) diária, e indenização de transporte a vereadores.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de ½ (meia) diária aos vereadores Jeferson Alexandre Vieira e Dionísio Maçaneiro, no valor de R\$ 115,17 (cento e quinze reais e dezessete centavos) cada, para participarem da Assembleia Geral da UCAI, que acontecerá entre no dia 27 de março do corrente ano, tendo como local o Anfiteatro Tranquilo Dognini, na rua João Gilberto Ribeiro, nº 53, bairro Centro, na cidade de Vidal Ramos - SC

Art. 2º A indenização de transporte em veículo particular, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Vidal Ramos, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 309/03.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 24 de março de 2010.

Dionísio Maçaneiro
Presidente da Mesa

Mário Miguel
Vice Presidente da Mesa

Roberto Schulze
1º Secretário

Cláudio Cimardi
2º Secretário



Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata - Portaria N° DP0071/2010

Errata - Portaria N° DP0071/2010

ERRATA

Informamos que a "PORTARIA N.º DP0071/2010", foi publicada com erro na edição 453, veiculada em 24 de Março de 2010, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA N.º. DP0071/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Sra. ELIANE RIBEIRO DOS SANTOS, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura na função de Merendeira, 40 horas, conforme Contrato Temporário n.º 027/2010.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 08 de Março de 2010

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Retificação Data de Abertura Processo 02/2010 DDM

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, através do COMITÊ DESPORTIVO, RETIFICA DATA DE ABERTURA DO EDITAL 02/2010 PREGÃO PRESENCIAL 02/2010 (publicado em 24/03/2010 Edição 453 pág.49), por Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO OKM ANO 2010, no que se refere a DATA de Abertura, onde se lê abertura 05/03/2010, leia-se: 05/04/2010 ÀS 15:00 horas.

São Lourenço do Oeste – SC, 25 de março 2010.

MARISTEL CRISTINA FEUSER

Gerente Executiva

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 123/2010

DECRETO N.º 123/2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARIA IVONETE DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STHAELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o

disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA IVONETE DA SILVA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/03/10 a 20/04/10, referente ao período aquisitivo de 2008/2009.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 124/2010

DECRETO n.º 124/2010

Exonera ROBERTO MARTENDAL do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ROBERTO MARTENDAL do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 125/2010

DECRETO n.º 125/2010

Exonera GEANE CARLA DE SOUZA do Cargo de Agente Administrativo.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar GEANE CARLA DE SOUZA do Cargo de Agente Administrativo, contrato de trabalho nº. 048/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 126/2010

DECRETO n.º 126/2010

Nomear MAURICIO PFLEGER para o Cargo em Comissão de Coor-



denador de Ações na Área de Desenvolvimento Agrícola.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Nomear MAURICIO PFLEGER para o Cargo em Comissão de Coordenador de Ações na Área de Desenvolvimento Agrícola.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto Nº 127/2010

DECRETO Nº 127/2010

Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde .

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 567/2010 de 10/03/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no no total de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12..2035 – Func. e Manutenção da Coord. da SaúdeR\$ 8.000,00
3.3.40.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações DiretasR\$ 8.000,00

Art. 2º - Para atender o Art. 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2035 – Func. e Manutenção da Coord. da SaúdeR\$ 8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações DiretasR\$ 8.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 128/2010

DECRETO Nº 128/2010

Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara..

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 568/2010 de 10/03/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no no total de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12..2035 – Func. e Manutenção da Coord. da SaúdeR\$12.000,00
3.3.5 0.00.00.00.00.01.0002 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins lucrativosR \$ 12.000,00

Art. 2º - Para atender o Art. 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anularR\$12.000,00 (Doze mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2035 – Func. e Manutenção da Coord. da Saúde R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas ... R\$ 12.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto n.º 129/2010

DECRETO n.º 129/2010

Concede Licença para tratamento de Saúde a funcionária KARINA SCHMITT LOHN, ocupante do Cargo de Professora III, lotada na Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à funcionária KARINA SCHMITT LOHN, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de 11/03/2010, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/03/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 130/2010

DECRETO n.º 130/2010

Dispõe sobre alteração temporária de carga horária do servidor JULIO CESAR MANOEL de 20 para 40 horas semanais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art.18, da Lei Complementar nº. 008/98,

DECRETA:

Art. 1.º- O servidor JULIO CESAR MANOEL passará a cumprir a partir de 23/03/10 a 24/04/10, carga horária semanal de 40 horas, devido a necessidade de profissional para atuar junto a Secretaria de Educação, em virtude do afastamento para tratamento de saúde da servidora Karina Schmitt Lohn.



Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de março de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Termo de Desistência - Luciana Torquato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO n.º 002/2007

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de 2010, LUCIANA TORQUATO, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Concurso Público n.º 002/2007, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativa ao cargo de Técnica em Enfermagem, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2010.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 3.430/2010, de 23 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.430/2010, de 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da funcionária Sra. Juliana Holtz Thomaz, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.431/2010, de 23 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.431/2010, de 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Or-

gânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da funcionária Sra. Zorai-de Rodrigues da Silva, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.432/2010, de 23 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.432/2010, de 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da funcionária Sra. Silvia dos Santos Batista, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.433/2010, de 23 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.433/2010, de 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da funcionária Sra. Sandra Aparecida Monteiro Luther, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.



Schroeder (SC), 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.434/2010, de 23 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.434/2010, de 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da funcionária Sra. Edna Maria da Rocha, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.436/2010, de 23 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.436/2010, de 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da funcionária Sra. Lourdes Delfino da Silva de Andrade, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.437/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.437/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no artigo 2º, I, da Lei Municipal nº. 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir a necessidade de excepcional interesse público;

Considerando que a única candidata aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2009 desistiu de assumir a vaga;

Considerando a continuação do ano letivo e a necessidade de preencher a vaga temporariamente aberta;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Sheila Adriana Muller, para exercer o cargo de Professora A (Séries Iniciais - Alemão), percebendo o nível salarial nº. 001 - Magistério (Nível 153), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme Lei Municipal nº. 1.690/08, de 28/10/2008, Decreto nº. 2.081/2010, de 09/03/2010 e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.438/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.438/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Juliana Holtz Thomaz, para exercer o cargo de Professora A (Educação Infantil), percebendo o nível salarial nº. 001 - Magistério (Nível 153), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.



Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.439/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.439/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Elma Maciel Almeida, para exercer o cargo de Professora A (Educação Infantil), percebendo o nível salarial nº. 001 - Magistério (Nível 153), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.441/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.441/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Sandra Aparecida Monteiro Luther, para exercer o cargo de Professora C (Educação Infantil), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária

de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.442/2010, de 24 de março de 2010

PORTARIA Nº. 3.442/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Edna Maria da Rocha, para exercer o cargo de Professora C (Educação Infantil), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.443/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.443/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;



Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Jaci Patrocínio da Silva, para exercer o cargo de Professora C (Educação Infantil), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.444/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.444/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Lourdes Delfino da Silva de Andrade, para exercer o cargo de Professora C (Educação Infantil), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.445/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.445/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Zoraide Rodrigues da Silva, para exercer o cargo de Professora A (Ensino Fundamental), percebendo o nível salarial nº. 001 - Magistério (Nível 153), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.446/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.446/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Silvia dos Santos Batista, para exercer o cargo de Professora A (Ensino Fundamental), percebendo o nível salarial nº. 001 - Magistério (Nível 153), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.



ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.447/2010, de 24 de março de 2010.

PORTARIA Nº. 3.447/2010, de 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ana Paula Schreiner, para exercer o cargo de Nutricionista, percebendo o nível salarial nº. 50, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2009 - GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de março de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Errata da Declaração de Dispensa de Licitação Nº. 15/2010-PMS

ERRATA DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 15/2010-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente à Dispensa de Licitação nº. 15/2010-PMS, para a contratação da empresa ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) da construção de 15 (quinze) abrigos de passageiros no Município de Schroeder/SC, de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico - financeiro em anexos, parte integrante deste Processo, conforme Convênio nº. 15962/2009-0, com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaragua do Sul, ficando assim determinado:

Onde se lê:

[...] nos termos do art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93.

Leia-se:

[...] nos termos do art. 24, V, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Schroeder/SC, 23 de março de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 64/2010-PMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 64/2010-PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 04/2010-PMS

Processo nº. 65/2010-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratado: RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A., inscrita no CNPJ nº. 92.821.701/0057-64, na Rua Caçador nº. 112, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-610.

Objeto: Constitui o presente contrato a assinatura do Jornal A Notícia (edição diária) para Unidades Escolares do Ensino Fundamental; Biblioteca Municipal Cruz e Souza, Centros de Educação Infantil Municipal, Unidades Escolares da Educação Infantil e a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses, conforme segue:

Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Assinatura do Jornal A Notícia para Unidades Escolares do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	10	Assinatura	516,00	5.160,00
02	Assinatura do Jornal A Notícia para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	1	Assinatura	516,00	516,00
03	Assinatura do Jornal A Notícia para a Biblioteca Municipal Cruz e Souza do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	1	Assinatura	516,00	516,00
04	Assinatura do Jornal A Notícia para os Centros de Educação Infantil Municipal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	2	Assinatura	516,00	1.032,00
05	Assinatura do Jornal A Notícia para as Unidades Escolares da Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	2	Assinatura	516,00	1.032,00
				Total R\$	8.256,00

Valor: R\$ 8.256,00 (Oito mil duzentos e cinquenta e seis reais).

Data da Assinatura: 25/03/2010 - Vigência: 25/03/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal



CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 17/2010 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 37/2010
Data do Processo: 16/02/2010

Objeto: aquisição e instalação de cortinas com acessórios para suprir as necessidades do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2010

Motivo: DIANTE DA AUSÊNCIA DE PARTICIPANTES, CARACTERIZADA PELA NÃO APRESENTAÇÃO ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS, BEM COMO O CREDENCIAMENTO, DEVIDAMENTE PROTOCOLADOS NO HORÁRIO DETERMINADO NO EDITAL. O PROCESSO FOI DECLARADO DESERTO. DEVIDO A DUAS TENTATIVAS DE ABERTURA DA LICITAÇÃO E AMBAS DESERTA, DECIDE-SE POR CANCELAR O CERTAME.

SCHROEDER, 23 de Março de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

II Errata de Edital Pregão Presencial N° 26/2010-PMS

II ERRATA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2010-PMS
PROCESSO N° 55/2010-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal em exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial n° 26/2010-PMS, aquisição de materiais para conserto de serviços em geral e continuidade da execução da nova rede de água para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:

XVIII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

[...]

18.1.3 - Entregar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no Entregar e instalar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, após solicitação através de ordem de compra, na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, situada a Rua Marechal Castelo Branco n° 3201, Centro, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal.

ANEXO II

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

[...]

3.3.3 - Entregar o objeto licitado, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, após solicitação através de ordem de compra, na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, situada a Rua Marechal Castelo Branco n° 3201, Centro, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal.

Schroeder, 25 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial N° 31/2010 – PMS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 31/2010 – PMS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço POR ITEM n° 31/2010 – PMS.

OBJETO: a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de arbitragem de campeonatos/eventos a serem realizados no ano de 2010 pela Diretoria de Esportes e Lazer, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento: 12 de abril de 2010 às 09h45min.

Abertura do Processo: 12 de abril de 2010 às 10h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial N° 32/2010 – PMS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 32/2010 – PMS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço POR ITEM n° 32/2010 – PMS.

OBJETO: aquisição de papel sulfite, formato A4, com 75g/m², para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento: 13 de abril de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de abril de 2010 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 26 de março de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N° 20/2010-FMS

EXTRATO DO CONTRATO REGISTRO DE PREÇO N° 20/2010-FMS
Processo de licitação n° 13/2010 - FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n° 09/2010 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: PRODEIT FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.887.838/0001-40, estabelecida na Rua General Potiguar, nº. 1428, Novo Mundo, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81050-500.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qdte.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
02	Alopurinol 300mg comprimido	5000	Unidade	0,075	375,00
05	Ivermectina 60mg comprimido	1000	Unidade	0,34	340,00
06	Levedopa + benserazida 100mg + 25mg comprimido	2500	Unidade	1,105	2.762,50
08	Losartana potassica 50mg comprimido	12000	Unidade	0,045	540,00
VALOR R\$ TOTAL					4.017,50



Valor: R\$ 4.017,50 (Quatro mil dezessete reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 23/03/2010

Vigência: 23/03/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 19/2010-FMS

EXTRATO DO CONTRATO REGISTRO DE PREÇO N°. 19/2010-FMS
Processo de licitação nº. 13/2010 - FMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 09/2010 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratado: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.652.030/0001-70, estabelecida na BR 480, nº. 795, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 99740-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qdte.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Alendronato de sódio 70mg comprimido	1500	Unidade	0,298	447,00
03	Carvedilol 12,5mg comprimido	3000	Unidade	0,135	405,00
07	Lidocaína, cloridrato gel 2% Bisnaga com 30gr	50	Unidade	1,66	83,00
09	Oleo mineral frasco com 100ml	1000	Unidade	1,40	1.400,00
10	Varfarina sódica 5mg comprimido	5000	Unidade	0,084	420,00
VALOR R\$ TOTAL					2.755,00

Valor: R\$ 2.755,00 (Dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 23/03/2010

Vigência: 23/03/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 09/2010-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2010

Número do Registro de Preços: 6/2010

Data do Registro: 23/03/2010

Válido até: 23/03/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Alendronato de sódio 70mg comprimido	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	ELOFAR	0,2980	1
2	Alopurinol 300mg comprimido	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	PRATIDONADUZZI	0,0750	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D	0,0890	2
3	Carvedilol 12,5mg comprimido	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	TORRENT	0,1350	1
			SULMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7157)	TORRENT	0,1360	2
5	Ivermectina 60mg comprimido	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	CIFARMA	0,3400	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	CIFARMA	0,5500	2
6	Levedopa + benserazida 100mg + 25mg comprimido	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	ROCHE	1,1050	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	ROCHE	1,3980	2
7	Lidocaina, cloridrato gel 2% Bisnaga com 30gr	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	HIPOLABOR	1,6600	1
			PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	HIPOLABOR	2,0000	2
8	Losartana potássica 50mg comprimido	UN	PRODIET FARMACEUTICA LTDA (10868)	PRATIDONADUZZI	0,0450	1
			CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	PRATI D	0,0570	2
9	Oleo mineral frasco com 100ml	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	MARIOL	1,4000	1
10	Varfarina sódica 5mg comprimido	UN	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6989)	TEUTO	0,0840	1

SCHROEDER, 23 de Março de 2010.



Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 1994/2010

LEI Nº 1.994/10, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA O MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar mediante venda, através de leilão, os bens inservíveis para o Município, por estarem em péssimas condições de uso, conforme lote no 001/2010, em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 23 de março de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

LOTE Nº 001/2010

RELATÓRIO DE BENS INSERVÍVEIS PARA O MUNICÍPIO, POR ESTAREM EM PESSIMAS CONDIÇÕES DE USO.

01	APARELHO DE SOM GRADIENTE
01	AR CONDICIONADO
05	ARMARIO
01	ARMARIO MADEIRA
05	ARQUIVO DE AÇO
02	BALCÃO DE PIA
14	BERÇARIO
04	BIOMBO
01	CAÇAMBA
01	CADEIRA COM ALMOFADA
01	CADEIRA DE PALHA
59	CADEIRA ESCOLAR
02	CADEIRA GIRATÓRIA
01	CADEIRA PLASTICA
01	CAIXA DE ROÇADEIRA
01	CAMARA DIGITAL SONY
17	CELULAR
01	COMPACTADOR DE LIXO
04	COPIADORA
13	CPU
12	ESTABILIZADOR
01	FORRAÇÃO
03	IMPRESSORA
01	LIXO GALVANIZADO
02	MAQUINA FOTOGRAFICA
01	MAQUINA FOTOGRAFICA DIGITAL
01	MEDIDOR DE PRESSÃO

03	MESA
01	MESA DE CENTRO
03	MESA DE COMPUTADOR
01	MESA DE VIDRO DE CENTRO
36	MESA ESCOLAR
01	MESA GALVANIZADA
06	MESA PRE ESCOLAR
01	MESA REDONDA
06	MIMIOGRAFO
20	MONITOR DE COMPUTADOR
04	NOBREIK
01	PIÁ INOX
01	PLACAR
01	PRATILEIRA DE MADEIRA
01	ROÇADEIRA COM MOTOR
01	ROÇADEIRA ELÉTRICA
01	ROTIADOR D LINK
01	SOFA
01	SCANNER
12	TECLADO
08	TELEFONE
01	TELEVISÃO PHILIPS
02	VENTILADOR
01	VIDEO CASSETE PHILIPS

Lei 1995/2010

Lei nº 1.995/10, de 23 de março de 2010.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À INSTITUIÇÃO PRIVADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES TÉCNICO - UNIVERSITÁRIOS DE TURVO/SC, CNPJ nº 06.118.761/0001-29, no valor de R\$ 139.650,00 (cento e trinta e nove mil e seiscentos e cinquenta reais), pagos em 09 (nove) parcelas mensais de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais) durante os meses de março a novembro de 2010 e 01 (uma) parcela de R\$ 7.350,00 (sete mil e trezentos e cinquenta reais) no mês de dezembro de 2010, visando sua manutenção e funcionamento.

Parágrafo Único. A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 2º. Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para atender o caput do art. 1º, assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.364.0054.2.025 – MANUT. ENSINO SUPERIOR E CONV. UNIVERSIDADES
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0080.0(96)– Transf.a Inst.Privadas Sem Fins Luc..... R\$ 70.000,00

Parágrafo Único. A execução do disposto neste artigo correrá a conta parcial dos seguintes itens orçamentários:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
28.846.0000.0.003 – PRECATÓRIOS JUDICIAIS



3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(62) – Aplicações Diretas . R\$ 30.000,00
05.01 – SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES. COMUNITARIO
22.602.0021.1.030 – CONSTR.ABATEDOURO MUN.E/OU AQUISICAO TERRENO
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(44) – Aplicações Diretas . R\$ 40.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 23 de março de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Decreto 16/2010

DECRETO Nº 016/10, de 23 de março de 2010.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 1.995/10, de 23 de março de 2010,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), assim classificados

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.364.0054.2.025 – MANUT. ENSINO SUPERIOR E CONV. UNIVERSIDADES
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(96)– Transf.a Inst.Privadas Sem Fins Luc..... R\$ 70.000,00

Parágrafo Único. A execução do disposto neste artigo correrá a conta parcial dos seguintes itens orçamentários:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
28.846.0000.0.003 – PRECATÓRIOS JUDICIAIS
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(62) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
05.01 – SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES. COMUNITARIO
22.602.0021.1.030 – CONSTR.ABATEDOURO MUN.E/OU AQUISICAO TERRENO
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(44) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 23 de março de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Convenio PREF 03/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO: 003/10
CONVENIADA: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
OBJETIVO: execução de forma descentralizada do(s) Programa(s) de Atendimento a Pessoas Portadoras de Deficiência. Os recursos serão aplicados exclusivamente na contratação de pessoal e respectivos encargos sociais.
Valor: R\$ 35.000,00
Vigência: 16/03/2010 a 31/12/2010

Convenio PREF 04/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO: 004/10
CONVENIADA: Associação Irmã Carmem
OBJETIVO: ajudar a Associação Irmã Carmem na manutenção da entidade, sendo que a mesma deverá abrigar crianças do Município de Turvo.
Valor: R\$ 47.000,00
Vigência: 16/03/2010 a 31/12/2010

Convenio PREF 05/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO: 005/10
CONVENIADA: Lar Beneficiente São Vicente de Paulo
OBJETIVO: ajudar o Lar Beneficiente São Vicente de Paulo na manutenção da entidade, sendo que o mesmo deverá abrigar idosos do Município de Turvo.
Valor: R\$ 10.000,00
Vigência: 16/03/2010 a 31/12/2010

Convenio PREF 06/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EXTRATO DE CONVENIO

CONVENIO: 006/10
CONVENIADA: Associação de Clube de Mães do Município de Turvo
OBJETIVO: cooperar no fornecimento de programas de atendimento de cursos oferecidos para as mães do município com trabalhos culturais, artesanais e outros.
Valor: R\$ 41.000,00
Vigência: 16/03/2010 a 31/12/2010

Editai Plano Diretor de Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2010

A Prefeitura Municipal de Turvo, em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade - convida a população para a realização da 5ª Audiência Pública, integrante do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Turvo, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades.

DATA: 13 de abril de 2010 (terça-feira)
HORÁRIO: 19 horas
LOCAL: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores
ENDEREÇO: Avenida Municipal, 2547, bairro Cidade Alta, Turvo - SC

Turvo (SC), 23 de março de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Informações: Aristides Spilere
Endereço: Rua Nereu Ramos, 588 Tel: 48-3525.8100
E-mail: aristidessp@hotmail.com



Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 0166/10

PORTARIA nº 0166/10

Exonera Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar, DOUGLAS CARLESSO, do cargo comissionado de Assessor Administrativo, símbolo DAS-6, nomeado pela Portaria nº 421/09.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0167/10

PORTARIA nº 0167/10

Nomeia Assessor Executivo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

DOUGLAS CARLESSO, para exercer o cargo comissionado de Assessor Executivo, símbolo DAS-5, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0168/10

PORTARIA nº 0168/10

Nomeia Gerente do Departamento Financeiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

CRISTIANE FIORELLI MENDES, para exercer o cargo comissionado de Gerente do Departamento Financeiro, símbolo DAS-4, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0169/10

PORTARIA nº 0169/10

Exonera Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar, SILVANA TOCOLINI, do cargo comissionado de Coordenador de Projetos, símbolo DAS-8, nomeada pela Portaria nº 508/09.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0170/10

PORTARIA nº 0170/10

Nomeia Assessor de Programas Sócio-Educativos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

SILVANA TOCOLINI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Programas Sócio-Educativos, símbolo DAS-6, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0171/10

PORTARIA nº 0171/10

Nomeia Coordenador de Projetos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

EDSON FURCKEL, para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Projetos, símbolo DAS-8, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0172/10

PORTARIA nº 0172/10

Torna sem efeito a Portaria nº 0465/09 que designou servidor para exercer Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 18 de março de 2.010, a Portaria nº 0465/09, que designou a servidora FLADENICE ZULEICA BRUCH, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-3.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de março de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0173/10

PORTARIA nº 0173/10

Designa Fladenice Zuleica Bruch para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar FLADENICE ZULEICA BRUCH, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, E-PE-MAG-I-A, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0174/10

PORTARIA nº 0174/10

Concede Licença Gestação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora GRAZIELE RIGO, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, a partir de 22 de março de 2.010 até 19 de julho de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 22 de março de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0175/10

PORTARIA nº 0175/10

Exonera, a pedido, Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº



1277/10,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, VALÉRIA WEISS SOMMARIVA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível E-PE-SGE-I-A, admitida pela Portaria nº 2.021/02.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2.010.

Videira, 23 de março de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0176/10

PORTARIA nº 0176/10

Concede Adicional de Aperfeiçoamento Funcional

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 057/07, de 26 de dezembro de 2007, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 39/2.010,

RESOLVE

Conceder Adicional de Aperfeiçoamento Funcional à servidora EUNICE CASTILHO FINGER, Professora, MG02, a partir de 1º de março de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2.010.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0177/10

PORTARIA nº 0177/10

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 1.210/10,

RESOLVE

Autorizar o Uso do Largo da Estação Ferroviária pela Farmácia Líder Farma e Laboratório Vida, na data de 10 de abril de 2.010, a partir das 9:00 h às 16:00 h, para realização de verificação de pressão arterial e verificação de glicemia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicio-

nada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0178/10

PORTARIA nº 0178/10

Concede Licença Gestação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora ROBERTA LUIZA FRANCHIN, Assessora do Procon, a partir do dia 6 de março de 2.010 até 3 de julho de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 6 de março de 2.010.

Videira, 24 de março de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias de março de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 62/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2010 – PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 62/2010. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ESPELHO CONVEXO PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 12 de Abril de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 25 de Março de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução nº 05/2010 - Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 05/2010.

Dispõe sobre a alteração e aprovação do Regimento Interno do CMAS - O Conselho Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob ata nº 140 de 18 de março de 2010, as alterações do Regimento Interno do CMAS - O Conselho Municipal de Assistência Social

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, criado por meio da Lei nº 162, de 20 de novembro de 1996, como órgão colegiado normativo, consultivo, controlador e deliberativo, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e sociedade civil, responsável pela deliberação da Política Municipal de Assistência Social e controlador das ações na área de assistência social, reger-se-á pelo presente Regimento Interno. Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS poderá decidir como órgão:

I – normativo, através da expedição de resoluções definindo e disciplinando a Política Municipal de Assistência Social;

II – consultivo, emitindo pareceres, através de Comissões, sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, após aprovação pelo Plenário;

III – controlador, onde fiscalizará as entidades e os programas governamentais e não governamentais, que desenvolvam atendimento e cujas atividades se relacionem ou interfiram no disposto da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, deliberando em Plenário e dando a solução cabível;

IV – deliberativo, vez que reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após discussão e votação por maioria simples de voto, todas as matérias de sua competência.

Art. 2º. Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – definir prioridades da política de Assistência Social;

II – estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

III – aprovar a Política e o Plano Municipal de Assistência Social;

IV – atuar na formulação estratégica e controle da execução da Política da Assistência Social;

V – propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VI – acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VII – acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS;

VIII – definir critérios de quantidade para o funcionamento dos serviços de Assistência Social públicos e privados no âmbito municipal;

IX – definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência no âmbito municipal;

X – apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XI – elaborar e aprovar seu regimento interno;

XII – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social;

XIII – convocar ordinariamente a cada 02 anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XIV – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por doze membros, sendo:

I – seis conselheiros titulares e respectivos suplentes, representando os seguintes órgãos e entidades governamentais no Município:

a) Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;

b) Assessoria Jurídica;

c) Secretaria Municipal de Educação;

d) Departamento de Ação Social;

e) Secretaria Municipal de Administração;

f) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

II – seis conselheiros titulares e respectivos suplentes, representando os órgãos e entidades não governamentais, sendo:

a) dois representantes das prestadoras de serviço da área: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Associação de Amparo ao Pequeno Trabalhador;

b) quatro representantes dos usuários: Sindicatos, Igrejas, Associação de Moradores e Representantes dos Idosos.

§ 1º Cada titular do CMAS terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

Art. 4º. Quanto à escolha dos membros titulares e suplentes que compõem o CMAS:

I – os representantes governamentais e seus respectivos suplentes serão escolhidos no âmbito dos órgãos representativos e referendado pelo Poder Executivo Municipal;

II – os representantes das entidades não governamentais: prestadoras de serviço na área e dos usuários serão indicados pelas entidades.

§ 1º Fica expressamente proibida a manifestação político-partidária ou religiosa nas atividades do CMAS ou por parte dele.

§ 2º Os suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos titulares, sendo recomendadas suas presenças em todas as reuniões plenárias, nas quais poderão participar dos assuntos e matérias discutidos, sem direito a voto.

Art. 5º. Os conselheiros do CMAS serão empossados pelo Prefeito Municipal, através do Decreto Municipal, no prazo de 20 (vinte) dias após a composição do mesmo.

§ 1º Os conselheiros do CMAS terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitido uma única recondução.

§ 2º Perderá o mandato o conselheiro que faltar, sem justificativa, a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou 5 (cinco) alternadas.

§ 3º O CMAS solicitará ao Chefe do Poder Executivo a nomeação do conselheiro governamental indicado em substituição ao antigo titular.



Art. 6º. De acordo com a Lei Orgânica do Município, art. 72, XXVI, a Presidência dos Conselhos Municipais é atribuição do chefe do Poder Executivo, sendo facultada a delegação dessa competência, através de ato formal, sendo vedada à condução do Gestor da Política de Assistência Social a função de Presidente.

Parágrafo único – O Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos entre os membros titulares, em reunião subsequente à posse dos conselheiros, com o quorum mínimo de dois terços do CMAS.

Art. 7º. São órgãos do CMAS:

I – Plenário;

II – Mesa Diretora;

III – Comissões.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO

Art. 8º. O Plenário é órgão de deliberação máxima do CMAS e compete a seus membros:

I – estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração e aprovar o Plano Municipal de Assistência Social;

II – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada, no campo da assistência social, no âmbito do Município de Videira;

III – cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, a Lei Orgânica da assistência social e toda a legislação pertinente à assistência social;

IV – apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, formulando as prioridades a serem incluídas na mesma, no que se refere ou possam afetar as condições de vida da população;

V – definir prioridades para a consecução das ações da Política Municipal de Assistência Social, considerando, para tanto, indicadores sociais que informem as maiores necessidades do Município;

VI – disciplinar os procedimentos de repasses de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, sem prejuízo da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da legislação que rege a matéria;

VII – acompanhar, controlar e avaliar a gestão dos recursos e a execução da Política Municipal de Assistência Social, bem como os ganhos sociais e o desempenho das ações desenvolvidas na área de assistência social, tanto no âmbito público como privado;

VIII – fixar normas para concessão de inscrição e atestado de funcionamento das entidades privadas de assistência social com sede no município;

IX – propor alterações e aprovar o seu Regimento Interno;

X – convocar ordinariamente a cada dois anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XI – regulamentar a concessão e o valor de benefícios eventuais definidos como aqueles que visem a atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública, em consonância com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social e demais normas que regem a matéria;

XII – estimular e apoiar a realização de palestras, eventos, estudos e pesquisas no âmbito da assistência social;

XIII – estabelecer critérios, formas e meios de controle das atividades públicas municipais e das entidades privadas relacionadas com as suas deliberações, encaminhando para o Poder Legislativo as irregularidades encontradas;

XIV – distribuir às Comissões matéria para estudos e trabalhos relativos à competência do CMAS;

XV – apreciar, discutir e votar pareceres elaborados pelas Comis-

sões;

XVI – articular reuniões com outros conselhos existentes no Município;

XVII – solicitar vistas de pareceres e adiamento de discussões e votações, conforme prazo estabelecido pelo Plenário;

XVIII – requerer urgência para discussões e votações de assuntos não incluídos na pauta, bem como preferência nas discussões e votações de estudos, justificando sua prioridade;

XIX – definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito municipal;

XX – apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XXI – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social;

XXII – compete ao conselheiro justificar verbalmente, prévia ou posteriormente, a Mesa Diretora, até a próxima plenária, a impossibilidade de comparecimento à reunião do CMAS.

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 9º. As sessões plenárias serão: ordinárias, extraordinárias ou solenes.

Art. 10. O Plenário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, segundo o cronograma fixado no início de cada exercício.

§ 1º Os conselheiros deverão receber a convocação por ofício ou correspondência eletrônica com antecedência mínima de dois dias úteis do início da reunião ordinária:

I – a ata da reunião anterior;

II – a convocação com a pauta da reunião;

III – a matéria objeto da pauta se houver.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas pela Mesa Diretora ou por dois terços de seus membros, com antecedência mínima de um dia útil.

§ 3º O quorum exigido para instalação em primeira convocação, será de dois terços dos conselheiros e, em segunda convocação, após quinze minutos com a presença de cinquenta por cento, mais um de seus conselheiros, exceto quando se tratar de matéria relacionada ao Regimento Interno, Fundo e Orçamento, quando o quorum mínimo será necessariamente de dois terços de seus membros.

Art. 11. As sessões plenárias serão públicas, com duração máxima de duas horas, prorrogáveis a critério do Plenário, na seguinte ordem:

I – aprovação da ata anterior;

II – correspondências e informes;

III – momento das comissões;

IV – momento da assessoria;

V – palavra livre.

Art. 12. Todas as reuniões serão abertas à comunidade, que poderá manifestar-se, mediante inscrição.

Art. 13. As deliberações do CMAS serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria, e terão a forma de resolução, de natureza decisória ou opinativa, conforme o caso.

§ 1º Ao proceder a votação, o Presidente deverá solicitar a manifestação da plenária quanto aos votos favoráveis, contrários e às abstenções.

§ 2º Havendo empate, após duas tentativas de votação, o Plenário poderá buscar subsídios para ampliação da discussão do tema, implicando em novo processo de votação.

Art. 14. A decisão de matéria, constante da Ordem do Dia, poderá ser adiada por deliberação do Conselho, a pedido de qualquer um de seus membros, desde que devidamente justificada.

Art. 15. Todas as decisões do Conselho deverão constar de registro em Ata, que será assinada pelo secretário ou seu substituto.
Parágrafo único. As Resoluções do CMAS entrarão em vigor na data de sua homologação pelo Plenário, devendo ser publicadas no Boletim Oficial do Município.

CAPÍTULO IV DA MESA DIRETORA

Art. 16. A Mesa Diretora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário é a representação máxima do CMAS, de conformidade com a LOAS, este Regimento e demais dispositivos que regem a matéria.

Parágrafo único. Os membros da Mesa Diretora deverão fazer parte de alguma comissão.

Art. 17. A Mesa Diretora com exceção do Presidente será eleita na primeira reunião do CMAS, após a posse dos conselheiros pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos.

Art. 18. A Mesa Diretora poderá ser destituída, no todo ou em parte, através de requerimento assinado pelo interessado desta ou por pelo menos 07 (sete) conselheiros, e aprovada por, no mínimo, dois terços dos conselheiros.

§ 1º Os conselheiros que fazem parte da Mesa Diretora terão seu direito de defesa assegurado, facultando ao Conselho dispor sobre a necessidade de sessão plenária específica para tal finalidade.

Art. 19. A Mesa Diretora reunir-se-á na semana anterior à sessão plenária para deliberar sobre a pauta da mesma.

Art. 20. Em caso de ausência de todos os membros da Mesa Diretora, a reunião ficará sob a coordenação do conselheiro mais idoso.

Seção I Do Presidente

Art. 21. Cabe ao Presidente do CMAS:

I – convocar e presidir as reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes, fóruns e Conferências do CMAS, tomando parte nas discussões e votações;

II – representar o CMAS em solenidades e zelar pelo seu prestígio;

III – orientar o funcionamento das Comissões;

IV – assinar, depois de discutidas e votadas, as Resoluções e Pareceres do CMAS;

V – assinar as correspondências oficiais do Conselho;

VI – nomear, por meio de Resolução, os componentes das Comissões do Conselho.

Seção II Do Vice-Presidente

Art. 22. Cabe ao Vice-Presidente assessorar o Presidente, bem como substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

Seção III Do Secretário

Art. 23. Cabe ao Secretário:

I – organizar espaços físicos e materiais das reuniões;

II – manter informados os conselheiros sobre as datas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III – inscrever as pessoas presentes à reunião que quiserem manifestar-se;

IV – anotar o comparecimento dos conselheiros, em livro próprio;

V – redigir as atas das reuniões do CMAS;

VI – distribuir documentos;

VII – digitar e expedir a correspondência a ser assinada pelo Presidente do CMAS;

VIII – manter arquivos, assentamentos e correspondências do Conselho;

IX – assessorar e subsidiar os conselheiros com informações para melhor desempenho de suas funções;

X – substituir o Presidente e o Vice-Presidente nas ausências e impedimentos destes.

Parágrafo único. Na ausência do Secretário, nas sessões plenárias o mesmo deverá ser substituído por um membro da Assessoria.

CAPÍTULO V DAS COMISSÕES

Art. 24. Compete às Comissões, partes delegadas auxiliares do Plenário, verificar, vistoriar, fiscalizar e emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas ou atribuídas, na forma deste Regimento, podendo emitir memorandos, assinados pelo presidente da respectiva Comissão.

§ 1º As Comissões serão compostas por quatro conselheiros, escolhidos pelo Plenário, observando-se a paridade entre os representantes governamentais e não-governamentais.

§ 2º Os componentes das Comissões serão nomeados pelo Presidente do Conselho, por meio de resolução.

§ 3º Os componentes das Comissões poderão participar de visitas de monitoramento, sempre que solicitado pelo Plenário ou pela Mesa Diretora do CMAS.

§ 4º A emissão de memorandos, de que trata o caput deste artigo, se dará com o objetivo de encaminhar relatórios mais conclusivos às sessões plenárias, contribuindo assim para a dinamização dos trabalhos do CMAS. Tal fato deverá constar dos relatórios das Comissões.

§ 5º As reuniões ordinárias das Comissões serão realizadas impreterivelmente na semana que antecede a reunião plenária do CMAS, conforme cronograma estabelecido por cada comissão. As reuniões extraordinárias poderão ocorrer a qualquer tempo, conforme demanda das Comissões.

§ 6º Para a realização de reunião das Comissões, a mesma deve estar representada, no mínimo, por cinquenta por cento de seus membros, respeitada a paridade.

Art. 25. As Comissões do CMAS serão:

I – Permanentes;

II – Especiais.

Art. 26. As Comissões Permanentes serão em número de três, assim denominadas:

I – Comissão Permanente de Financiamento de Assistência Social – CPFAS;

II – Comissão Permanente de Política de Assistência Social – CPPAS;

III – Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR.

Art. 27. As Comissões Especiais, criadas a critério do Plenário, têm como objetivo o estudo de assuntos específicos e urgentes.

Art. 28. As Comissões terão um Presidente e um Relator, que emitirão pareceres sobre todas as matérias que lhes forem distribuídas, devendo:

I – articular-se com as demais Comissões para tarefas específicas e complementares;

II – redigir relatórios e avaliar atividades da Comissão.

§ 1º Os projetos, programas, convênios, deliberações ou homologações de despesas serão preferencialmente apreciados pela respectiva comissão, antes de seguirem para o Plenário.

§ 2º Quando da apreciação pelo Plenário, todo conselheiro deverá ter cópia da matéria em discussão.

§ 3º Os pareceres das Comissões serão apreciados, discutidos e votados em sessão plenária.

§ 4º Os pareceres aprovados pelo Conselho deverão ser objeto de Resoluções.

Seção I

Da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social – CPFAS

Art. 29. Compete à Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social:

I – apreciar a movimentação financeira do Fundo Municipal de Assistência Social, emitindo parecer;

II – apreciar a proposta orçamentária do Município, formulando prioridades e emitindo pareceres;

III – promover intercâmbio com outros conselhos da área social, no que se refere ao financiamento de programas e projetos sociais;

IV – articular com o gestor do FMAS a fim de viabilizar os trabalhos da Comissão;

V – fiscalizar a aplicação de recursos do FMAS pelas entidades privadas conveniadas e pelo Poder Público.

Seção II

Da Comissão Permanente de Política de Assistência Social – CPPAS

Art. 30. Compete à Comissão Permanente de Política de Assistência Social:

I – auxiliar o CMAS na definição de prioridades, diretrizes e critérios para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

II – fornecer subsídios para o acompanhamento e a execução do Plano Municipal de Assistência Social, bem como supervisionar as ações de atendimento desenvolvidas pelas entidades privadas e pelo Poder Público;

III – acompanhar e avaliar a gestão de recursos do FMAS pelas entidades conveniadas e pelo Poder Público, bem como, os ganhos sociais dos programas e projetos;

IV – subsidiar o CMAS nas ações deliberativas na Política Municipal de Assistência Social e em atos normativos;

V – contribuir no desenvolvimento de políticas na área social, possibilitando o surgimento de novas propostas.

Seção III

Da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR

Art. 31. Compete à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação:

I – analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS;

II – propor regulamentação acerca das matérias discutidas pelo plenário do CMAS;

III – iniciar o processo de cassação de inscrição de entidade que não cumprir as normativas do CMAS e encaminhá-lo ao plenário;

IV – fiscalizar as publicações das Resoluções emitidas pelo CMAS.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 32. O CMAS contará com assessoramento técnico e administrativo oferecido pelo órgão gestor da Política de Assistência Social do Município.

Seção I

Das Atribuições da Assessoria

Art. 33. A Assessoria, órgão de apoio ao CMAS, será exercida por técnicos da área social do órgão Gestor da Política de Assis-

tência Social.

Parágrafo único. Poderão ser requisitados técnicos de outras áreas pelo Gestor da Política de Assistência Social aos órgãos do Município, seja da Administração Direta ou Indireta, a pedido do Presidente do CMAS.

Art. 34. Compete à Assessoria:

I – buscar subsídios e informações para o CMAS, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na LOAS;

II – assessorar o CMAS no sentido de dirimir as dúvidas quanto aos pedidos de inscrição de entidades de assistência social, em conformidade com a legislação vigente;

III – proporcionar, às entidades conveniadas, orientação técnica quanto à aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos;

IV – instruir processos que visem à sustação de repasse de recursos às entidades não-governamentais, que não estejam cumprindo os compromissos assumidos, remetendo ao CMAS os documentos pertinentes ao processo, para análise e votação;

V – efetuar a inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, aprovadas pelo CMAS;

VI – assistir a todas as sessões plenárias do Conselho.

Seção II

Das Atribuições do Gestor da Política Municipal de Assistência Social

Art. 35. O Gestor da Política Municipal de Assistência Social deverá participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMAS, desempenhando função de assessoramento e mediação da política nas esferas Federal, Estadual e Municipal, em articulação com a Mesa Diretora.

Parágrafo único – O Gestor da Política Municipal de Assistência Social não poderá ser membro do CMAS, portanto, não terá direito a voto nas sessões plenárias.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O Conselho funcionará em prédio e instalações fornecidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 37. Os membros do CMAS não perceberão qualquer remuneração, sendo que seus serviços serão considerados relevantes, facultando-lhes acesso aos órgãos da Administração pública direta, indireta e fundacional, quando no exercício de suas funções.

Art. 38. Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

Art. 39. Os casos omissos no presente Regimento Interno serão decididos por aprovação do conselho, mediante elaboração de Resolução Interna e registro em Ata.

Art. 40. Este Regimento Interno poderá ser alterado a qualquer tempo, por decisão de pelo menos dois terços dos conselheiros, em Assembléia especialmente convocada para este fim.

Art. 41. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Consórcios Públicos

CISAM

Resumo de Contrato CISAM-MO Nº 007/2010

CISAM MEIO OESTE – SC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

CONTRATO CISAM-MO Nº 007/2010

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE (CAMPOS NOVOS).

CNPJ DO CONTRATANTE: 83.158.105/0001-09

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE - SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

VALOR: R\$ 41.336,47 (QUARENTA E UM MIL, TREZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 01.03.2010

VIGÊNCIA: 01.03.2010 A 31.12.2010

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR - CONTRATANTELEONIR BOARETTO
PRESIDENTE - CONTRATADO